

CADERNO II

PLANO DE AÇÃO

Índice

1. ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (SDFCI) -----	4
1.1. Enquadramento do Plano Municipal de Defesa da Floresta no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Douro-----	4
1.2 Enquadramento do Plano de Defesa da Floresta no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios -----	6
2. MODELOS DE COMBUSTÍVEIS, CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES DE DEFESA CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS-----	23
2.1. Modelos de Combustíveis Florestais -----	23
2.2. Cartografia de Risco de Incêndio Florestal-----	25
2.2.1. Perigosidade de Incêndio Florestal -----	26
2.2.2. Risco de Incêndio Florestal -----	27
2.3. Mapa de Prioridades de Defesa -----	29
3. OBJETIVOS E METAS DO PMDFCI -----	31
4. EIXOS ESTRATÉGICOS -----	44
4.1. 1º EIXO ESTRATÉGICO -----	44
AUMENTO DA RESILÊNCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS-----	44
4.1.1. Levantamento da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios (RDFCI) -----	44
4.1.1.1. Redes de Faixas de Gestão de Combustíveis (FGC) e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustíveis (PGC) -----	44
4.1.1.2. Rede Viária Florestal-----	49
4.1.1.3. Rede de Pontos de Água -----	66
4.1.1.4. Silvicultura Preventiva no âmbito da DFCI-----	68
4.1.2. Planeamento das Ações-----	68
4.1.2.1. Redes de Faixas de Gestão de Combustíveis e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustíveis -----	68
4.1.2.2. Rede de FGC e MPG -----	76
4.1.2.3 – RVF-----	81
4.2. 2º EIXO ESTRATÉGICO -----	93
REDUZIR A INCIDÊNCIA DOS INCÊNDIOS -----	93
4.2.1. Avaliação -----	93
4.2.1.1 Comportamentos de Risco -----	93

4.2.2.1 Fiscalização -----	95
4.2.2. Planeamento das ações do 2 Eixo Estratégico -----	95
4.2.2.1. Sensibilização da População-----	96
4.2.2.2. Fiscalização -----	100
4.2.3. Metas e Indicadores, Responsabilidades e Estimativas de Orçamento da Sensibilização e Fiscalização-----	100
4.3. 3º EIXO ESTRATÉGICO -----	106
MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E DA GESTÃO DE INCÊNDIOS-----	106
4.3.1. Avaliação -----	106
4.3.1.1. Vigilância e Detecção -----	107
4.3.1.2. 1ª Intervenção -----	109
4.3.1.3. Rescaldo e vigilância pós-incêndio -----	111
4.3.2. Planeamento das Ações-----	112
4.3.3. Metas e Indicadores, Responsabilidades e Estimativas de Orçamento-----	112
4.4. 4º EIXO ESTRATÉGICO -----	114
RECUPERAR E REABILITAR ECOSISTEMAS -----	114
4.4.1. Avaliação -----	114
4.4.1.1. Estabilização de Emergência -----	114
4.4.1.2 Reabilitação de povoamentos e habitats Florestais-----	114
4.4.2. Planeamento -----	115
4.4.2.1 Estabilização de Emergência e Reabilitação de povoamentos e habitats -----	115
4.5. 5º EIXO ESTRATÉGICO -----	118
ADAPTAÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGÂNICA FUNCIONAL E EFICAZ-----	118
3.5.1 Avaliação-----	118
3.5.1.1 Formação-----	119
3.5.2 Planeamento das Ações-----	119
3.5.2.1 Organização SDFCI-----	119

1. ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (SDFCI)

A elaboração do PMDFCI deve ter em atenção os diversos planos, de abrangência nacional e regional. Ao nível dos planos de âmbito nacional, o planeamento regional de defesa da floresta contra incêndios desenvolve as orientações nacionais consequentes do planeamento nacional em matéria florestal emanadas da Estratégia Florestal Nacional, do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) e do Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PDDFCI).

A estratégia regional de defesa da floresta contra incêndios é elaborada de acordo com os instrumentos nacionais que foram já enunciados desenvolvendo-se nos planos regionais de ordenamento florestal (PROF), que no caso da área em questão é o PROF Douro, em outros planos sectoriais e, complementarmente, nos outros instrumentos de gestão territorial de nível regional como os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT).

1.1. Enquadramento do Plano Municipal de Defesa da Floresta no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Douro

Segundo o PROF do Douro, o concelho de Tarouca encontra-se abrangido por duas sub-regiões homogéneas: Beira Douro e Montemuro.

O PROF do Douro, com entrada em vigor no dia 23 de Janeiro de 2007 (art.º 4.º do Decreto Regulamentar n.º4/2007 de 22 de Janeiro), compreende orientações estratégicas para o sector florestal regional, que vinculam diretamente todas as entidades públicas e enquadram todos os projetos a desenvolver nos espaços florestais públicos e privados (art.º6.º do mesmo decreto), com implicações ao nível da elaboração e execução dos PMDFCI.

O PROF do Douro tem um prazo de vigência de 20 anos (art.º 50.º) e pode ser sujeito a alterações periódicas de cinco em cinco anos, baseado nos relatórios anuais de acompanhamento ou sempre que ocorra qualquer facto relevante (art.º 51.º).

Implicações para o PMDFCI

Quadro Resumo das Implicações para o PMDFCI

	Art.º	Implicação
Corredores Ecológicos	n.º4 do art.10.º	Os corredores ecológicos devem ser compatibilizados com as redes regionais de defesa da floresta contra incêndios (RRDFCI).
Zonas Críticas	45.º	O planeamento das zonas críticas e a aplicação das medidas definidas nos artigos 43.º e 44.º devem estar concluídas num prazo de 2 anos, refletindo-se no programa de ação do PMFCI.
Gestão de Combustíveis	46.º	Define conjunto de medidas a aplicar na gestão de combustíveis, com implicações para o programa de ação referente à silvicultura preventiva.
RRDFCI	47.º	Define as componentes da RRDFCI e competência das diferentes entidades. Declaração de utilidade pública.
Depósitos de Madeiras e Outros Produtos Inflamáveis	48.º	Condiciona o depósito de madeiras e outros produtos inflamáveis nas redes de faixas e nos mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis.
Edificações	49.º	Condiciona a classificação, qualificação e reclassificação do solo mediante a classificação do risco de incêndio dos PMDFCI. Interdita a edificação em áreas classificadas de risco de incêndio elevado ou muito elevado.

No que se refere ao enquadramento do PMDFCI no sistema de gestão territorial, há a referir os instrumentos de planeamento que afetam o concelho de Tarouca como com Plano Diretor Municipal (PDM).

O PDM estabelece as regras para utilização, ocupação e transformação do uso do solo em todo o território do concelho. Define um modelo de estrutura espacial do território municipal, constitui uma síntese estratégica do desenvolvimento e ordenamento local, integra as opções e outros ditames de âmbito nacional e regional, nomeadamente:

- Planeamento de ocupação, uso e transformação do território municipal, pelas diferentes componentes sectoriais da atividade nele desenvolvidas.
- Programação das realizações e investimentos municipais

1.2 Enquadramento do Plano de Defesa da Floresta no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, da competência da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios pretende ser um instrumento orientador das diferentes ações, políticas e orientações das diversas entidades que compõem a CMDFCI.

Tendo em vista a prevenção e combate dos incêndios florestais torna-se necessário um trabalho de planeamento e ordenamento da floresta pelo que o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios constituirá uma base de trabalho e auxílio importante para se atingir esse objetivo.

O PMDFCI deve encontrar-se enquadrado nas políticas para o sector definidas no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), no Plano Distrital de Defesa da Floresta contra Incêndios (PDDFCI) e ainda ter em conta os Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios dos Concelhos Limítrofes e Orientações Estratégicas para a Recuperação das áreas ardidas.

Os objetivos e metas a definir no PMDFCI devem ser estabelecidos com o intuito de cumprir o preconizado na Resolução do Conselho de Ministros nº 65/2006, de 26 de Maio, que enuncia a estratégia nacional para a defesa da floresta contra incêndios.

O PMDFCI de âmbito municipal ou intermunicipal deve conter as ações necessárias à defesa da floresta contra incêndios e, para além das ações de prevenção, incluir a previsão e programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante eventual ocorrência de incêndios, como preconizado no nº1 do artigo 10º do decreto-lei nº 124/2006 de 28 de Junho.

Para o cumprimento do disposto anteriormente, o PMDFCI deve centrar-se nos principais eixos estratégicos definidos no PNDFCI, aprovado pela resolução de Concelhos de Ministros acima mencionado.

De seguida apresentam-se os Eixos estratégicos apontados pelo PNDFCI:

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
1º Eixo Estratégico - Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais.				
Promover a Gestão Florestal e Intervir preventivamente em áreas Estratégicas	Criar e aplicar orientações estratégicas para a gestão das áreas florestais	Adoção do modelo ZIF como referência para a introdução de princípios e estratégias de defesa da floresta contra incêndios, canalizando para esta ação os recursos financeiros existentes.	Mais de 50 mil hectares por ano 500 mil hectares em 2012	ICNF + OPF's.
	Definir as prioridades de planeamento e execução das infraestruturas de DFCI face ao risco.	Operacionalizar a ação das CMDFCI. Apoiar a atividade dos Gabinetes Técnicos Florestais	As CMDFCI reúnem 4 vezes por ano, acompanhando a operacionalização, execução do respetivo PMDFCI. Até ao termo de 2006 todas as CMDFCI adotaram o quadro de indicadores municipais	Autarquias + ICNF
		Apoiar a atividade dos Gabinetes Técnicos Florestais	Avaliação do desempenho dos GTF em 2006. DGRF estabelece, em 2006, uma organização que possibilite a valorização da proximidade com os GTF e CMDFCI. Pretende-se que em 2006, 184 Municípios disponham de PMDFCI em fase de implementação; em 2009, 216; em 2012 o sistema esteja em funcionamento pleno em 278 Municípios.	ICNF+ CMDFCI + GTF
	Proteger as zonas de interface urbano/florestal	Criar e manter faixas exteriores de proteção, nos aglomerados populacionais, intervindo prioritariamente nas zonas com maior vulnerabilidade aos incêndios	As Autarquias realizem integralmente a meta anualmente prevista nos PMDFCI.	Autarquias

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Promover a Gestão Florestal e Intervir preventivamente em áreas Estratégicas	Proteger as zonas de interface urbano/florestal	Criar e manter faixas exteriores de proteção em parques e polígonos industriais, aterros sanitários, habitações, estaleiros, armazéns, oficinas e outras edificações	Anualmente é garantida a segurança destes espaços.	Entidades gestoras + Autarquias
		Fiscalizar a criação de faixas exteriores de proteção (em aglomerados populacionais, parques e polígonos industriais, aterros sanitários, habitações, estaleiros, armazéns, oficinas e outras edificações), e acumulações ilegais de detritos	Todos os anos, até ao termo do 1º semestre, todas as situações de maior risco são identificadas, e notificados os respetivos responsáveis para que executem o estabelecido na legislação.	GNR
	Implementar programa de redução de combustíveis	Criar redes de gestão de combustível, através da redução parcial ou total da vegetação em faixas e parcelas estrategicamente localizadas para a defesa de pessoas e edificações e de povoamentos florestais	Em 2006, a rede primária é delineada para 20% do território; em 2009, para 60% e em 2012 está concluída. Para a instalação prevê-se uma execução de 1.5 mil hectares em 2006; 10 mil até 2009 e 25 mil hectares no fim de 2012	CMDFCI + GTF + ICNF
		Desenvolver um programa de fogo controlado em ações preventivas, reduzindo os fatores que favorecem a propagação dos incêndios.	Formação e credenciação até 2012 de 20 técnicos por ano e capacitação até àquele ano de 80% das Equipas de Sapadores Florestais na utilização desta técnica.	ICNF + ICN+ OPF

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Promover a Gestão Florestal e Intervir preventivamente em áreas Estratégicas	Condicionar trabalhos/acessos a áreas florestais durante o período crítico	Sinalização de condicionamento de acesso, de execução de trabalhos e sinalização informativa sobre o risco de incêndio	As CMDFCI acompanham o processo de sinalização das áreas e as medidas de condicionamento que deverão ser implementadas no âmbito do POM	CMDFCI
2º Eixo Estratégico - Redução da incidência dos incêndios <i>- Assenta na necessidade de uma intervenção cuidada ao nível da prevenção, entendida esta como o conjunto das atividades que têm por objetivos reduzir ou anular a possibilidade de se iniciar um incêndio, diminuir a sua capacidade de desenvolvimento e mitigar os efeitos indesejáveis que o incêndio pode originar, ou seja, que atua em duas vertentes principais, o controlo das ignições e o controlo da propagação.</i>				
Educar e sensibilizar as populações	Sensibilização da população	Programas a desenvolver ao nível local, e dirigido a grupos específicos da população rural, em função das informações históricas de investigação das causas dos incêndios.	Anualmente as CMDFCI, de acordo com o PMDFCI, desenvolvem estas ações.	CMDFCI
	Sensibilização e educação escolar	Promover as práticas no domínio da educação florestal e ambiental, e recuperar para esta área iniciativas como a da "Ciência Viva	Todos os Municípios das áreas de mais elevado risco de incêndio têm em sede de CMDFCI ações programadas e executadas e procedem à respetiva avaliação.	MAMAOT + ME MCTES + MAI + MAOTDR
Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações	Aumentar a capacidade de dissuasão e fiscalização	Coordenação das ações de vigilância, deteção e fiscalização pela GNR/ SEPNA	A partir de 2006 a GNR como entidade coordenadora enquadra estas ações nas CMDFCI e define estratégia de atuação ao nível municipal. Anualmente apresenta relatório de progresso	GNR/SEPNA

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
3º Eixo Estratégico - Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios. <i>- Assenta no conceito de que em qualquer situação de perigo, deve ser dedicada a maior atenção ao combate aos incêndios nascentes, porque, só assim, se evitarão grandes incêndios.</i>				
Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1ª Intervenção.	Estruturar e gerir a vigilância e a deteção como um sistema integrado (dispositivo de vigilância e deteção) de cariz municipal.	Assumir a responsabilidade pela coordenação das ações de prevenção relativa à vertente vigilância, deteção e fiscalização.	Anualmente, em sede de CMDFCI, o SEPNA/GNR integra as ações de todos os agentes envolvidos no sistema de vigilância e deteção previstas no PMDFCI	GNR
		Melhorar a performance das equipas de Sapadores Florestas e das Brigadas Móveis de Vigilância (AGRIS).	Redefinir missão e objetivos do Programa com integração nos sistemas Municipais de prevenção e 1ª intervenção no novo enquadramento legislativo.	ICNF + OPF + CMDFCI
			No final do 1º semestre de 2006 as atividades das equipas deverão estar incluídas operacionalmente nos sistemas municipais de prevenção e 1ª intervenção e acompanhadas por técnicos da DGRF.	ICNF + OPF + CMDFCI
		Participar através das Equipas de Combate a Incêndios (ECIN) dos CB nas ações de vigilância e deteção	A partir de 2006 as equipas deverão estar incluídas operacionalmente nos sistemas municipais de prevenção e 1ª intervenção.	SNBPC
		Implementar ao nível Municipal, em sede de CMDFCI, medidas que levem as populações, através das juntas de freguesia, e/ou organizações de voluntariado a aderir a projetos comuns de proteção coletiva.	Anualmente, e durante 1º trimestre de cada ano, implementar medidas de proteção coletiva a integrar no sistema de vigilância e deteção Municipal e Distrital.	CMDFCI

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1ª Intervenção.	Estruturar e gerir a vigilância e a deteção como um sistema integrado (dispositivo de vigilância e deteção) de cariz municipal.	Melhorar o desempenho das Brigadas Móveis de vigilância.	Em 2006 as equipas deverão estar incluídas operacionalmente nos sistemas municipais de prevenção e 1ª intervenção.	CMDFCI + ICNF
			Os Gabinetes Técnicos Florestais, ou na sua ausência o ICNF, recolhe informação trimestral da respetiva atividade.	GTF + ICNF
		Coordenação de todas as ações de vigilância e deteção, privilegiando a comunicação de cariz Municipal.	A partir de 2006: – Implementar a vigilância fixa; – Implementar a vigilância terrestre móvel, como um complemento da rede de vigilância fixa (Forças Armadas, da GNR, da Câmara Municipal, dos Bombeiros e das Equipas/Brigadas de Sapadores Florestais).	SEPNA/GNR + CMDFCI + GTF + ICNF
			– A partir de 2006 melhorar a rede de comunicações entre todas as Equipas, Grupos, Brigadas, Postos de Vigia e outros meios existentes no terreno.	SEPNA/GNR + CMDFCI + ICNF
		Acompanhar, permanente, em sede própria, os resultados das ações de deteção ao nível Municipal, Distrital e Nacional.	– No 1º trimestre de cada ano, implementação de medidas e de projeto municipal de proteção coletiva, a integrar no sistema de vigilância e deteção Municipal e Distrital; – No 4º trimestre de cada ano, a avaliação do modelo e a incorporação dos eventuais ajustamentos, face à experiência do ano anterior	SEPNA/GNR + CMDFCI + CMOS

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1ª Intervenção.	Integrar a vigilância móvel de cariz Distrital ou Nacional	Prever a integração da vigilância aérea armada nos dias em que o Índice de Risco e os meios aéreos disponíveis o aconselhe.	Anualmente, o SMPC, os Municípios, a GNR, o ICNF, as OPF's e as OB implementam as medidas necessárias à sua articulação no TO.	CMDFCI
	Estruturar o nível Municipal de 1ª Intervenção	Na elaboração dos PMDFCI/POM, integrar a atuação dos Bombeiros, das Equipas de Sapadores Florestais da DGRF e do ICN, das Equipas da AFOLCELCA, das Equipas do SEPNA e do GIPS da GNR, e, outros Agentes presentes no terreno.	Anualmente, coordenar operacionalmente, através do POM, as atividades dos recursos humanos e dos meios no município;	CMDFCI
			Formar, permanentemente, todos os agentes envolvidos.	SNBPC + DGRF + FA + GNR + ICN
			Identificar outros Agentes com capacidade de 1ª Intervenção ao nível municipal.	CMDFCI
		Dar continuidade a projetos comuns de proteção coletiva, desenvolvidos no âmbito do sistema de vigilância e deteção.	Anualmente, promover a distribuição de material específico para autoproteção das populações.	CMDFCI
			No 1º Trimestre do ano promover ações de formação (1ª Intervenção)	SNBPC+ ICNF +OPF
Reforço da capacidade de 1ª Intervenção	Estruturar o nível Distrital de 1ª Intervenção	Desenvolver um sistema de comunicações para articulação dos meios de 1ª Intervenção.	Garantir a articulação das comunicações entre as várias estruturas.	CMDFCI + GNR + SNBPC

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Reforço da capacidade do ataque ampliado	Reforçar eficácia do combate terrestre ao nível Municipal. (capacidade de comando das operações, coordenação das várias entidades envolvidas e mobilização dos meios).	Levantamento dos recursos (materiais e efetivos mobilizáveis) existentes em cada Corpo de Bombeiros (CB), com vista à avaliação da sua capacidade operacional e do respetivo Município.	Anualmente, fazer a avaliação dos recursos existentes no município.	SMPC + CB
		Articulação coordenada dos meios de combate do seu município, e dos que lhe forem atribuídos pelo Centro Distrital e Nacional, e em cumprimento do dispositivo de forças.	A partir de 2006, em articulação e sob as orientações do CDOS, no âmbito das suas competências, implementa uma política de formação contínua e de exercícios conjuntos nos Corpos de Bombeiros do seu Município.	SMPC + CB + ENB + CDOS
			Incentiva a utilização dos vários métodos e técnicas de extinção.	CDOS+ ENB + CB + SMPC
			Formação nos CB de meios humanos especializados, integrados em Grupos ou Equipas, especialmente vocacionados para o combate a IF.	CDOS + CB+ ENB + SMPC
		Qualificar os quadros de Comando e Chefia que integram, ou se preveja que venham a integrar, o dispositivo Operacional.	Anualmente, elaborar o levantamento de necessidades, calendariza as atividades de forma a serem integradas no plano de formação de elementos de comando de nível Distrital e/ou Nacional.	CDOS + CB + ENB + CNOS

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Reforço da capacidade do ataque ampliado	Reforçar eficácia do combate terrestre ao nível Municipal. (capacidade de comando das operações, coordenação das várias entidades envolvidas e mobilização dos meios).	Proceder ao levantamento das máquinas de rasto, tratores e buldózer existentes no município e/ou na sua área, promover políticas de colaboração e formar os operadores.	Anualmente, proceder ao levantamento destes meios, e definir as políticas de colaboração/contratação entre os seus proprietários e o município.	SMPC + CMDFCI
		O conhecimento e o enquadramento operacional das Equipas/Brigadas de Sapadores Florestais existentes no concelho.	A partir de 2006, todas estas Equipas/Brigadas farão parte do dispositivo municipal de apoio ao combate aos incêndios florestais, operações de rescaldo e vigilância após rescaldo.	DGRF + OPF's + OB + SMPC + CDOS + CMDFCI
		Distribuir os meios no terreno atendendo ao risco de incêndio, fazendo recurso de destacamentos temporários.	Anualmente, elaborar o levantamento das áreas de risco do seu Município.	CMDFCI + GTF + SMPC + CDOS
			Anualmente, planear a tática de combate mais adequada à defesa do município através da realização de exercícios conjuntos com base nessas áreas e cenários hipotéticos.	CMDFCI + GTF + SMPC + CDOS + SMPC
		Balancear o acionamento de elementos de reforço (humanos e materiais) municipais ou atribuídos.	Anualmente, desenvolver uma política de exercícios conjuntos nos Corpos de Bombeiros do seu Município, privilegiando os aspetos da coordenação entre os vários agentes.	SMPC + CDOS + CB + SMPC + CMDFCI

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Reforço da capacidade do ataque ampliado	Reforçar eficácia do combate terrestre ao nível Municipal. (capacidade de comando das operações, coordenação das várias entidades envolvidas e mobilização dos meios).	Articular os meios e a rede rádio da estrutura de combate aos Incêndios Florestais, frequências e procedimentos a adotar.	Anualmente, implementar uma política de exercícios conjuntos para operacionalizar medidas e procedimentos no âmbito das comunicações, analisar deficiências e propor as medidas adequadas à sua resolução.	SMPC + CDOS + CB
		Fazer o levantamento e mobilização dos meios municipais logísticos e de apoio e operacionalizar a sua integração no dispositivo logístico Nacional.	Anualmente: - fazer o levantamento dos meios disponíveis na área do Município; - planear a manobra logística mais adequada ao Município; - elaborar exercícios para validação do planeamento logístico.	SMPC + CMDFCI + CDOS
	Reforçar eficácia do combate terrestre ao nível Distrital. (capacidade de comando das operações, coordenação das várias entidades envolvidas e mobilização dos meios).	Implantar e articular os meios de ataque ao nível municipal.	Anualmente: - fazer a avaliação dos meios dos municípios e risco associado; - elaborar planos de contingência; - promover a realização de exercícios conjuntos para articulação de meios ao nível Distrital; - promover uma atitude de colaboração intermunicipal.	CDOS + SMPC
		Integrar ao nível Distrital, na parte correspondente, os Planos da Operacionais Municipais (POM) elaborados ao nível do Concelho.	A partir de 2006, até ao final de cada ano, implementar as medidas necessárias à prossecução deste desiderato.	CDOS + SMPC

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós rescaldo.	Garantir a correta e eficaz execução do rescaldo.	Empregar as Equipas/Brigadas de Sapadores Florestais	Anualmente: - elaborar o levantamento das Equipas e Brigadas de Sapadores Florestais existentes no respetivo Distrito; - Implementar modelos de atuação nas operações de rescaldo.	SMPC + CDOS + CMDFCI + GTF + DGRF + OPF's + OB
		Utilizar as máquinas de rasto	Anualmente, assegurar a sua rápida mobilização, pelo que importa, por um lado, garantir a colaboração das autarquias, e por outro, a atempada contratação com agentes privados.	SMPC + CDOS + CMDFCI
		Implementar por parte das autarquias medidas que levem as populações, através das J. Freguesia, a aderir a projetos comuns de proteção coletiva, sustentado por medidas de autodefesa e colaborar nestas ações.	A partir de 2006: - incentivar e acompanhar a implementação de medidas de autodefesa a desenvolver pelo município e Juntas de Freguesia; - a formação e sensibilização; - distribuição de material específico para o efeito.	SMPC + CDOS + CMDFCI + JUNTAS DE FREGUESIA
	Garantir a correta e eficaz execução da vigilância após rescaldo.	Estabelecer medidas Operacionais adequadas.	Incorporar, a partir de 2006, as ações da vigilância após rescaldo nos exercícios de validação de conhecimentos e de consolidação de princípios doutrinários operacionais introduzidos ao nível dos Comandantes e elementos de Comando.	SMPC + CDOS + CNOS + SNBPC
			Anualmente, validar a formação junto dos Comandantes e elementos de Comando.	SMPC + CDOS + CNOS + SNBPC

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Melhoria das Infraestruturas e logística de suporte à DFCI	Organizar uma Estrutura Nacional de Apoio Logístico, assente nas estruturas Municipais e Distritais, pensada e articulada não só para fazer face às situações de socorro e combate aos incêndios florestais mas também constituir uma base sustentada de uma primeira célula de primeira resposta a situações de emergência.	Criar uma adequada estrutura logística de suporte às ações de supressão.	Até 2007, estudar e propor as medidas necessárias ao estabelecimento de uma adequada estrutura logística de suporte às ações de supressão.	SNBPC + CNOS + CDOS + SMPC
4º Eixo Estratégico - Recuperar e reabilitar os ecossistemas				
Recuperar e reabilitar os ecossistemas	Avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a longo prazo.	Conduzir um programa específico dirigido à recuperação de áreas ardidas, aplicando as orientações estratégicas do Conselho Nacional de Reflorestação, dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal e as recomendações técnicas do Centro PHOENIX do Instituto Florestal Europeu.	Execução de ações imediatas de minimização de impactos, intervindo em grandes incêndios	ICNF INAG ICN IPPAR IES ANEFA OPF
		Avaliar os trabalhos de reabilitação das áreas afetadas	Avaliação e monitorização das ações. Constituição de equipas pluridisciplinares ao nível das NUTII	ICNF ICN IES GTF

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Recuperar e reabilitar os ecossistemas	Avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a longo prazo.	Avaliar a capacidade de recuperação das áreas ardidas	Incidência em áreas ardidas superiores a 500 hectares. Constituição de equipas pluridisciplinares ao nível das NUTII	ICNF ICN IES GTF
5º Eixo Estratégico - Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz. <i>- Assente no pressuposto que para a proteção das pessoas, dos seus bens, dos espaços florestais e ambiente, prevenindo as situações que os ponham em perigo ou limitando as consequências destas, o nível Municipal deverá ser o alicerce de toda uma política de prevenção e proteção e socorro. O nível Distrital, constitui-se como um patamar de um Comando Operacional único, profissional e permanente, garantindo, entre outras, a coordenação de todas as operações de socorro e assistência no seu Distrito, e com reflexo ao nível nacional.</i>				
Princípios	Preparar uma estrutura para sustentar as ações e metas antes abordadas aos níveis Municipal, Distrital e Nacional.	Estabelecer a tão necessária relação de proximidade entre os níveis Nacional, Distrital e Municipal.		MAI + CÂMARAS MUNICIPAIS
		Potenciar os recursos (humanos e materiais) para uma adequada capacidade de intervenção nos diversos Teatros de Operações.		MAI + MAMOT + CÂMARAS MUNICIPAIS
		Implementar uma adequada cultura logística suportada por uma estrutura integrada e sustentada ao nível Nacional, Distrital e Municipal.		MAI + CÂMARAS MUNICIPAIS

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Princípios	Preparar uma estrutura para sustentar as ações e metas antes abordadas aos níveis Municipal, Distrital e Nacional.	Descentralizar a formação de âmbito regional, apoiando-se nos Centros de Formação já existentes, implementar modelos de formação contínua nos CB com vista a incentivar o uso de novos métodos e técnicas de combate em incêndios florestais, de que se destaca como medidas privilegiadas as técnicas de sapador e contrafogo.		SNBPC + CNOS + SMPC + CDOS + ENB
		Integrar os PDFCI, elaborados ao nível do Concelho (Estrutura Municipal), numa ótica Distrital, e Nacional, sem prejuízo da necessária articulação, consolidação (através da implementação de exercícios de âmbito Municipal, Distrital e Nacional) e consequente adaptação aos três níveis.		MAI + CÂMARAS MUNICIPAIS

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Ao nível Municipal, organizar o Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC)	Ao nível municipal, monitorizar as operações de socorro e assistência, e, garantir o necessário apoio técnico e logístico.	A CMDFCI é o elo de ligação das várias entidades, sendo o PMDFCI o instrumento orientador das diferentes ações. Anualmente, as CMDFCI devem assentar a sua atividade da vigilância, deteção, fiscalização, 1ª intervenção e combate, em planos expeditos de carácter operacional municipal (POM) mobilizando e tirando partido de todos os agentes na área de influência municipal. Os SMPC deverão garantir, em sede de POM a coordenação de todas as operações e forças, de socorro, emergência e assistência e consequentemente da atividade operacional, garantir a ligação operacional permanente do município ao CDOS, e o apoio aos órgãos e às operações de socorro, emergência e assistência.		CÂMARAS MUNICIPAIS

Quadro das Entidades Envolvidas no PMDFCI

Entidades Envolvidas	
CMDFCI	Comissão Municipal da Floresta Contra Incêndios
GTF	Gabinete Técnico Florestal
Autarquia	Município de Tarouca
SMPC	Serviço Municipal de Proteção Civil
Juntas de Freguesia	Juntas de Freguesia do Concelho
ICNF	Instituto de Conservação da Natureza e Florestas
GNR	Guarda Nacional Republicana
SEPNA	Serviço da Proteção da Natureza e do Ambiente
ANPC	Autoridade Nacional de Proteção Civil
ENB	Escola Nacional de Bombeiros
CNOS	Comando Nacional de Operações de Socorro
CDOS	Centro Distrital de Operações de Socorro
CB	Corpo de Bombeiros
CMOS	Comando Municipal de Operações de Socorro
MAMOT	Ministério da Agricultura, do Mar, do ambiente e do Ordenamento do Território
ME	Ministério da Educação
MCTES	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
MAI	Ministério da Administração Interna
INAG	Instituto Nacional da Água
IPPAR	Instituto Português do Património Arquitetónico
IES	Instituto de Exercício e Saúde
ANEFA	Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente
Entidades Gestoras	Entidades Gestoras
OPF	Organizações de Produtores Florestais

2. MODELOS DE COMBUSTÍVEIS, CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES DE DEFESA CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS

2.1. Modelos de Combustíveis Florestais

A Carta dos Combustíveis Florestais é uma importante ferramenta de apoio ao planeamento, prevenção e combate aos incêndios florestais. A elaboração desta carta assenta na comparação das diferentes comunidades vegetais para os caracterizar sistematicamente relativamente à sua inflamabilidade, combustibilidade e carga de combustível que são as características que mais influenciam o fogo:

Carga de combustível

A carga de combustível esta relacionada com a quantidade de material disponível para a combustão. Dos quatro estratos de vegetação (arbóreo, arbustivo, herbáceo e folhada), os três últimos são os que contribuem diretamente para a carga de combustível. O estrato arbóreo contribui indiretamente com a folhada do solo e as raízes. A carga de combustível e a sua distribuição espacial, traduzido no grau de continuidade vertical e horizontal, são as características do combustível que influenciam o comportamento do fogo.

Combustibilidade

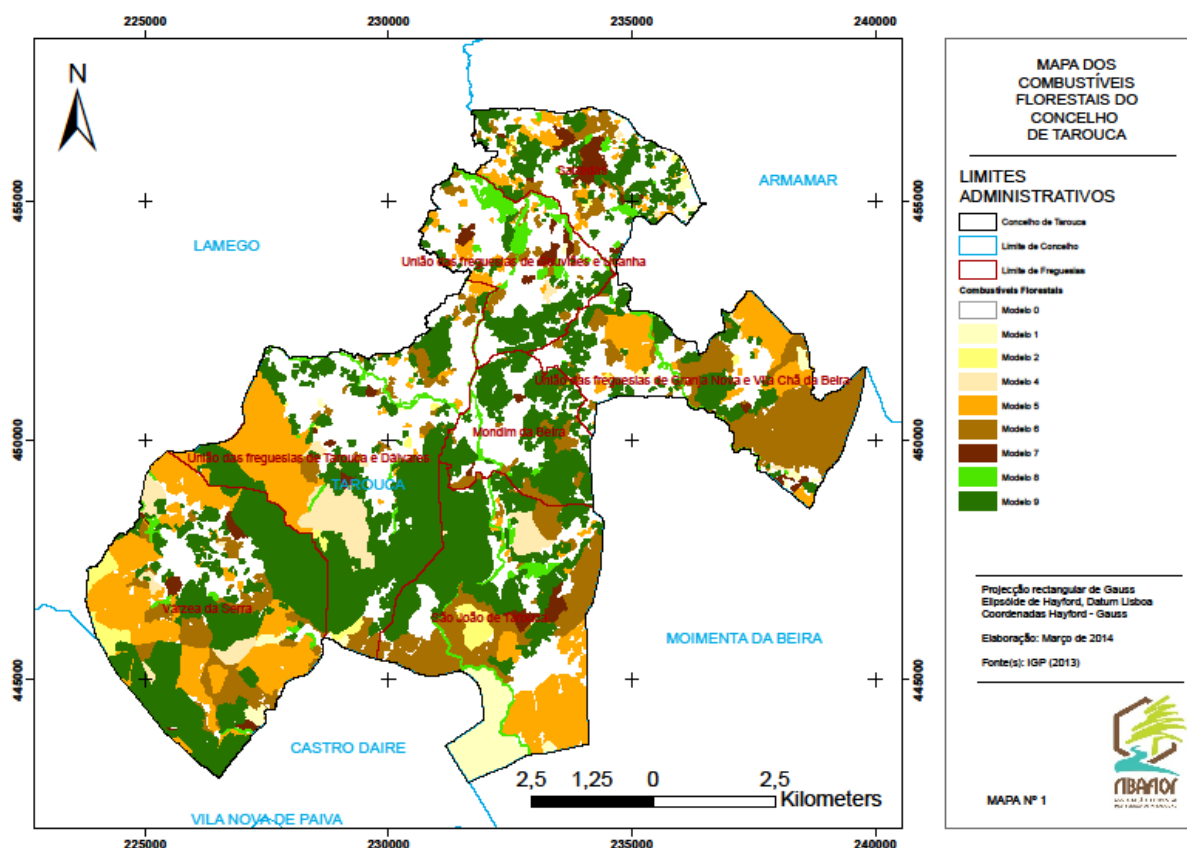
A combustibilidade traduz-se na facilidade de propagação da combustão e esta relacionada com o arranjo espacial dos combustíveis associado a uma determinada formação vegetal. E estabelecida através do tempo que uma formação vegetal demora a arder.

Inflamabilidade

A inflamabilidade de um combustível e um parâmetro que quantifica a facilidade com que o mesmo entra em ignição. A sua inflamabilidade esta relacionada com o seu teor de humidade, com a presença de substancias voláteis, nomeadamente resinas e óleos essenciais. Esta característica depende diretamente da espécie vegetal considerada. É variável ao longo do ano e para as diferentes partes que constituem a planta. Outro parâmetro a considerar e o do poder calorífico, ou seja, a quantidade de calor libertada pela combustão de um determinado material. Tanto para a inflamabilidade como para o poder

calorífico, interessa considerar os materiais finos tais como as folhas e os ramos, já que e sobretudo este tipo de combustível que ira influenciar o comportamento do fogo.

Com base nos conceitos descritos anteriormente adotou-se a metodologia apresentada pelo ICNF no guia metodológico para a elaboração de PMDFCI, tendo-se procedido as classificações tendo como base a informação obtida a partir da carta de ocupação do solo e validação no terreno. A classificação aconselhada tem como referencia a criada pela Northern Forest Fire Laboratory (NFFL) tendo sido ajustada ao caso português por Fernandes, P. Estes modelos assentam na caracterização das estruturas do estrato de porte arbustivo e não no tipo de espécies florestais existentes, como e possível verificar no exemplo dado para a chave de identificação de modelos apresentado nesse mesmo guia.



Como se pode ver pelo Mapa atrás apresentado, o Modelo 0, do qual fazem parte essencialmente os espaços agrícolas e as áreas sociais, com valor nulo, que não influenciam a carga de combustível disponível para os incêndios florestais, distribui-se uniforme e abundantemente em grande parte do concelho nas áreas Norte, Noroeste, Centro e Nordeste. Nestas áreas registam-se manchas relativas a outros modelos de combustível perfeitamente compartimentadas pelas anteriores quebrando a continuidade e

diminuindo o risco. De entre estas manchas destacam-se as de maior dimensão e que dizem respeito aos Modelos 5 e 9. Pode concluir-se que são áreas problemáticas ao nível dos Incêndios florestais o que vem de encontro à análise feita no Caderno I.

Na adjacência das áreas anteriores localizam-se manchas importantes dos Modelos 5 e 6, caracterizados por velocidades de propagação e intensidades do fogo moderadas a altas, e do Modelos 9 em que as velocidades de propagação são moderadas e a intensidade do fogo pode variar de baixa a alta.

Encontram-se conjugadas certas condições que propiciam a propagação rápida de incêndios a partir de zonas com intensidades de fogo mais baixas, para zonas que podem atingir intensidades mais elevadas pelo que, é necessário estabelecer um planeamento de compartimentação e implementação de faixas de proteção nas zonas mais críticas e que apresentem maior importância.

2.2. Cartografia de Risco de Incêndio Florestal

A elaboração da carta de Risco foi concretizada através do ArcGis 10.2.2 com célula de saída (pixéis) de 10cm.

As variáveis consideradas para o cálculo do risco de incêndio, foram: Incêndios Florestais dos últimos 23 anos (1990-2013) (Probabilidade); Ocupação do solo atualizada em gabinete tendo como base o COS2007 N5, onde se classificou em 3 níveis criando-se uma coluna para a suscetibilidade, valor económico e vulnerabilidade atribuindo-se o valor para cada uma das variáveis o proposto pelo guia técnico para realização do PMDFCI do ICNF, datado de Abril de 2012, o valor tendo em conta consulta de documentos privados e públicos obtendo-se a Suscetibilidade e o Dano Potencial multiplicando a coluna da vulnerabilidade pelo valor económico; os pontos cotados e as curvas de nível de 5 em 5 metros da cartografia municipal, o limite do concelho originário do CAOP 2013.

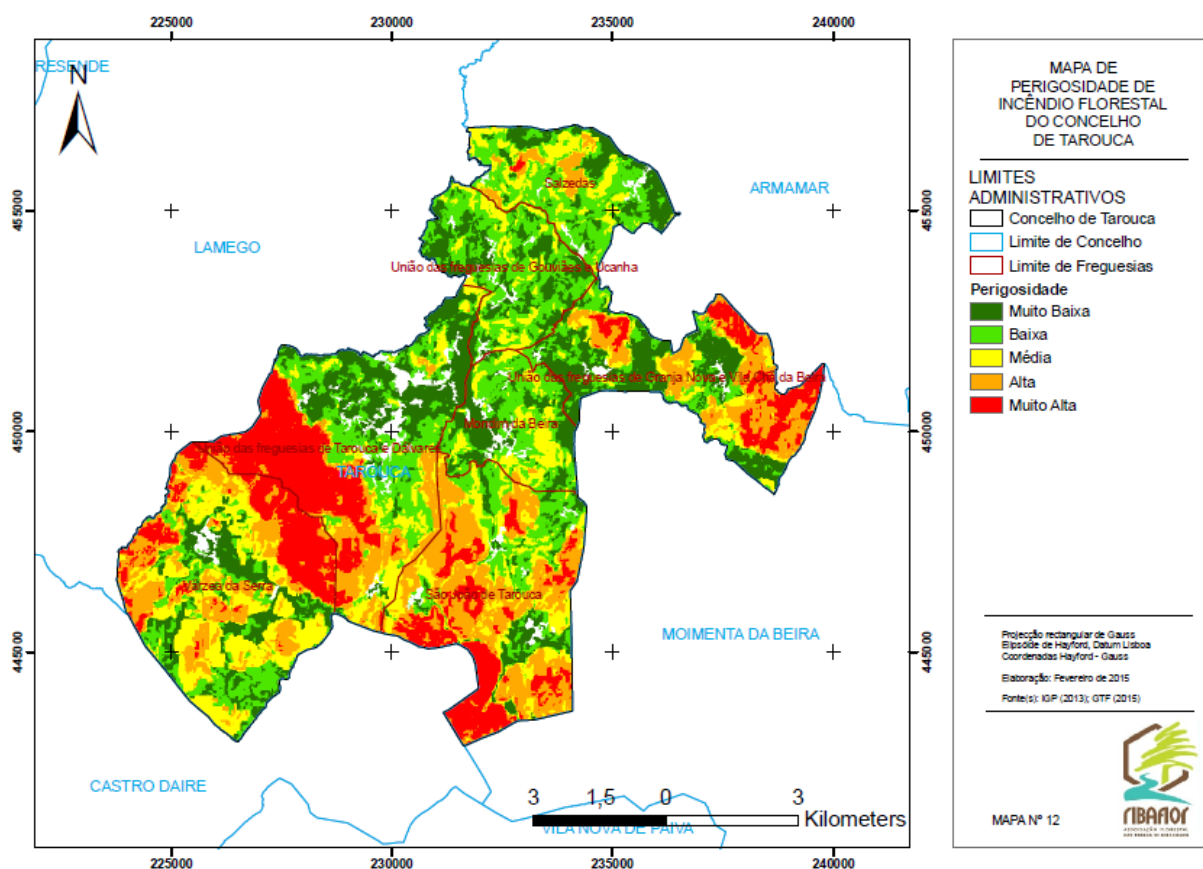
A reclassificação das cartas de declives e ocupação do solo atenderam ao apêndice 4 – Metodologia para a elaboração de cartografia de risco (mapa de perigosidade de incêndio florestal e mapa de risco de incêndio florestal) do guia técnico para a elaboração do PMDFCI, do ICNF, datado de Abril de 2012.

Anexa-se na pasta de peças escritas uma memória com os procedimentos adotados para a realização da cartografia de risco e perigosidade.

2.2.1. Perigosidade de Incêndio Florestal

A Perigosidade de Incêndio Florestal resulta da combinação da probabilidade e a suscetibilidade, apresentando o potencial de um território para a ocorrência do fenómeno, permitindo responder “onde tenho maior potencial para que o fenómeno ocorra e adquira maior magnitude”. O mapa de perigosidade de incêndio florestal é particularmente indicado para ações de prevenção.

O Mapa de Perigosidade foi elaborado com recurso à metodologia do ICNF. Para a elaboração desta carta teve-se em conta o cálculo da probabilidade onde foram utilizadas as áreas ardidas disponibilizadas pelo portal do ICNF desde 1990 a 2013 (23anos), a carta de ocupação do solo em formato vetorial classificada em 3 níveis com base no COS2007 N5 tendo havido correções na delimitação de parcelas e alguma ocupações tendo em conta trabalho de campo, google earth, ortofotomapas de 2013, os pontos cotados e as curvas de nível de 5 em 5metros da cartografia municipal, o limite do concelho originário do CAOP 2013.

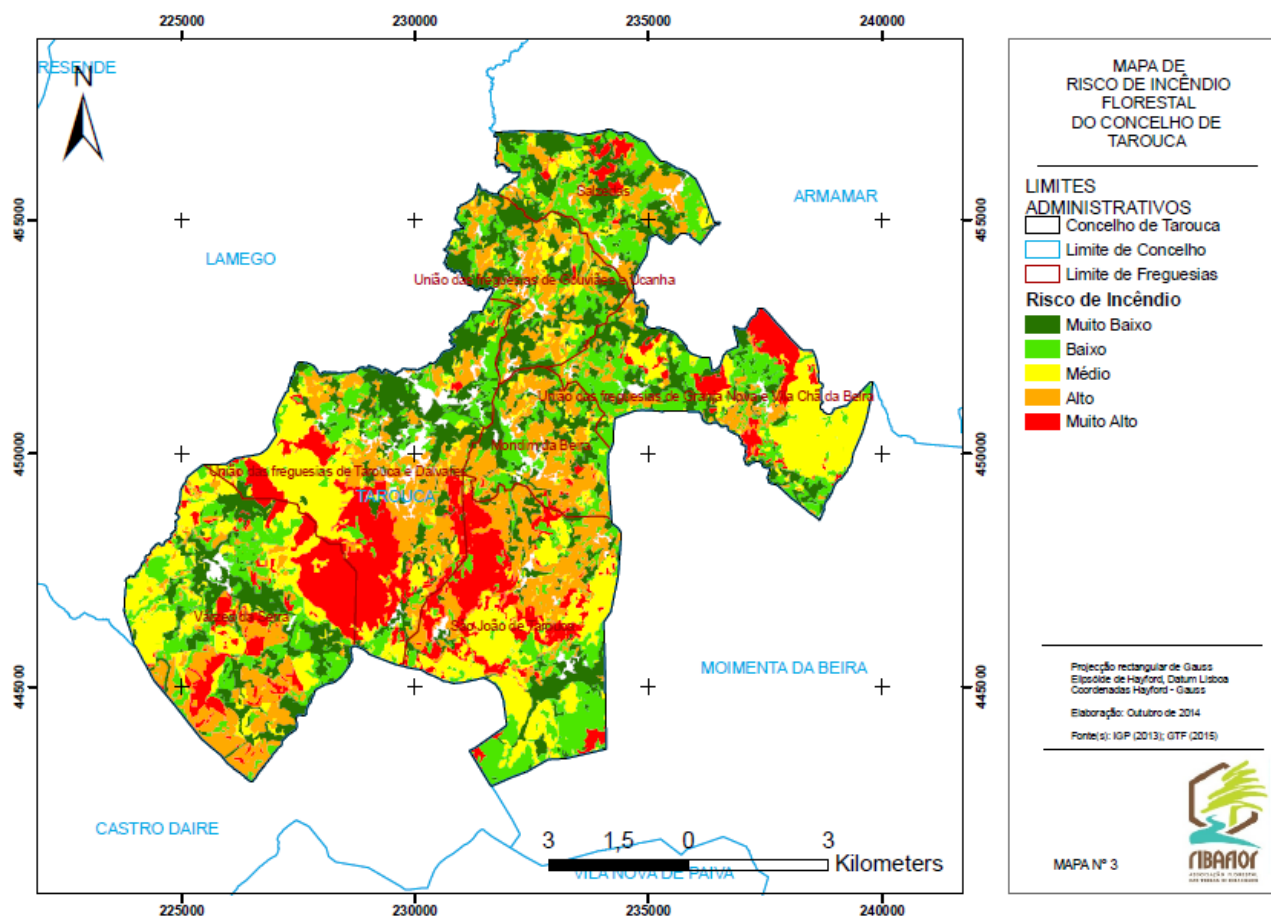


Através do Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal verificar-se que as zonas do Concelho de Tarouca que maior perigosidade apresentam, nas classes Alta e Muito Alta, coincidem com as de maior altitude e com a predominância do espaço florestal (matos e povoamentos).

As zonas Este, Oeste e Sul do concelho são, assim, as que apresentam a maior perigosidade o que vem de encontro ao descrito atrás na análise ao Mapa de combustíveis.

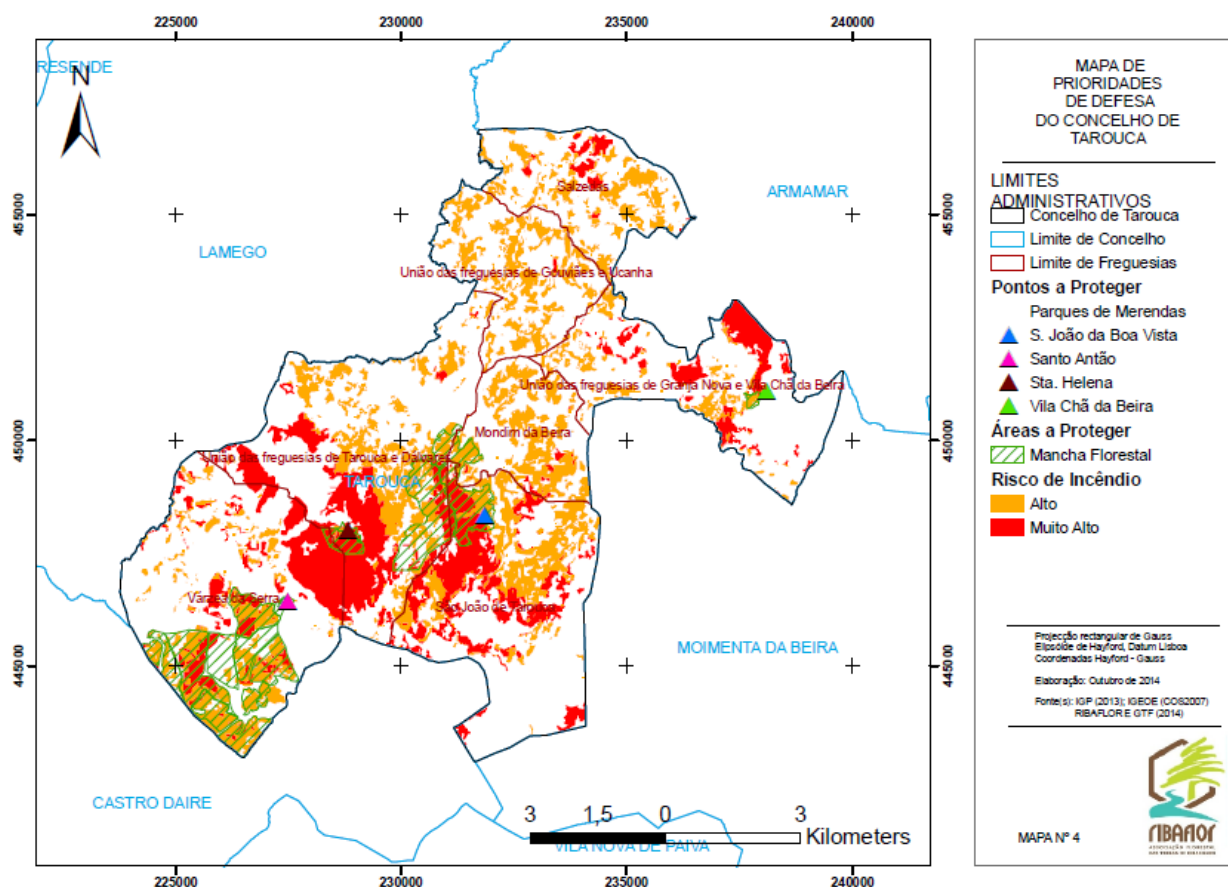
2.2.2. Risco de Incêndio Florestal

O mapa de risco combina as componentes do mapa da perigosidade com as componentes do dano potencial (vulnerabilidade e valor) para indicar qual o potencial de perda em face do fenómeno. Quando o fenómeno passa de uma hipótese a uma realidade, o mapa de risco informa o leitor acerca do potencial de perda de cada lugar cartografado, respondendo à questão “onde tenho condições para perder mais”. O mapa de risco de incêndio florestal é particularmente indicado para ações de prevenção quando lido em conjunto com o mapa de perigosidade, e para planeamento de ações de supressão.



Como se pode observar pelo mapa apresentado as zonas de Risco Alto e Muito Alto para o concelho de Tarouca apresentam-se distribuídas nas freguesias mais a sul e este do concelho, coincidindo também com as zonas com maior ocupação florestal. Efetuando uma comparação com o mapa de perigosidade verifica-se existir algumas coincidência entre estas zonas de risco alto e muito alto e as zonas de perigosidade alta e muito alta, devido às variáveis que foram introduzidas no cálculo do risco como a vulnerabilidade e o valor económico. O risco médio acompanha de uma forma geral também as zonas de maior perigosidade, encontrando-se distribuído de uma forma mais homogénea por todo o concelho. O risco baixo predomina nos espaços considerados incultos, nas cartas de ocupação, que apresentam um valor económico mais baixo.

2.3. Mapa de Prioridades de Defesa



O mapa de prioridades de defesa tem como objetivo a identificação dos elementos que interessa proteger, através da representação das manchas de risco de incêndio florestal alto e muito alto sobre as quais se desenham os elementos prioritários, como pontos ou polígonos conforme a natureza.

No mapa podemos observar as prioridades de defesa estabelecidas atualmente para o concelho de Tarouca, onde figuram essencialmente, nas áreas a proteger, floresta e arvoredo de interesse público tais como o parque de merendas da Sta. Helena e as mais importantes manchas de floresta existentes no concelho realçando-se a que se estende pelas freguesias de Várzea da serra, união de freguesias de Tarouca e Dalvares e S. João de Tarouca. Os Pontos a Proteger visam essencialmente Parques de Merendas e estruturas de cariz marcadamente sociocultural.

Relativamente à Tipologia dos Concelhos, esta resulta da tipificação definida pelo ICNF com base no nº de ocorrência e área ardida de cada Concelho, para distinguir os grandes tipos de problemas / Soluções associados a incidência de incêndios. Deste modo os concelhos do território continental foram divididos em 4 tipos:

- Poucas ocorrências:
 - pouca área ardida T1
 - muita área ardida T2
- Muitas ocorrências:
 - pouca área ardida T3
 - muita área ardida T4

De acordo com essa tipificação, o concelho de Tarouca enquadra-se na tipologia T4.

3. OBJETIVOS E METAS DO PMDFCI

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
1º Eixo Estratégico - Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais.				
Promover a Gestão Florestal e Intervir preventivamente em áreas Estratégicas	Definir as prioridades de planeamento e execução das infraestruturas de DFCI face ao risco.	Operacionalizar a ação das CMDFCI.	As CMDFCI reúnem 4 vezes por ano, acompanhando a operacionalização, execução do respetivo PMDFCI.	Autarquia+ ICNF
		Apoiar a atividade do Gabinete Técnico Florestal	Avaliação do desempenho do GTF anualmente O ICNF mantém uma organização que possibilite a valorização da proximidade com os GTF e CMDFCI. Funcionamento pleno da CMDFCI anualmente.	ICNF + CMDFCI + GTF
	Proteger as zonas de interface urbano/florestal	Criar e manter faixas exteriores de proteção, nos aglomerados populacionais, intervindo prioritariamente nas zonas com maior vulnerabilidade aos incêndios	A Autarquia realiza integralmente a meta anualmente prevista no PMDFCI.	Autarquia

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Promover a Gestão Florestal e Intervir preventivamente em áreas Estratégicas	Proteger as zonas de interface urbano/florestal	Criar e manter faixas exteriores de proteção em parques e polígonos industriais, aterros sanitários, habitações, estaleiros, armazéns, oficinas e outras edificações	Anualmente é garantida a segurança destes espaços.	Entidades gestoras + Autarquia
	Implementar programa de redução de combustíveis	Criar redes de gestão de combustível, através da redução parcial ou total da vegetação em faixas e parcelas estrategicamente localizadas para a defesa de pessoas e edificações e de povoamentos florestais	Manutenção das faixas da Rede Primária e Secundária já executadas até 2014 e execução das restantes.	CMDFCI + GTF + ICNF
	Condicionar trabalhos/acessos a áreas florestais durante o período crítico	Sinalização de condicionamento de acesso, de execução de trabalhos e sinalização informativa sobre o risco de incêndio	As CMDFCI acompanham o processo de sinalização das áreas e as medidas de condicionamento que deverão ser implementadas no âmbito do POM	CMDFCI
2º Eixo Estratégico - Redução da incidência dos incêndios <i>- Assenta na necessidade de uma intervenção cuidada ao nível da prevenção, entendida esta como o conjunto das atividades que têm por objetivos reduzir ou anular a possibilidade de se iniciar um incêndio, diminuir a sua capacidade de desenvolvimento e mitigar os efeitos indesejáveis que o incêndio pode originar, ou seja, que atua em duas vertentes principais, o controlo das ignições e o controlo da propagação.</i>				
Educar e sensibilizar as populações	Sensibilização da população	Programas a desenvolver ao nível local, e dirigido a grupos específicos da população rural, em função das informações históricas de investigação das causas dos incêndios.	Anualmente as CMDFCI, de acordo com o PMDFCI, desenvolvem estas ações.	CMDFCI

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
3º Eixo Estratégico - Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios. <i>- Assenta no conceito de que em qualquer situação de perigo, deve ser dedicada a maior atenção ao combate aos incêndios nascentes, porque, só assim, se evitarão grandes incêndios.</i>				
Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1ª Intervenção.	Estruturar e gerir a vigilância e a deteção como um sistema integrado (dispositivo de vigilância e deteção) de cariz municipal.	Melhorar a performance das equipas de Sapadores Florestas	A Equipe de Sapadores está incluída operacionalmente no sistema municipal de prevenção e 1ª intervenção	ICNF + OPF + CMDFCI
			O GTF recolhe informação trimestral da respetiva atividade.	ICNF + OPF + CMDFCI
		Implementar ao nível Municipal, em sede de CMDFCI, medidas que levem as populações, através das juntas de freguesia, e/ou organizações de voluntariado a aderir a projetos comuns de proteção coletiva.	Anualmente, e durante 1º trimestre de cada ano, implementar medidas de proteção coletiva a integrar no sistema de vigilância e deteção Municipal e Distrital.	CMDFCI

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1ª Intervenção.	Estruturar e gerir a vigilância e a deteção como um sistema integrado (dispositivo de vigilância e deteção) de cariz municipal.	Coordenação de todas as ações de vigilância e deteção, privilegiando a comunicação de cariz Municipal.	Manutenção anual da: – Vigilância fixa; – Vigilância terrestre móvel, como um complemento da rede de vigilância fixa (Forças Armadas, da GNR, da Câmara Municipal, dos Bombeiros e da Equipa de Sapadores Florestais).	SEPNA/GNR + CMDFCI + GTF + ICNF
			Melhorar a rede de comunicações entre todas as Equipas, Grupos, Brigadas, Postos de Vigia e outros meios existentes no terreno.	SEPNA/GNR + CMDFCI + ICNF
		Acompanhar, permanente, em sede própria, os resultados das ações de deteção ao nível Municipal, Distrital e Nacional.	– No 1º trimestre de cada ano, implementação de medidas e de projeto municipal de proteção coletiva, a integrar no sistema de vigilância e deteção Municipal e Distrital; – No 4º trimestre de cada ano, a avaliação do modelo e a incorporação dos eventuais ajustamentos, face à experiência do ano anterior	SEPNA/GNR + CMDFCI +CMOS

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1ª Intervenção.	Integrar a vigilância móvel de cariz Distrital ou Nacional	Prever a integração da vigilância aérea armada nos dias em que o Índice de Risco e os meios aéreos disponíveis o aconselhe.	Anualmente, o SMPC, os Municípios, a GNR, o ICNF, as OPF's e as OB implementam as medidas necessárias à sua articulação no TO.	CMDFCI
Reforço da capacidade de 1ª Intervenção	Estruturar o nível Municipal de 1ª Intervenção	Na elaboração dos PMDFCI/POM, integrar a atuação dos Bombeiros, das Equipas de Sapadores Florestais, das Equipas do SEPNA e do GIPS da GNR, e, outros Agentes presentes no terreno.	Anualmente, o SMPC, os Municípios, a GNR, o ICNF, as OPF's e as OB implementam as medidas necessárias à sua articulação no TO. Anualmente, coordenar operacionalmente, através do POM, as atividades dos recursos humanos e dos meios no município;	CMDFCI
			Formar, permanentemente, todos os agentes envolvidos.	SNBPC + ICNF + FA + GNR + ICN
			Identificar outros Agentes com capacidade de 1ª Intervenção ao nível municipal.	CMDFCI
		Dar continuidade a projetos comuns de proteção coletiva, desenvolvidos no âmbito do sistema de vigilância e deteção.	Anualmente, promover a distribuição de material específico para auto-proteção das populações.	CMDFCI
			No 1º Trimestre do ano promover ações de formação (1ª Intervenção)	SNBPC+ ICNF +OPF
	Estruturar o nível Distrital de 1ª Intervenção	Desenvolver um sistema de comunicações para articulação dos meios de 1ª Intervenção.	Garantir a articulação das comunicações entre as várias estruturas.	CMDFCI + GNR + SNBPC

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Reforço da capacidade do ataque ampliado	Reforçar eficácia do combate terrestre ao nível Municipal. (capacidade de comando das operações, coordenação das várias entidades envolvidas e mobilização dos meios).	Levantamento dos recursos (materiais e efetivos mobilizáveis) existentes em cada Corpo de Bombeiros (CB), com vista à avaliação da sua capacidade operacional e do respetivo Município.	Anualmente, fazer a avaliação dos recursos existentes no município.	SMPC + CB
		Articulação coordenada dos meios de combate do seu município, e dos que lhe forem atribuídos pelo Centro Distrital e Nacional, e em cumprimento do dispositivo de forças.	Articulação e sob as orientações do CDOS, no âmbito das suas competências, implementa uma política de formação contínua e de exercícios conjuntos nos Corpos de Bombeiros do Município.	SMPC + CB + ENB + CDOS
			Incentiva a utilização dos vários métodos e técnicas de extinção.	CDOS+ ENB + CB + SMPC
			Formação nos CB de meios humanos especializados, integrados em Grupos ou Equipas, especialmente vocacionados para o combate a IF.	CDOS + CB+ ENB + SMPC
		Qualificar os quadros de Comando e Chefia que integram, ou se preveja que venham a integrar, o dispositivo Operacional.	Anualmente, elaborar o levantamento de necessidades, calendariza as atividades de forma a serem integradas no plano de formação de elementos de comando de nível Distrital e/ou Nacional.	CDOS + CB + ENB + CNOS

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Reforço da capacidade do ataque ampliado	Reforçar eficácia do combate terrestre ao nível Municipal. (capacidade de comando das operações, coordenação das várias entidades envolvidas e mobilização dos meios).	Proceder ao levantamento das máquinas de rasto, tratores e buldózer existentes no município e/ou na sua área, promover políticas de colaboração e formar os operadores.	Anualmente, proceder ao levantamento destes meios, e definir as políticas de colaboração/contratação entre os seus proprietários e o município.	SMPC + CMDFCI
		O conhecimento e o enquadramento operacional das Equipas/Brigadas de Sapadores Florestais existentes no concelho.	Todas as Equipas/Brigadas fazem parte do dispositivo municipal de apoio ao combate aos incêndios florestais, operações de rescaldo e vigilância após rescaldo.	ICNF + OPF's + OB + SMPC + CDOS + CMDFCI
		Distribuir os meios no terreno atendendo ao risco de incêndio, fazendo recurso de destacamentos temporários.	Anualmente, elaborar o levantamento das áreas de risco do Município.	CMDFCI + GTF + SMPC + CDOS
			Anualmente, planear a tática de combate mais adequada à defesa do município através da realização de exercícios conjuntos com base nessas áreas e cenários hipotéticos.	CMDFCI + GTF + SMPC + CDOS + SMPC
		Balancear o acionamento de elementos de reforço (humanos e materiais) municipais ou atribuídos.	Anualmente, desenvolver uma política de exercícios conjuntos nos Corpos de Bombeiros do Município, privilegiando os aspetos da coordenação entre os vários agentes.	SMPC + CDOS + CB + SMPC + CMDFCI

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Reforço da capacidade do ataque ampliado	Reforçar eficácia do combate terrestre ao nível Municipal. (capacidade de comando das operações, coordenação das várias entidades envolvidas e mobilização dos meios).	Articular os meios e a rede rádio da estrutura de combate aos Incêndios Florestais, frequências e procedimentos a adotar.	Anualmente, implementar uma política de exercícios conjuntos para operacionalizar medidas e procedimentos no âmbito das comunicações, analisar deficiências e propor as medidas adequadas à sua resolução.	SMPC +CDOS + CB
		Fazer o levantamento e mobilização dos meios municipais logísticos e de apoio e operacionalizar a sua integração no dispositivo logístico Nacional.	Anualmente: - fazer o levantamento dos meios disponíveis na área do Município; - planear a manobra logística mais adequada ao Município; - elaborar exercícios para validação do planeamento logístico.	SMPC + CMDFCI + CDOS
	Reforçar eficácia do combate terrestre ao nível Distrital. (capacidade de comando das operações, coordenação das várias entidades envolvidas e mobilização dos meios).	Implantar e articular os meios de ataque ao nível municipal.	Anualmente: - fazer a avaliação dos meios dos municípios e risco associado; - elaborar planos de contingência; - promover a realização de exercícios conjuntos para articulação de meios ao nível Distrital; - promover uma atitude de colaboração intermunicipal.	CDOS + SMPC
		Integrar ao nível Distrital, na parte correspondente, os Planos da Operacionais Municipais (POM) elaborados ao nível do Concelho.	Até ao final de cada ano, implementar as medidas necessárias à prossecução deste desiderato.	CDOS + SMPC

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós rescaldo.	Garantir a correta e eficaz execução do rescaldo.	Empregar as Equipas/Brigadas de Sapadores Florestais	Anualmente: - elaborar o levantamento das Equipas e Brigadas de Sapadores Florestais existentes no respetivo Distrito; - Implementar modelos de atuação nas operações de rescaldo.	SMPC + CDOS + CMDFCI + GTF + ICNF + OPF's + OB
		Utilizar as máquinas de rasto	Anualmente, assegurar a sua rápida mobilização, pelo que importa, por um lado, garantir a colaboração das autarquias, e por outro, a atempada contratação com agentes privados.	SMPC + CDOS + CMDFCI
		Implementar por parte das autarquias medidas que levem as populações, através das J. Freguesia, a aderir a projetos comuns de proteção coletiva, sustentado por medidas de autodefesa e colaborar nestas ações.	Incentivar e acompanhar a implementação de medidas de autodefesa a desenvolver pelo município e Juntas de Freguesia; Formação e sensibilização; distribuição de material específico para o efeito.	SMPC + CDOS + CMDFCI + JUNTAS DE FREGUESIA
	Garantir a correta e eficaz execução da vigilância após rescaldo.	Estabelecer medidas Operacionais adequadas.	Incorporar, as ações da vigilância após rescaldo nos exercícios de validação de conhecimentos e de consolidação de princípios doutrinários operacionais introduzidos ao nível dos Comandantes e elementos de Comando.	SMPC + CDOS + CNOS + SNBPC
			Anualmente, validar a formação junto dos Comandantes e elementos de Comando.	SMPC + CDOS + CNOS + SNBPC

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Melhoria das Infraestruturas e logística de suporte à DFCI	Organizar uma Estrutura Nacional de Apoio Logístico, assente nas estruturas Municipais e Distritais, pensada e articulada não só para fazer face às situações de socorro e combate aos incêndios florestais mas também constituir uma base sustentada de uma primeira célula de primeira resposta a situações de emergência.	Criar uma adequada estrutura logística de suporte às ações de supressão.	Até 2019, estudar e propor as medidas necessárias ao estabelecimento de uma adequada estrutura logística de suporte às ações de supressão.	SNBPC + CNOS + CDOS + SMPC
4º Eixo Estratégico - Recuperar e reabilitar os ecossistemas				
Recuperar e reabilitar os ecossistemas	Avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a longo prazo.	Conduzir um programa específico dirigido à recuperação de áreas ardidas, aplicando as orientações estratégicas do Conselho Nacional de Reflorestação, dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal e as recomendações técnicas do Centro PHOENIX do Instituto Florestal Europeu.	Execução de ações imediatas de minimização de impactos, intervindo em grandes incêndios	ICNF INAG ICN IPPAR IES ANEFA OPF
		Avaliar os trabalhos de reabilitação das áreas afectadas	Avaliação e monitorização das ações. Constituição de equipas pluridisciplinares ao nível das NUTII	ICNF IES GTF

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Recuperar e reabilitar os ecossistemas	Avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a longo prazo.	Avaliar a capacidade de recuperação das áreas ardidas	Incidência em áreas ardidas superiores a 500 hectares. Constituição de equipas pluridisciplinares ao nível das NUTII	ICNF IES GTF
5º Eixo Estratégico - Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz. <i>- Assente no pressuposto que para a proteção das pessoas, dos seus bens, dos espaços florestais e ambiente, prevenindo as situações que os ponham em perigo ou limitando as consequências destas, o nível Municipal deverá ser o alicerce de toda uma política de prevenção e proteção e socorro. O nível Distrital, constitui-se como um patamar de um Comando Operacional único, profissional e permanente, garantindo, entre outras, a coordenação de todas as operações de socorro e assistência no seu Distrito, e com reflexo ao nível nacional.</i>				
Princípios	Preparar uma estrutura para sustentar as ações e metas antes abordadas aos níveis Municipal, Distrital e Nacional.	Estabelecer a tão necessária relação de proximidade entre os níveis Nacional, Distrital e Municipal.	Articulação de meios.	MAI + CÂMARAS MUNICIPAIS
		Potenciar os recursos (humanos e materiais) para uma adequada capacidade de intervenção nos diversos Teatros de Operações.	Articulação de meios.	MAI + MAMAOT + CÂMARAS MUNICIPAIS
		Implementar uma adequada cultura logística suportada por uma estrutura integrada e sustentada ao nível Nacional, Distrital e Municipal.	Articulação de meios.	MAI + CÂMARAS MUNICIPAIS

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Princípios	Preparar uma estrutura para sustentar as ações e metas antes abordadas aos níveis Municipal, Distrital e Nacional.	Descentralizar a formação de âmbito regional, apoiando-se nos Centros de Formação já existentes, implementar modelos de formação contínua nos CB com vista a incentivar o uso de novos métodos e técnicas de combate em incêndios florestais, de que se destaca como medidas privilegiadas as técnicas de sapador e contrafogo.	Articulação de meios.	SNBPC + CNOS + SMPC + CDOS + ENB
		Integrar os PDFCI, elaborados ao nível do Concelho (Estrutura Municipal), numa ótica Distrital, e Nacional, sem prejuízo da necessária articulação, consolidação (através da implementação de exercícios de âmbito Municipal, Distrital e Nacional) e consequente adaptação aos três níveis.	Articulação de meios.	MAI + CÂMARAS MUNICIPAIS

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Ao nível Municipal, organizar o Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC)	Ao nível municipal, monitorizar as operações de socorro e assistência, e, garantir o necessário apoio técnico e logístico.	A CMDFCI é o elo de ligação das várias entidades, sendo o PMDFCI o instrumento orientador das diferentes ações. Anualmente, as CMDFCI devem assentar a sua atividade da vigilância, deteção, fiscalização, 1ª intervenção e combate, em planos expeditos de carácter operacional municipal (POM) mobilizando e tirando partido de todos os agentes na área de influência municipal. Os SMPC deverão garantir, em sede de POM a coordenação de todas as operações e forças, de socorro, emergência e assistência e consequentemente da atividade operacional, garantir a ligação operacional permanente do município ao CDOS, e o apoio aos órgãos e às operações de socorro, emergência e assistência.	Articulação de meios.	CÂMARAS MUNICIPAIS

4. EIXOS ESTRATÉGICOS

4.1. 1º EIXO ESTRATÉGICO

AUMENTO DA RESILÊNCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

4.1.1. Levantamento da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios (RDFCI)

4.1.1.1. Redes de Faixas de Gestão de Combustíveis (FGC) e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustíveis (PGC)

Segundo o Decreto-lei nº 124/2006, de 28 de Junho, a rede de defesa da floresta contra incêndios consiste numa malha de faixas de gestão de combustível (FGC) que asseguram três funções:

- Diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios, permitindo e facilitando uma intervenção direta de combate na frente de fogo ou nos seus flancos;

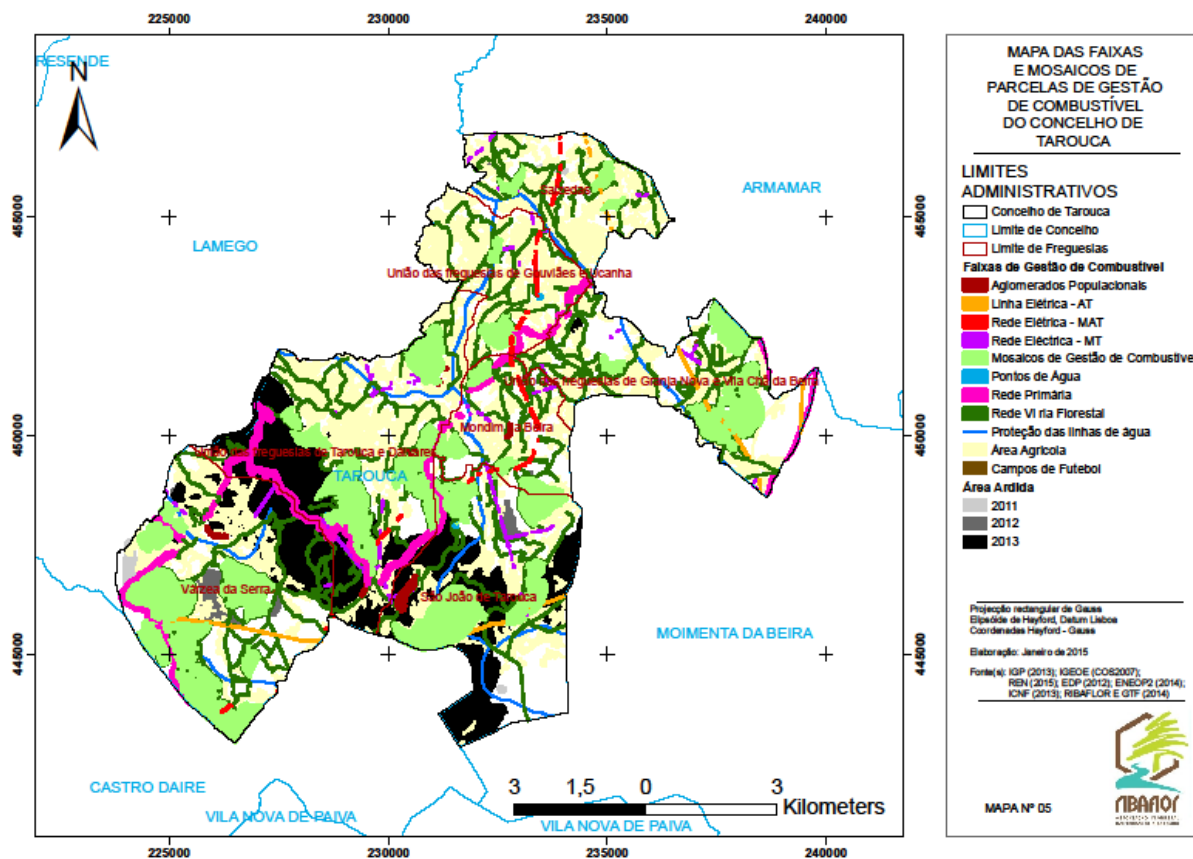
- Redução dos efeitos da passagem de grandes incêndios protegendo, de forma passiva, vias de comunicação, infraestruturais, zonas edificadas e povoamentos florestais de valor especial;

- Isolamentos de focos potenciais de ignição de incêndios, como sejam as faixas paralelas as linhas elétricas ou a rede viária, as faixas envolventes aos parques de recreio, entre outros.

Como se pode ver pelo Mapa que a seguir se apresenta, as faixas de gestão de combustíveis encontram-se espalhadas de uma forma bastante homogénea e presente graças sobretudo às manchas de agricultura nomeadamente de pomares e pastagens.

Sendo assim considera-se existir desde já na referida zona um Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustíveis, que foi complementado com as FGC referentes à proteção dos aglomerados populacionais, polígonos industriais, às linhas elétricas de muito alta, alta e média tensão, rede primária, da rede viária Florestal e mosaicos de gestão de combustível. Foram ainda referenciados campos de futebol para toda a área do concelho, faixas de gestão de combustível em redor dos pontos de água, os planos de água e ainda as áreas

ardidas nos anos de 2011, 2012 e 2013 pelo que se julga conseguir obter um bom Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustíveis.



Distribuição por Freguesia da Área Ocupada por Faixas e Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível

Freguesia	Código da descrição da faixa/mosaico	Descrição da Faixa / Mosaico	Área (ha)	%
União de Freguesias de Gouveães e Ucanha	4	Rede viária florestal	41,55	4,65
	7	Rede elétrica em muita alta tensão	7,47	0,84
	8	Rede Primária	28,32	3,17
	10	Rede elétrica em média tensão	1,02	0,11
	11	Mosaicos de gestão de combustível	46,63	5,22
	12	Pontos de água	0,78	0,09
	Sub-Total		125,77	-
União de Freguesias de Granja Nova e Vila Chã da Beira	4	Rede viária florestal	81,28	6,00
	7	Rede elétrica em muita alta tensão	0,03	0,002
	8	Rede primária	26,14	1,93
	10	Rede elétrica em média tensão	2,00	0,15
	11	Mosaicos de gestão de combustível	218,09	16,11
	12	Pontos de água	0,78	0,06
	13	Rede elétrica em alta tensão	10,44	0,77
	Sub-Total		338,76	-
Mondim da Beira	2	Aglomerados populacionais	2,17	0,31
	4	Rede viária florestal	43,84	6,19
	7	Rede elétrica em muita alta tensão	7,03	0,99
	8	Rede primária	19,37	2,74
	10	Rede elétrica em média tensão	1,23	0,17
	11	Mosaicos de gestão de combustível	74,38	10,51
	Sub-Total		148,02	-

Freguesia	Código da descrição da faixa/mosaico	Descrição da Faixa / Mosaico	Área (ha)	%
Salzedas	4	Rede viária florestal	46,56	5,27
	7	Rede elétrica em muita alta tensão	3,22	0,36
	8	Rede primária	0,19	0,02
	10	Rede elétrica em média tensão	1,68	0,19
	11	Mosaicos de gestão de combustível	35,91	4,06
	13	Rede elétrica em alta tensão	2,32	0,26
	Sub-Total		89,88	-
S. João de Tarouca	2	Aglomerados populacionais	14,19	0,76
	4	Rede viária florestal	65,16	3,51
	7	Rede elétrica em muita alta tensão	1,24	0,07
	8	Rede primária	14,34	0,77
	10	Rede elétrica em média tensão	5,92	0,32
	11	Mosaicos de gestão de combustível	326,63	17,57
	12	Pontos de água	0,78	0,04
	13	Rede elétrica em alta tensão	8,71	0,47
	Sub-Total		436,97	-
União de Freguesias de Tarouca e Dalvaes	2	Aglomerados populacionais	7,40	0,34
	4	Rede viária florestal	102,86	4,69
	7	Rede elétrica em muita alta tensão	2,03	0,09
	8	Rede primária	125,90	5,74
	10	Rede elétrica em média tensão	8,39	0,38
	11	Mosaicos de gestão de combustível	319,81	14,59
	12	Pontos de água	1,56	0,07
	Sub-Total		567,95	-

Freguesia	Código da descrição da faixa/mosaico	Descrição da Faixa / Mosaico	Área (ha)	%
Várzea da Serra	2	Aglomerados populacionais	3,79	0,18
	4	Rede viária florestal	103,17	4,87
	7	Rede elétrica em muita alta tensão	1,32	0,06
	8	Rede primária	87,05	4,11
	10	Rede elétrica em média tensão	2,00	0,09
	11	Mosaicos de gestão de combustível	494,15	23,32
	13	Rede elétrica em alta tensão	8,86	0,42
	Sub-Total		700,34	-
		TOTAL 2	27,55	0,28
		TOTAL 4	484,42	4,84
		TOTAL 7	22,33	0,22
		TOTAL 8	301,31	3,01
		TOTAL 10	22,23	0,22
		TOTAL 11	1515,61	15,14
		TOTAL 12	3,91	0,04
		TOTAL 13	30,34	0,30
		TOTAL FGC e MOSAICOS	2407,69	24,06

De acordo com a tabela apresentada podemos verificar que o total de Faixas de Gestão de Combustível (FGC) corresponde a 2407,69ha, dos quais, mais de metade corresponde às faixas referentes mosaicos de gestão de combustível, com 1515,62 ha, seguindo-se as faixas de rede viária florestal e rede primária, uma vez que se estende pelo concelho todo proporcionando assim vastas zonas interessantes ao nível da defesa da floresta contra incêndios.

De salientar ainda o valor referente às FGC de proteção aos aglomerados florestais, que se assumem como prioridade, uma vez que existem algumas aldeias completamente inseridas em espaços florestais e que são constantemente ameaçadas pelos incêndios.

Relativamente ao total do concelho a percentagem que se apresenta é bastante significativa pelo que se julga ser a suficiente para o conjunto das ações de DFCI.

4.1.1.2. Rede Viária Florestal

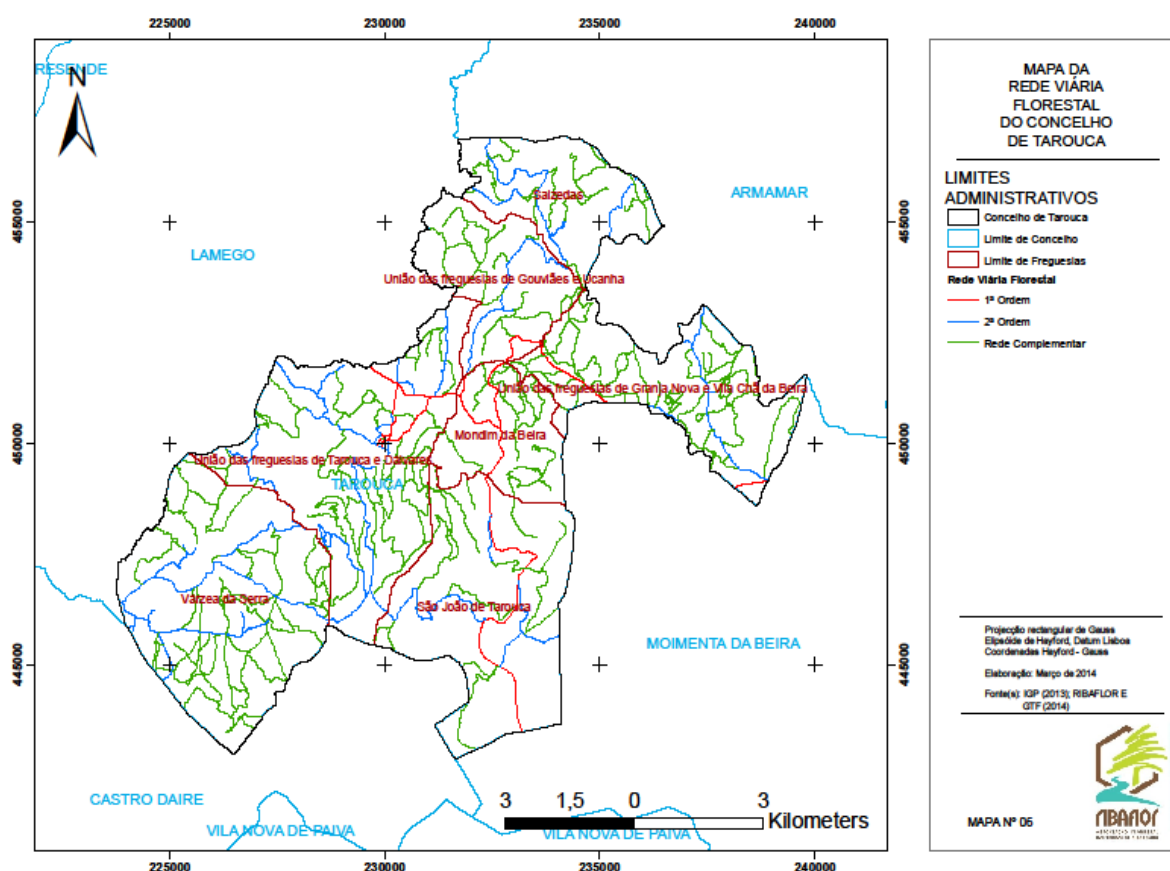
A rede viária constitui um dos elementos básicos da estratégia de defesa da floresta contra incêndios, servindo com frequência como referencial para a implantação e eficiência dos restantes componentes DFCI sendo que a acessibilidade aos espaços florestais constitui um aspeto relevante para o ordenamento florestal.

No contexto da DFCI, a rede viária desempenha funções de:

- Rápida deslocação dos meios de combate, não só à zona de fogo mas também aos pontos de reabastecimento de água, combustível, etc;
- Integra a rede das FGC, sendo fundamental para a eficácia da rede primária, onde as equipas de luta encontram condições favoráveis para o combate ao fogo, em segurança;
- Permite a circulação de patrulhas de vigilância móvel terrestre, em complemento à rede de vigilância fixa. A rede viária constitui ainda zonas de descontinuidade horizontal da vegetação, podendo contribuir para travar o avanço de incêndios florestais. Além das restantes infraestruturas com relevância para a Defesa da Floresta Contra Incêndios, a existência de cartografia de estradas e caminhos é de elevada importância para as operações de coordenação de meios de combate e para o desenvolvimento de estratégias.

De seguida apresenta-se o Mapa da Rede Viária Florestal para o Concelho de Tarouca onde foram considerados os caminhos florestais de maior relevância no acesso às zonas florestais.

Sendo assim, não foi considerada, toda a rede viária existente uma vez que seria incomportável apresentar uma densidade tão elevada, num plano desta natureza, bem como a cartografia se tornaria extremamente confusa. Foi tida ainda em consideração a rede de estradas nacionais e municipais que serve as zonas florestais existentes bem como os caminhos cujo levantamento foi efetuado com recurso a GPS.



A rede viária constitui um dos elementos básicos da estratégia de defesa da floresta contra incêndios, servindo com frequência como referencial para a implantação e eficiência dos restantes componentes DFCI sendo que a acessibilidade aos espaços florestais constitui um aspecto relevante para o ordenamento florestal.

Distribuição da Rede Viária Florestal por Freguesia

Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Designação da RVF	Comprimento (Km)	%
União de Freguesias de Gouveães e Ucanha	1ª Ordem	EM 520	0,001	0,01
		EN 226	1,42	5,98
	2ª Ordem	BT.2.15	0,30	1,26
		EM 520	5,20	21,96
	Rede Complementar	BT.3.64	0,036	0,15
		BT.3.65	0,20	0,86
		BT.3.66	0,29	1,24
		BT.3.68	1,12	4,73
		BT.3.69	0,85	3,60
		BT.3.70	0,65	2,75
		BT.3.82	0,91	3,84
		BT.3.83	0,96	4,05
		BT.3.84	1,70	7,18
		BT.3.86	1,04	4,41
		BT.3.87	0,74	3,13
		BT.3.88	0,007	0,03
		BT.3.89	0,49	2,07
		BT.3.153	0,22	0,96
		BT.3.154	1,16	4,90

Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Designação da RVF	Comprimento (Km)	%
União de Freguesias de Gouveias e Ucanha (Continuação)	Rede Complementar (Continuação)	BT.3.166	0,007	0,03
		BT.3.167	0,35	1,49
		BT.3.168	0,42	1,75
		BT.3.170	1,65	6,99
		BT.3.171	1,18	4,97
		EM 526	1,11	4,70
		EM 1171	1,65	6,95
	1ª Ordem		1,42	5,99
	2ª Ordem		5,50	23,23
	Rede Complementar		16,76	70,78
	Sub Total RVF		23,68	-
União de Freguesias de Granja Nova E Vila Chã da Beira	1ª Ordem	EN 226	3,05	5,94
		BT.2.09	0,82	1,60
	2ª Ordem	BT.2.13	4,27	8,31
		BT.2.14	0,18	0,35
		BT.2.17	0,98	1,91
	Rede Complementar	BT.3.12	0,19	0,37
		BT.3.53	0,034	0,07
		BT.3.56	0,42	0,82
		BT.3.59	0,82	1,60
		BT.3.60	1,04	2,03

Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Designação da RVF	Comprimento (Km)	%
União de Freguesias de Granja Nova E Vila Chã da Beira (Continuação)	Rede Complementar (continuação)	BT.3.61	1,97	3,83
		BT.3.62	2,72	5,30
		BT.3.63	0,24	0,47
		BT.3.64	0,53	1,02
		BT.3.65	0,037	0,07
		BT.3.66	0,00021	0,00
		BT.3.67	0,25	0,48
		BT.3.71	0,55	1,07
		BT.3.94	0,55	1,07
		BT.3.95	0,71	1,38
		BT.3.96	1,60	3,11
		BT.3.97	0,66	1,28
		BT.3.98	0,95	1,84
		BT.3.99	0,38	0,73
		BT.3.100	0,34	0,66
		BT.3.101	0,24	0,47
		BT.3.102	0,69	1,34
		BT.3.103	1,95	3,79
		BT.3.104	0,66	1,28
		BT.3.105	2,00	3,89
		BT.3.106	0,87	1,68
		BT.3.107	0,66	1,28

Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Designação da RVF	Comprimento (Km)	%
União de Freguesias de Granja Nova E Vila Chã da Beira (Continuação)	Rede Complementar (continuação)	BT.3.108	0,40	0,78
		BT.3.111	1,18	2,30
		BT.3.114	0,86	1,67
		BT.3.115	0,49	0,96
		BT.3.116	1,48	2,88
		BT.3.152	1,05	2,05
		BT.3.153	0,14	0,28
		BT.3.154	0,11	0,21
		BT.3.155	1,03	2,01
		BT.3.156	3,10	6,03
		BT.3.157	0,21	0,41
		BT.3.158	0,28	0,54
		BT.3.159	0,64	1,25
		BT.3.160	0,57	1,12
		BT.3.161	0,57	1,12
		BT.3.162	1,02	2,00
		BT.3.163	1,30	2,52
		BT.3.164	0,27	0,52
		BT.3.165	1,31	2,55
		BT.3.166	1,52	2,95
		BT.3.188	1,54	2,99
		BT.3.190	0,67	1,30
		BT.3.191	0,75	1,47
		BT.3.197	0,52	1,02
		EM 520	0,012	0,02

Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)		Designação da RVF	Comprimento (Km)	%
União de Freguesias de Granja Nova E Vila Chã da Beira (Continuação)			1ª Ordem	3,05	5,94
			2ª Ordem	6,25	12,17
			Rede Complementar	42,06	81,89
			Sub Total RVF	51,36	-
Mondim da Beira	1ª Ordem		EM 329	1,27	5,57
			EM 520	0,48	2,11
			EN 226	3,30	14,47
	Rede Complementar		BT.3.05	0,57	2,48
			BT.3.06	1,23	5,40
			BT.3.07	0,24	1,06
			BT.3.12	0,001	0,005
			BT.3.30	1,48	6,51
			BT.3.49	1,09	4,77
			BT.3.50	2,14	9,42
			BT.3.51	0,61	2,68
			BT.3.52	1,30	5,70
			BT.3.53	0,02	0,08
			BT.3.54	0,75	3,28
			BT.3.55	0,86	3,78
			BT.3.56	0,01	0,04
			BT.3.57	0,072	0,32
			BT.3.58	1,31	5,74

Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Designação da RVF	Comprimento (Km)	%
Mondim da Beira (Continuação)	Rede Complementar (Continuação)	BT.3.85	0,49	2,15
		BT.3.145	0,35	1,52
		BT.3.149	0,72	3,16
		BT.3.150	1,17	5,15
		BT.3.151	1,14	5,02
		BT.3.152	0,96	4,20
		BT.3.168	0,085	0,37
		BT.3.169	0,87	3,82
		BT.3.184	0,23	1,02
		BT.3.185	0,028	0,12
	1ª Ordem		5,04	22,16
	Rede Complementar		17,72	77,84
	Sub Total RVF		22,76	-
Salzedas	2ª Ordem	BT.2.16	0,89	3,44
		EM175	1,72	6,62
		EM 1171	4,78	18,40
		EM 1172	1,67	6,44
	Rede Complementar	BT.3.08	0,94	3,60
		BT.3.09	0,57	2,19
		BT.3.10	0,77	2,99
		BT.3.72	1,45	5,58
		BT.3.73	0,56	2,17

Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Designação da RVF	Comprimento (Km)	%
Salzedas (Continuação)	Rede Complementar (Continuação)	BT.3.74	1,48	5,70
		BT.3.88	0,84	3,25
		BT.3.90	1,97	7,58
		BT.3.91	1,45	5,57
		BT.3.92	1,94	7,47
		BT.3.93	0,82	3,17
		BT.3.95	0,24	0,93
		BT.3.172	1,09	4,20
		BT.3.173	0,65	2,51
		BT.3.174	0,49	1,88
		BT.3.175	0,38	1,47
		BT.3.176	0,24	0,92
		EM520	0,69	2,67
		EM 1171	0,32	1,24
	2ª Ordem		9,06	34,90
	Rede Complementar		16,90	65,10
	Sub Total RVF		25,96	-
S. João de Tarouca	1ª Ordem	EM 329	8,02	19,81
	2ª Ordem	EM	1,11	2,75
		EM 529	3,30	8,16
		EM 1176	4,31	10,65

Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Designação da RVF	Comprimento (Km)	%
S. João de Tarouca (Continuação)	Rede Complementar	BT.3.04	1,04	2,57
		BT.3.05	0,011	0,03
		BT.3.13	1,77	4,37
		BT.3.28	2,28	5,64
		BT.3.29	0,84	2,09
		BT.3.30	0,003	0,01
		BT.3.37	0,14	0,33
		BT.3.38	0,26	0,65
		BT.3.40	1,89	4,68
		BT.3.41	0,94	2,33
		BT.3.43	0,97	2,40
		BT.3.44	1,19	2,95
		BT.3.45	2,43	6,01
		BT.3.46	0,76	1,87
		BT.3.47	0,58	1,44
		BT.3.48	1,24	3,05
		BT.3.145	1,03	2,55
		BT.3.177	2,94	7,27
		BT.3.178	0,80	1,97
		BT.3.184	0,083	0,20
		BT.3.185	0,73	1,80
		EM	1,77	4,38

Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCl)	Designação da RVF	Comprimento (Km)	%
S. João de Tarouca (Continuação)		1ª Ordem	8,02	19,82
		2ª Ordem	8,72	21,56
		Rede Complementar	23,72	58,62
		Sub Total RVF	40,46	-
União de Freguesias de Tarouca E Dalvares	1ª Ordem	BT.1.02	0,40	0,53
		BT.1.03	0,085	0,11
		BT.1.04	0,24	0,32
		BT.1.05	1,56	2,04
		EM 226-3	1,37	1,79
	2ª Ordem	EN 226	2,27	2,98
		BT.2.01	0,58	0,76
		BT.2.02	0,15	0,19
		BT.2.03	0,75	0,98
		BT.2.04	2,24	2,94
		BT.2.06	0,24	0,32
		BT.2.07	3,31	4,34
		BT.2.12	0,87	1,14
		EM 1173	2,31	3,03
		EM 1174	3,04	3,99
		EM 1176	0,69	0,90
		EM 226-3	0,32	0,43
		EM 526	0,54	0,70

Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Designação da RVF	Comprimento (Km)	%
União de Freguesias de Tarouca E Dalvares (continuação)	2ª Ordem (Continuação)	EM 527	2,15	2,83
		EM 530	5,33	6,99
		BT.3.11	1,32	1,74
		BT.3.15	1,45	1,90
		BT.3.17	2,91	3,82
		BT.3.22	0,82	1,07
		BT.3.23	0,65	0,85
		BT.3.24	4,07	5,34
		BT.3.25	0,86	1,12
		BT.3.26	1,31	1,72
	Rede Complementar	BT.3.27	1,89	2,48
		BT.3.30	0,003	0,004
		BT.3.31	1,29	1,70
		BT.3.32	0,76	0,99
		BT.3.33	0,14	1,80
		BT.3.34	0,69	0,90
		BT.3.35	0,53	0,70
		BT.3.36	0,36	0,47
		BT.3.37	0,03	0,03
		BT.3.38	0,05	0,07
		BT.3.39	0,50	0,65
		BT.3.42	0,66	0,86

Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Designação da RVF	Comprimento (Km)	%
União de Freguesias de Tarouca E Dalvares (continuação)	Rede Complementar (Continuação)	BT.3.46	0,01	0,01
		BT.3.75	0,43	0,56
		BT.3.76	0,27	0,36
		BT.3.77	0,59	0,77
		BT.3.78	0,28	0,37
		BT.3.79	0,47	0,61
		BT.3.80	1,02	1,34
		BT.3.81	0,55	0,72
		BT.3.109	2,17	2,84
		BT.3.110	1,05	1,38
		BT.3.112	0,52	0,69
		BT.3.113	0,51	0,67
		BT.3.117	0,069	0,09
		BT.3.123	0,23	0,31
		BT.3.137	0,47	0,62
		BT.3.138	0,91	1,19
		BT.3.139	0,21	0,28
		BT.3.140	1,09	1,43
		BT.3.141	3,11	4,09
		BT.3.142	0,043	0,06
		BT.3.143	1,85	2,43
		BT.3.144	0,71	0,93

Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCl)	Designação da RVF	Comprimento (Km)	%
União de Freguesias de Tarouca E Dalvares (continuação)	Rede Complementar (Continuação)	BT.3.145	0,73	0,96
		BT.3.146	0,65	0,46
		BT.3.147	0,28	0,37
		BT.3.148	2,41	3,16
		BT.3.170	0,012	0,01
		BT.3.179	0,71	0,93
		BT.3.180	0,33	0,43
		BT.3.181	0,18	0,23
		BT.3.182	0,81	1,07
		BT.3.187	1,41	1,85
		BT.3.189	0,52	0,69
		BT.3.193	0,32	0,42
		BT.3.194	0,78	1,03
		BT.3.196	0,09	0,12
		BT.3.198	0,71	0,93
		1ª Ordem	5,93	7,78
		2ª Ordem	22,52	29,56
		Rede Complementar	47,75	62,66
		Sub Total RVF	76,20	-

Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Designação da RVF	Comprimento (Km)	%
Várzea da Serra	1ª Ordem	BT.1.01	6,65	
	2ª Ordem	BT.2.04	0,009	0,01
		BT.2.05	1,20	1,70
		BT.2.08	2,67	3,77
		BT.2.10	0,47	0,66
		BT.2.11	1,07	1,51
		EM 1168	6,05	8,52
		EM 530	0,14	0,20
	Rede Complementar	BT.3.01	1,98	2,80
		BT.3.02	1,16	1,63
		BT.3.03	0,73	1,03
		BT.3.14	0,28	0,39
		BT.3.15	2,04	2,87
		BT.3.16	0,44	0,61
		BT.3.19	1,32	1,87
		BT.3.20	1,12	1,58
		BT.3.21	1,24	1,75
		BT.3.117	0,24	0,33
		BT.3.118	1,89	2,67
		BT.3.119	1,00	1,41
		BT.3.120	1,03	1,44
		BT.3.121	1,61	2,26

Freguesia	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Designação da RVF	Comprimento (Km)	%
Várzea da Serra (Continuação)	Rede Complementar (Continuação)	BT.3.122	1,76	2,48
		BT.3.123	0,15	0,21
		BT.3.124	2,52	3,55
		BT.3.125	3,29	4,63
		BT.3.126	2,54	3,58
		BT.3.127	2,63	3,71
		BT.3.128	1,23	1,74
		BT.3.129	1,44	2,03
		BT.3.130	1,10	1,55
		BT.3.131	1,56	2,20
		BT.3.132	1,42	2,01
		BT.3.133	3,44	4,85
		BT.3.134	1,05	1,47
		BT.3.135	1,98	2,79
		BT.3.136	2,39	3,36
		BT.3.137	2,36	3,33
		BT.3.138	1,22	1,71
		BT.3.139	1,67	2,35
		BT.3.183	0,93	1,32
		BT.3.186	1,68	2,37
		BT.3.196	0,24	0,33

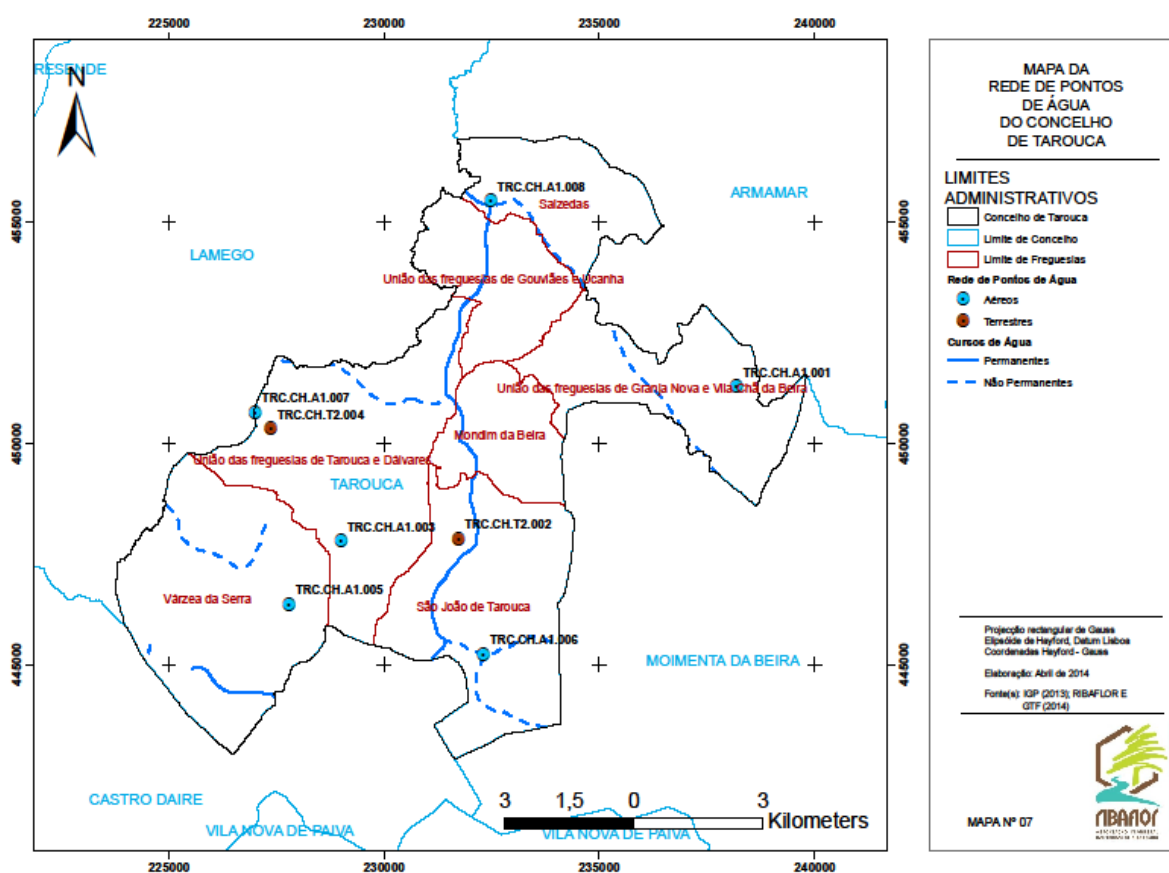
FREGUESIA	Classes das vias da RVF (Rede_DFCl)	Designação da RVF	Comprimento (Km)	%
Várzea da Serra (Continuação)		1ª Ordem	6,65	9,37
		2ª Ordem	11,62	16,38
		Rede Complementar	52,67	74,25
		Sub Total RVF	70,93	-
Total RVF 1ª Ordem			30,10	9,67
Total RVF 2ª Ordem			63,68	20,45
Total RVF Rede Complementar			217,57	69,88
Total RVF			311,35	-

Como se pode observar pela tabela anterior a rede viária considerada de relevância em DFCl para o Concelho de Tarouca atinge um valor total de 311, 35 Km considerando-se ser suficiente estando as principais áreas florestais bem servidas deste tipo de infraestruturas.

4.1.1.3. Rede de Pontos de Água

Os pontos de água como infraestrutura de combate terão que estar absolutamente operacionais, uma vez que a sua importância é estratégica e fundamental para que essa ação de combate possa ser concretizada de uma forma rápida e eficaz reduzindo desse modo a área percorrida pelos incêndios florestais.

A distribuição deste tipo de Infraestruturas por todo o concelho tem de ser a mais homogênea possível, estando facilmente acessível por parte dos meios de combate.



No Mapa de Pontos de Água apresentado figuram as estruturas atualmente sinalizadas, estando também previstos e candidatados ao PRODER a construção de mais quatro pontos de água, em locais estratégicos, nomeadamente na freguesia de Várzea da Serra, S. João de Tarouca, União de freguesias de Tarouca e Dalvares e Salzedas. A fase de validação, durante o ano de 2013/2014 incidiu sobre os pontos de água que se consideraram com maior importância estratégica ao nível da DFCI.

Capacidade da Rede de Pontos de Água por Freguesia

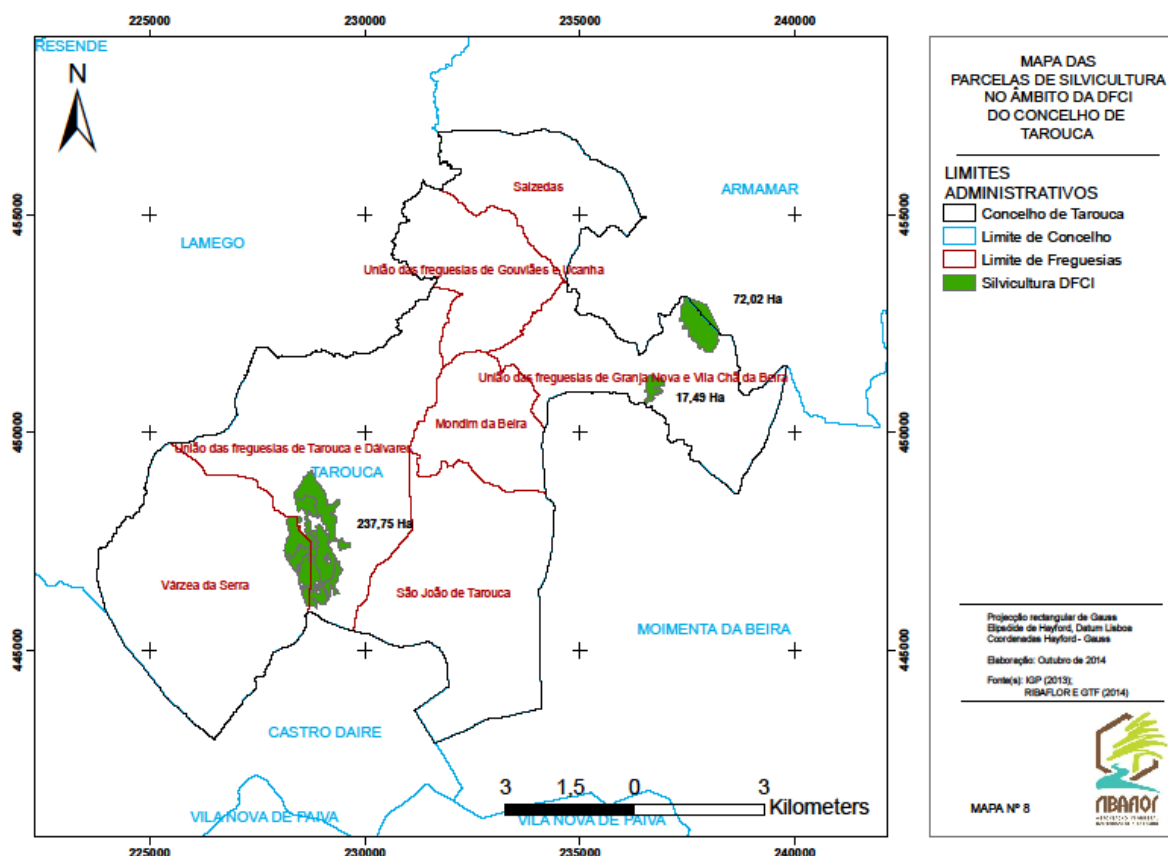
Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação da Rede de Pontos de Água	Quantidade de PA	Volume máximo (m ³)
União de Freguesias Granja Nova e Vila Chã da Beira	1	214	Charca	1	408,00
	Sub-Total			1	408,00
Salzedas	8	214	Charca	1	432,00
	Sub-Total			1	432,00
S. João de Tarouca	2	214	Charca	1	64,00
	6	214	Charca	1	960,00
	Sub-Total			2	1024,00
União de Freguesias de Tarouca e Dalvares	3	214	Charca	1	800,00
	4	111	Reservatório DFCI	1	125,60
	7	214	Charca	1	432,00
	Sub-Total			3	1357,60
Várzea da Serra	5	214	Charca	1	768,00
	Sub-Total			1	768,00

Total			8	3989,60
Área de espaços florestais do concelho (floresta + inculto) (ha)			6502,91	
Densidade de pontos de água (n.º/ha)			0,0012	

No total de 8 Pontos de água considerados prevê-se um valor de reservatório/disponibilidade no valor de 3989,60 m³.

4.1.1.4. Silvicultura Preventiva no âmbito da DFCI

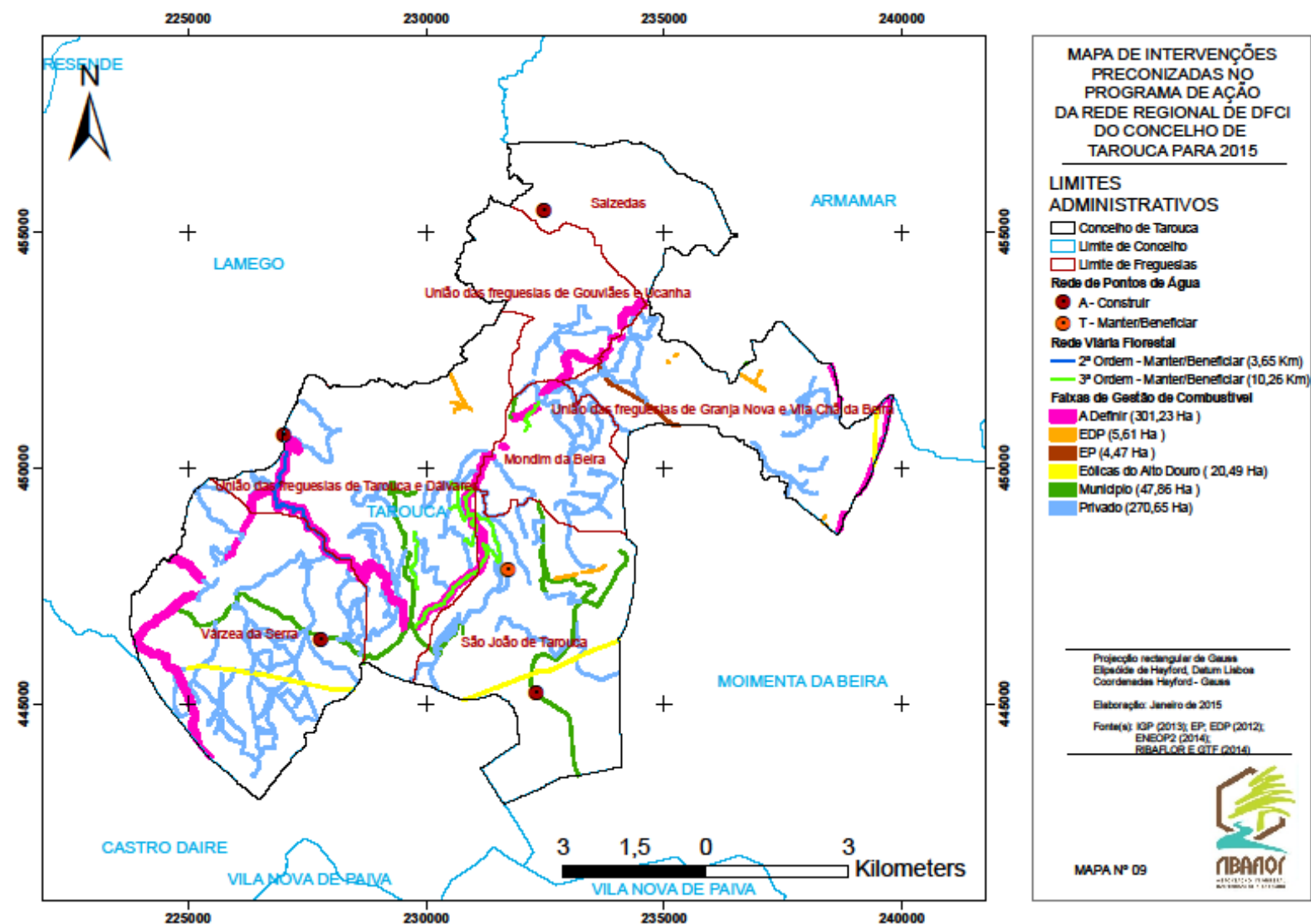
As parcelas sujeitas a silvicultura no âmbito da DFCI, executadas no último ano (2013), incluindo também já as áreas intervencionadas no decorrer de 2014 à data da apresentação do PMDFCI, estão representadas no mapa seguinte.

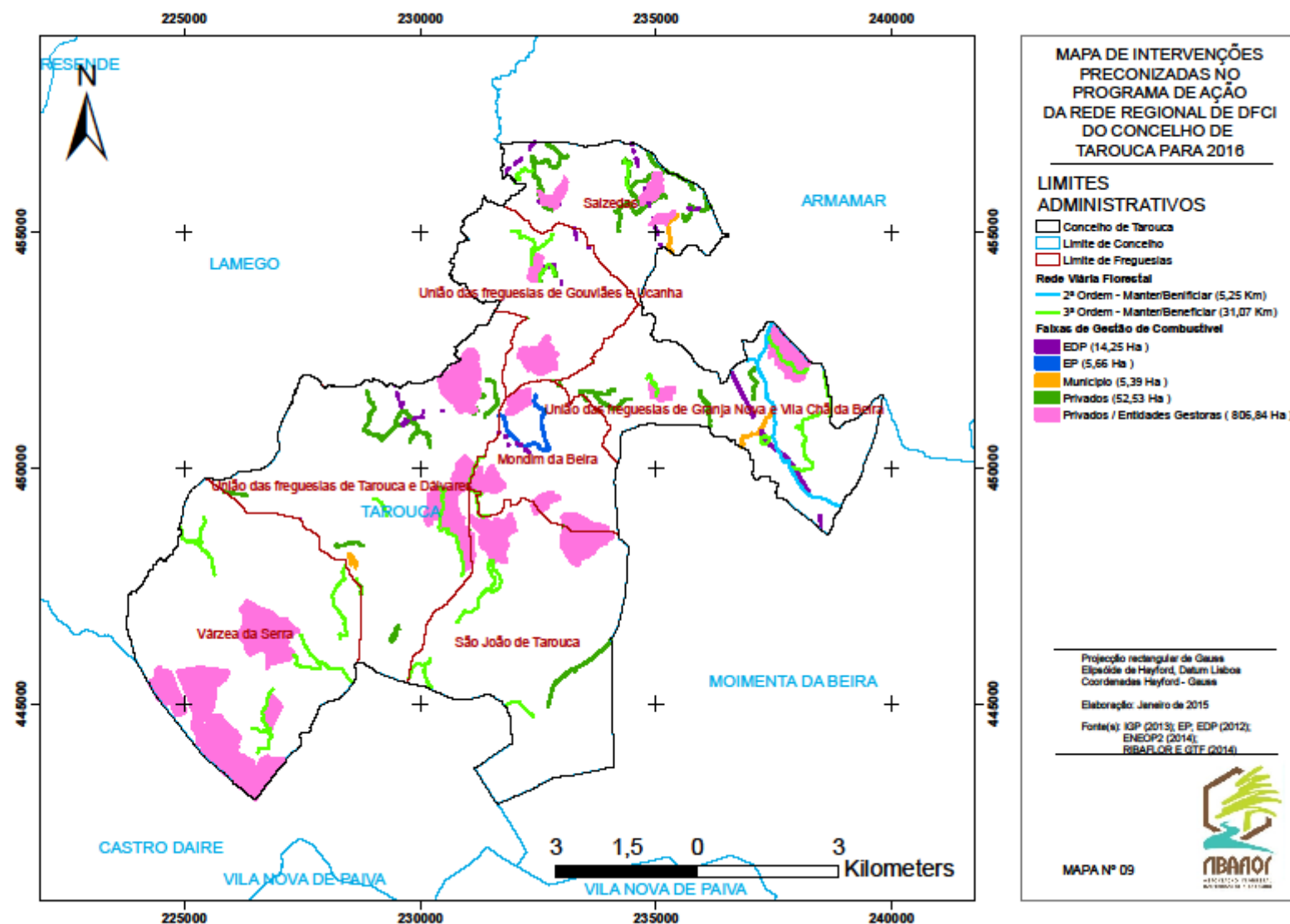


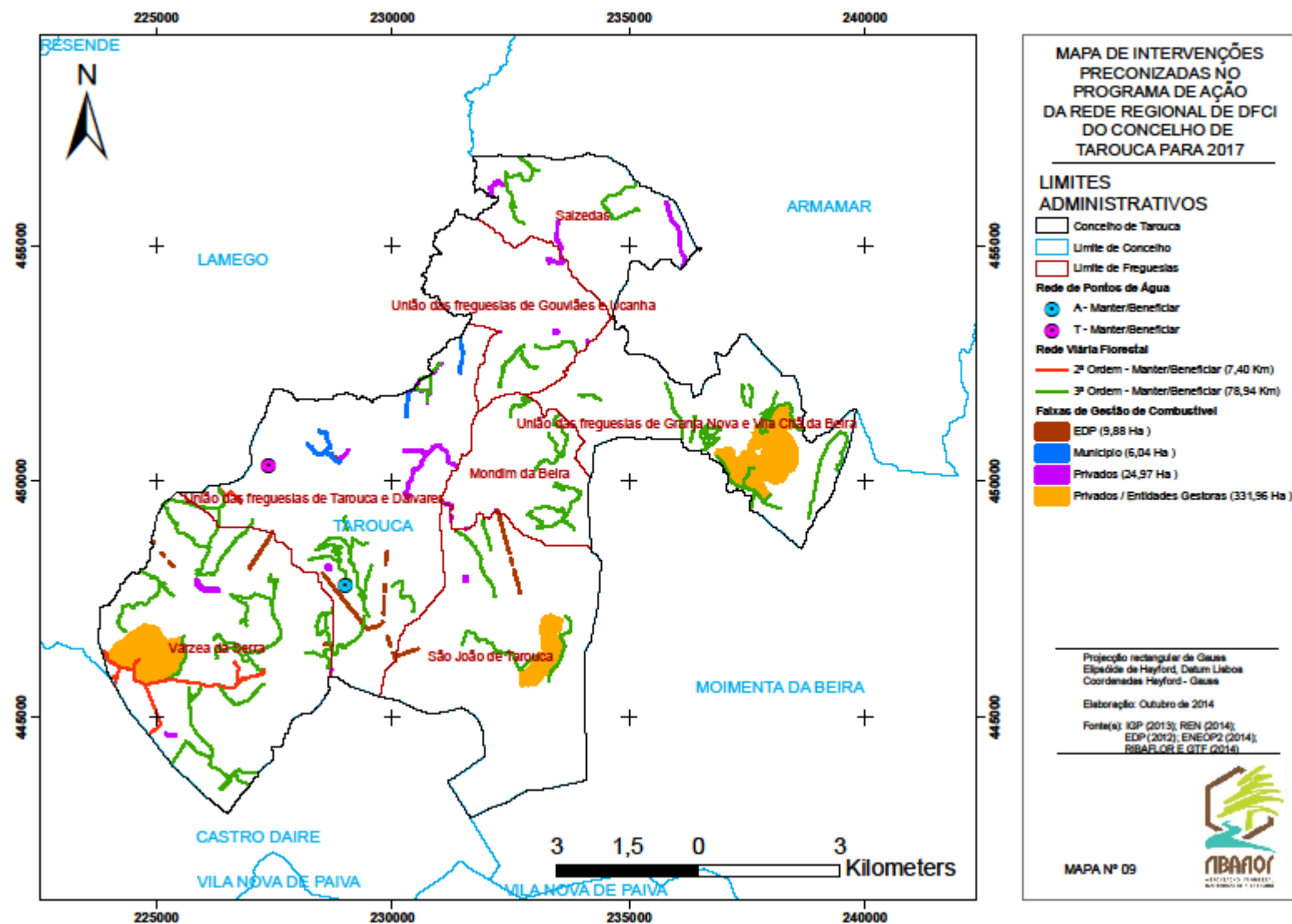
4.1.2. Planeamento das Ações

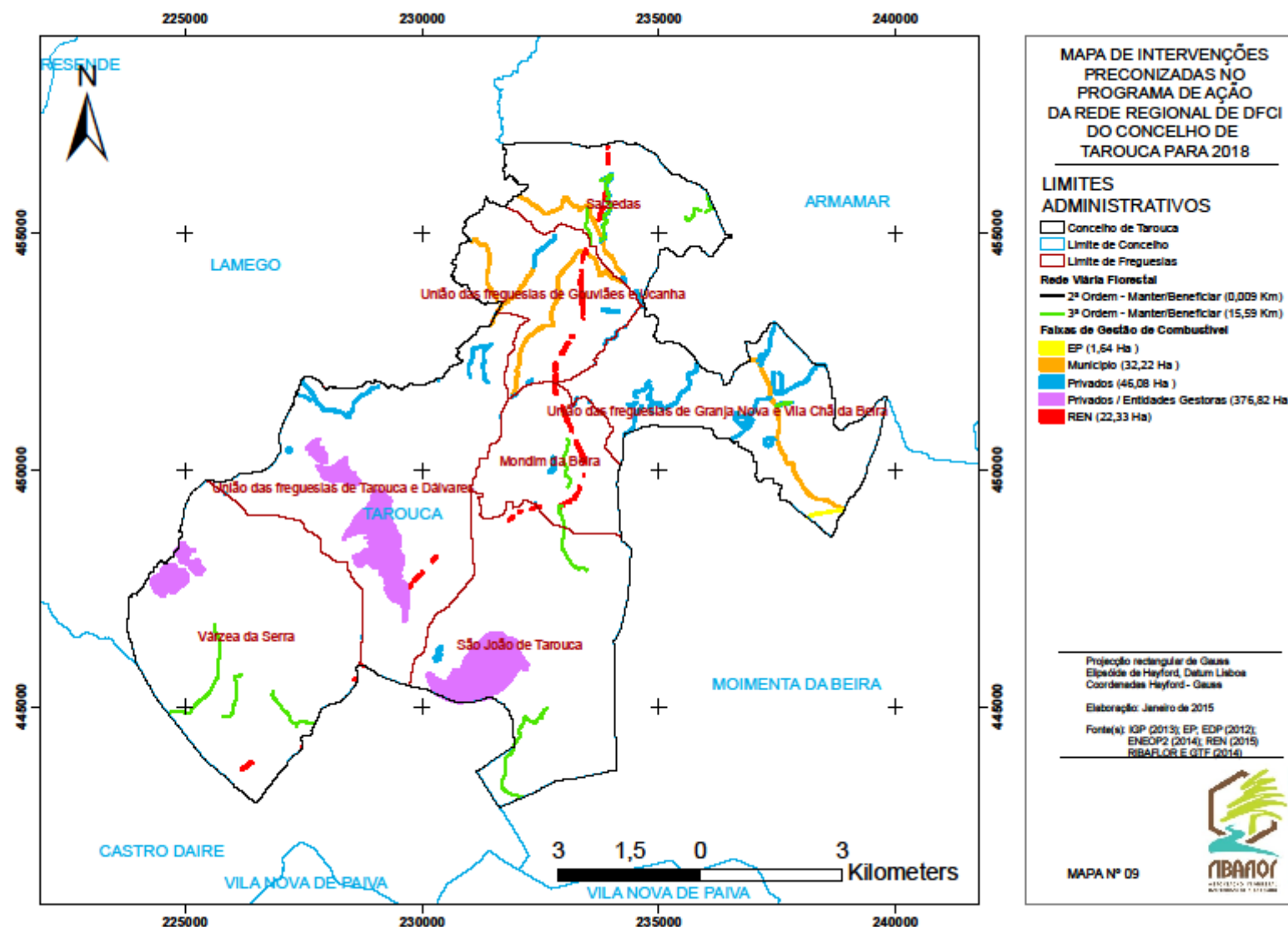
4.1.2.1. Redes de Faixas de Gestão de Combustíveis e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustíveis

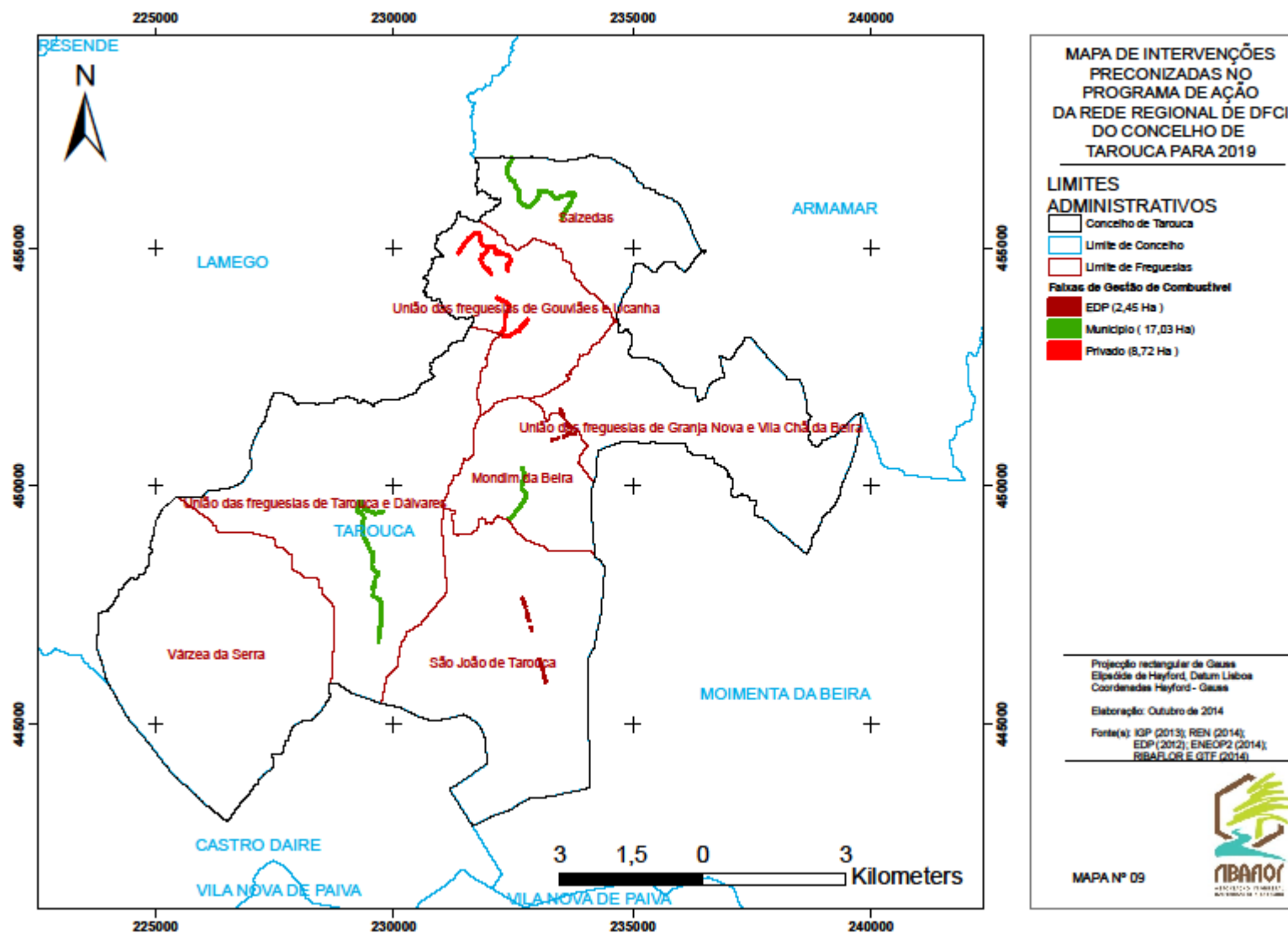
As Faixas de Gestão de Combustíveis e Mosaico de Parcelas estão distribuídas anualmente segundo os mapas seguintes:











Uma vez que este concelho faz fronteira com outros, o sucesso alcançado pela implementação destas medidas DFCI estará sempre dependente do trabalho levado a cabo nos restantes concelhos limítrofes com este, e vice-versa.

As principais infraestruturas DFCI mais afetadas pela sua continuidade em concelhos vizinhos são as que estão relacionadas com as vias de comunicação, especificamente com a rede viária florestal, rede elétrica e com a rede primária. Uma vez que os incêndios florestais não se confinam a um só concelho, serão necessários esforços por parte dos concelhos contíguos, de forma a conferirem continuidade à RDFCI ao longo do território.

A estratégia adotada para o concelho de Tarouca para otimizar os meios e os custos das ações envolvidas, passa por concentrar os esforços das várias entidades responsáveis e atuar em conjunto.

No que diz respeito aos trabalhos da responsabilidade do Município, os principais constrangimentos apontados para a sua execução prendem-se com os meios de execução e com os meios de financiamento. A autarquia não dispõe de meios humanos suficientes pelo que será obrigatória a contratação de uma empresa prestadora de serviços. Assim, os custos envolverão meios de financiamento da Autarquia, que, devido à situação de cortes orçamentais, terá que candidatar grande parte dos trabalhos a fundos comunitários de financiamento. Assim, grande parte da execução estará dependente das candidaturas apresentadas e sua aprovação.

Relativamente às FGC a executar de proteção a edificações integradas em espaços rurais e a aglomerados populacionais é da responsabilidade dos proprietários em causa, pelo que a sua execução poderá igualmente ficar comprometida pela disponibilidade financeira dos mesmos. Neste campo, é aconselhável proceder a uma série de ações de sensibilização e de aconselhamento aos proprietários, para que estes sejam conhecedores das opções que poderão tomar em relação à gestão florestal dos seus terrenos, confinantes a habitações.

Foram também marcados alguns mosaicos de parcelas de gestão de combustível, de forma estratégica, que poderão ser úteis no combate a incêndios, ficando a sua gestão dependente essencialmente de candidaturas que se possam vir a efetuar no âmbito do novo quadro comunitário, uma vez que grande parte destes mosaicos abrangem áreas de perímetro florestal e privados, ficando a responsabilidade associada às entidades que elaborem a candidatura, nomeadamente Juntas de Freguesia, Município e órgãos gestoras desses baldios.

Em relação às faixas de gestão de combustível da rede elétrica de média, alta e muito alta tensão e rede viária florestal, as entidades responsáveis têm assegurado a sua execução e manutenção através de empresas prestadoras de serviços.

Relativamente à manutenção da rede viária florestal, na maioria das vezes, esta tem vindo a ser assegurada pelo Município, sendo que nem sempre dispõe de disponibilidade financeira, para a execução destes trabalhos, como foi referido anteriormente, pelo que a sua execução estará dependente também de candidaturas a fundos nacionais e comunitários.

O mesmo acontece com os pontos de água, o Município tem feito um esforço para manter operacionais os pontos de água do Concelho, por meios próprios da autarquia ou recorrendo também a candidaturas para o efeito. No entanto estão propostas a construção de mais quatro pontos de água, tendo o Município já candidatado este ano, ainda pelo PRODER, já que também não teria disponibilidade financeira para o efeito.

De referir que parte das faixas de gestão de combustíveis apresentadas neste PMDFCI, nomeadamente aquelas que estão contempladas para 2015, quer a nível de rede primária quer a nível da rede secundária, foram alvo de candidaturas ao PRODER pelas juntas de freguesia, para levar a cabo as ações propostas.

4.1.2.2. Rede de FGC e MPG

Intervenções na Rede Secundária de FGC por Freguesia para 2015-2019															
Freguesia	Código da descrição da faixa/mosaico	Descrição da Faixa / Mosaico	Área total com nec. de interv. (ha)	Área total sem nec. de interv. (ha)	Área total da FGG (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
						2015		2016		2017		2018		2019	
						Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.
União de Freguesias De Gouviães e Ucanha	4	Rede viária florestal	41,55	0,00	41,55	10,47	31,08	1,53	40,02	1,15	40,40	19,67	21,88	8,73	32,82
	7	Rede elétrica em muito alta tensão	7,47	0,00	7,47	0,00	7,47	0,00	7,47	0,00	7,47	7,47	0,00	0,00	7,47
	8	Rede primária	28,32	0,00	28,32	28,32	0,00	0,00	28,32	0,00	28,32	0,00	28,32	0,00	28,32
	10	Rede elétrica em média tensão	1,02	0,00	1,02	0,00	1,02	1,02	0,00	0,00	1,02	0,00	1,02	0,00	1,02
	11	Mosaicos de gestão de combustível	46,63	0,00	46,63	0,00	46,63	46,63	0,00	0,00	46,63	0,00	46,63	0,00	46,63
	12	Pontos de água	0,78	0,00	0,78	0,00	0,78	0,00	0,78	0,78	0,00	0,00	0,78	0,00	0,78
	Sub-Total (ha)		125,77	0,00	125,77	38,79	86,98	49,18	76,59	1,93	123,84	27,14	98,63	8,73	117,04
União de Freguesias de Granja Nova e Vila Chã da Beira	4	Rede viária florestal	81,28	0,00	81,28	38,01	43,27	10,43	70,85	0,00	81,28	32,84	48,44	0,00	81,28
	7	Rede elétrica em muito alta tensão	0,03	0,00	0,03	0,00	0,03	0,00	0,03	0,00	0,03	0,03	0,00	0,00	0,03
	8	Rede primária	26,14	0,00	26,14	26,14	0,00	0,00	26,14	0,00	26,14	0,00	26,14	0,00	26,14
	10	Rede elétrica em média tensão	2,00	0,00	2,00	1,77	0,23	0,00	2,00	0,00	2,00	0,00	2,00	0,23	1,77
	11	Mosaicos de gestão de combustível	218,09	0,00	218,09	0,00	218,09	66,95	151,14	151,14	66,95	0,00	218,09	0,00	218,09
	12	Pontos de água	0,78	0,00	0,78	0,78	0,00	0,00	0,78	0,00	0,78	0,00	0,78	0,00	0,78
	13	Rede elétrica em alta tensão	10,44	0,00	10,44	2,93	7,51	7,51	2,93	0,00	10,44	0,00	10,44	0,00	10,44
	Sub-Total (ha)		338,76	0,00	338,76	69,63	269,13	84,89	253,87	151,14	186,62	32,87	305,89	0,23	338,53
Mondim da Beira	2	Aglomerados populacionais	2,17	0,00	2,17	0,00	2,17	0,00	2,17	0,00	2,17	2,17	0,00	0,00	2,17
	4	Rede viária florestal	43,84	0,00	43,84	34,36	9,48	5,97	37,87	0,66	43,18	0,29	43,55	2,57	41,27
	7	Rede elétrica em muita alta tensão	7,03	0,00	7,03	0,00	7,03	0,00	7,03	0,00	7,03	7,03	0,00	0,00	7,03

Intervenções na Rede Secundária de FGC por Freguesia para 2015-2019															
Freguesia	Código da descrição da faixa/mosaico	Descrição da Faixa / Mosaico	Área total com nec. de interv. (ha)	Área total sem nec. de interv. (ha)	Área total da FGG (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
						2015	2016	2017	2018	2019	2015	2016	2017	2018	2019
						Área cl/ interv.	Área sl/ interv.	Área cl/ interv.	Área sl/ interv.	Área cl/ interv.	Área s/ interv.	Área cl/ interv.	Área s/ interv.	Área cl/ interv.	Área sl/ interv.
Mondim da Beira	8	Rede primária	19,37	0,00	19,37	19,37	0,00	0,00	19,37	0,00	19,37	0,00	19,37	0,00	19,37
	10	Rede elétrica em média tensão	1,23	0,00	1,23	0,00	1,23	0,42	0,81	0,07	1,16	0,74	0,49	0,74	0,49
	11	Mosaicos de gestão combustível	74,38	0,00	74,38	0,00	74,38	74,38	0,00	0,00	74,38	0,00	74,38	0,00	74,38
	Sub-Total (ha)		148,04	0,00	148,04	53,73	94,29	80,77	67,25	0,73	147,29	10,23	137,30	3,31	144,71
Salzedas	4	Rede viária florestal	46,56	0,00	46,56	0,00	46,56	21,35	25,21	6,20	40,36	12,53	34,03	6,48	40,08
	7	Rede elétrica em muita alta tensão	3,22	0,00	3,22	0,00	3,22	0,00	3,22	0,00	3,22	3,22	0,00	0,00	3,22
	8	Rede primária	0,19	0,00	0,19	0,19	0,00	0,00	0,19	0,00	0,19	0,00	0,19	0,00	0,19
	10	Rede elétrica em média tensão	1,68	0,00	1,68	0,00	1,68	1,68	0,00	0,00	1,68	0,00	1,68	0,00	1,68
	11	Mosaicos gestão de combustível	35,91	0,00	35,91	0,00	35,91	35,91	0,00	0,00	35,91	0,00	35,91	0,00	35,91
	13	Rede elétrica em alta tensão	2,32	0,00	2,32	0,00	2,32	2,32	0,00	0,00	2,32	0,00	2,32	0,00	2,32
	Sub-Total (ha)		89,88	0,00	89,88	0,19	89,69	61,26	28,62	6,20	83,68	15,75	74,13	6,48	83,40
S. João de Tarouca	2	Aglomerados populacionais	14,19	0,00	14,19	12,01	2,18	0,00	14,19	0,00	14,19	2,18	12,01	0,00	14,19
	4	Rede viária florestal	65,16	0,00	65,16	60,90	4,26	4,11	61,05	0,13	60,77	0,01	65,15	0,00	65,16
	7	Rede elétrica em muita alta tensão	1,24	0,00	1,24	0,00	1,24	0,00	1,24	0,00	1,24	1,24	0,00	0,00	1,24
	8	Rede primária	14,34	0,00	14,34	14,34	0,00	0,00	14,34	0,00	14,34	0,00	14,34	0,00	14,34
	10	Rede elétrica em média tensão	5,92	0,00	5,92	1,41	4,51	0,00	5,92	3,03	2,89	0,00	5,92	1,48	4,44
	11	Mosaicos de gestão de combustível	326,63	0,00	326,63	0,00	326,63	101,83	224,80	61,04	265,59	163,76	162,87	0,00	326,63
	12	Pontos de água	0,78	0,00	0,78	0,00	0,78	0,00	0,78	0,78	0,00	0,00	0,78	0,00	0,78
	13	Rede elétrica em alta tensão	8,71	0,00	8,71	8,71	0,00	0,00	8,71	0,00	8,71	0,00	8,71	0,00	8,71
	Sub-Total (ha)		436,97	0,00	436,97	97,37	339,60	405,94	331,03	65,11	306,96	167,19	269,78	1,48	435,49

Intervenções na Rede Secundária de FGC por Freguesia para 2015-2019															
Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)															
Freguesia	Código da descrição da faixa/mosaico	Descrição da Faixa / Mosaico	Área total com nec. de interv. (ha)	Área total sem nec. de interv. (ha)	Área total da FGC (ha)	2015		2016		2017		2018		2019	
						Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.	Área c/ interv.	Área s interv.	Área c/ interv.	Área s interv.	Área c/ interv.	Área s/ interv.
União de Freguesias de Tarouca e Dalvares	2	Aglomerados populacionais	7,40	0,00	7,40	1,19	6,21	6,21	1,19	0,00	7,40	0,00	7,40	0,00	7,40
	4	Rede viária florestal	102,86	0,00	102,86	63,17	39,69	13,94	88,92	16,17	86,69	9,58	93,28	0,00	102,86
	7	Rede elétrica em muita alta tensão	2,03	0,00	2,03	0,00	2,03	0,00	2,03	0,00	2,03	2,03	0,00	0,00	2,03
	8	Rede primária	125,90	0,00	125,90	125,90	0,00	0,00	125,90	0,00	125,90	0,00	125,90	0,00	125,90
	10	Rede elétrica em média tensão	8,39	0,00	8,39	2,39	6,00	1,26	7,13	4,75	3,64	0,00	2,39	0,00	2,39
	11	Mosaicos de gestão de combustível	319,81	0,00	319,81	0,00	319,81	154,71	165,10	0,00	319,81	165,10	154,71	0,00	319,81
	12	Pontos de água	1,56	0,00	1,56	0,00	1,56	0,00	1,56	0,78	0,78	0,78	0,78	0,00	1,56
	Sub-Total (ha)		567,94	0,00	567,94	192,65	369,30	175,82	391,83	21,70	546,25	177,49	384,46	0,00	561,95
Várzea da Serra	2	Aglomerados populacionais	3,79	0,00	3,79	0,00	3,79	0,00	3,79	3,79	0,00	0,00	3,79	0,00	3,79
	4	Rede viária florestal	103,17	0,00	103,17	102,35	0,82	0,19	102,98	0,61	102,56	0,02	103,15	0,00	103,17
	7	Rede elétrica em muita alta tensão	1,32	0,00	1,32	0,00	1,32	0,00	1,32	0,00	1,32	1,32	0,00	0,00	1,32
	8	Rede primária	87,05	0,00	87,05	87,05	0,00	0,00	87,05	0,00	87,05	0,00	87,05	0,00	87,05
	10	Rede elétrica em média tensão	2,00	0,00	2,00	0,00	2,00	0,00	2,00	2,00	0,00	0,00	2,00	0,00	2,00
	11	Mosaicos de gestão de combustível	494,15	0,00	494,15	0,00	494,15	326,42	167,73	119,77	374,38	47,96	446,19	0,00	494,15
	13	Rede elétrica em alta tensão	8,86	0,00	8,86	8,86	0,00	0,00	8,86	0,00	8,86	0,00	8,86	0,00	8,86
	Sub-Total (ha)		700,34	0,00	700,34	198,26	502,08	326,61	373,73	126,17	574,17	49,30	651,04	0,00	700,34
Total (ha)			2407,69	0,00	2407,69	650,62	1757,07	884,78	1522,91	372,87	2034,82	479,21	1928,48	20,22	2387,47

Regras de Edificação

As novas edificações no espaço florestal ou rural fora das áreas edificadas consolidadas têm de salvaguardar, na sua implantação no terreno, as regras definidas no PMDFCI, a vigorarem na área do Concelho de Tarouca, durante o seu período de vigência, e nos termos e condições do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro.

1 - Condicionalismo à edificação

1.1 - A construção de novas edificações para habitação, comércio, serviços e indústria fora das áreas edificadas consolidadas é proibida nos terrenos classificados nos PMDFCI com risco de incêndio das classes alta ou muito alta, sem prejuízo das infraestruturas definidas nas RDFCI, e nas condições do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho.

1.2 – São admitidas novas edificações no espaço florestal ou rural, fora da situação referida no n.º anterior, observadas as seguintes regras:

- a) A adoção de medidas especiais relativas à resistência do edifício à passagem do fogo e à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e respetivos acessos.
- b) Assegurar a gestão de combustível à volta das edificações ou instalações, nas condições da Defesa da Floresta contra Incêndios.
- c) Em espaço florestal, têm de salvaguardar, na implantação no terreno, a garantia de distância à estrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 50 metros, medida a partir da alvenaria exterior do edifício com ocupação para habitação, comércio, serviços e indústria.
- d) Em espaço rural, que não espaço florestal, têm de salvaguardar, nas zonas classificadas no PMDFCI como Muito Baixo, Baixo e Médio Risco de Perigosidade de Incêndio, na implantação no terreno, a garantia de distância à estrema da propriedade de 5, 10 e 15 m, respetivamente, sem prejuízo da salvaguarda de uma faixa de proteção de 50 metros sem ocupação florestal medidas a partir da alvenaria exterior do edifício com ocupação para habitação, comércio, serviços e indústria

2 - Proteção às Edificações:

- a) As faixas de proteção às novas edificações tem de estar inseridas nas propriedades de que são titulares, ou seja, em terreno pertencente ao proprietário da edificação,

para que o ónus da gestão de combustível da rede secundária (n.º 2 do artigo 15.º do DL 124/2006) não seja transferido para terceiros.

- b) Quando a faixa de proteção de uma dada edificação se sobrepõe com outra faixa de proteção inserida em rede secundária já existente, a edificação pode usufruir dessa proteção.

3 – Regras para a gestão de combustível

- c) No estrato arbóreo, a distância entre as copas das árvores deve ser no mínimo de 4 m e a desramação deve ser de 50% da altura da árvore até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo.
- d) No estrato arbustivo e subarbustivo, deve ser garantida a descontinuidade horizontal dos combustíveis entre a infraestrutura e o limite externo da faixa de gestão de combustíveis.
- e) Os estratos arbóreos, arbustivos e subarbustivos-remanescentes devem ser organizados espacialmente por forma a evitar a continuidade vertical dos diferentes estratos combustíveis.
- f) As copas das árvores e dos arbustos devem estar distanciadas no mínimo 5 m da edificação, evitando-se ainda a sua projeção sobre a cobertura do edifício.
- g) Sempre que possível, deverá ser criada uma faixa pavimentada de 1 m a 2 m de largura, circundando todo o edifício.
- h) Não poderão ocorrer quaisquer acumulações de substâncias combustíveis, como lenha, madeira ou sobrantes de exploração florestal ou agrícola, bem como de outras substâncias altamente inflamáveis.

4.1.2.3 – RVF

Freguesia	Intervenções (construção, manutenção) na Rede Viária Florestal por freguesia para 2015-2019													
	Classes das vias da RVF (REDE_DCFI)	Comprimento total c/ nec. de interv. (Km)	Comprimento total s/ nec. de interv. K(m)	Comprimento total K(m)	Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (m)									
					2015		2016		2017		2018		2019	
					C/ Interv. (Km)	S/ Interv. (Km)	C/ Interv. (Km)	S/ Interv. (Km)	C/ Interv. (Km)	S/ Interv. (Km)	C/ Interv. (Km)	S/ Interv. (Km)	C/ Interv. (Km)	S/ Interv. (Km)
União de Freguesias De Gouviães E Ucanha	1ª ordem	0	1,418	1,418	0	1,418	0	1,418	0	1,418	0	1,418	0	1,418
	2ª ordem	0	5,500	5,500	0	5,500	0	5,500	0	5,500	0	5,500	0	5,500
	Rede Complementar	5,633	11,127	16,760	0	16,760	2,608	14,151	3,017	13,743	0,006	16,753	0	16,760
	Sub-total	5,633	18,045	23,679	0	23,679	2,608	21,070	3,017	20,661	0,006	23,672	0	23,679
União de Freguesias de Granja Nova E Vila Chã da Beira	1ª ordem	0	3,049	3,049	0	3,049	0	3,049	0	3,049	0	3,049	0	3,049
	2ª ordem	5,247	1,004	6,252	0	6,252	5,247	1,004	0	6,252	0	6,252	0	6,252
	Rede Complementar	22,593	19,464	42,057	0	42,057	63,53	35,704	15,901	26,156	0,338	41,718	0	42,057
	Sub-total	27,841	23,517	51,359	0	51,359	11,601	39,757	15,901	35,458	0,338	51,020	0	51,659
Mondim Da Beira	1ª ordem	0	5,044	5,044	0	5,044	0	5,044	0	5,044	0	5,044	0	5,044
	Rede Complementar	10,981	6,739	17,720	0,870	16,850	0,346	17,374	8,025	9,695	17,38	15,981	0	17,720
	Sub-total	10,981	11,783	22,764	0,870	21,894	0,346	22,418	8,025	14,739	1,738	21,025	0	22,764
Salzedas	2ª ordem	0	9,061	9,061	0	9,061	0	9,061	0	9,061	0	9,061	0	9,061
	Rede Complementar	10,545	6,353	16,899	0	16,899	1,595	15,304,	4,923	11,976	4,027	12,872	0	16,899
	Sub-total	10,545	15,414	25,960	0	25,960	1,595	24,365	4,923	21,037	4,027	21,933	0	25,960
S. João de Tarouca	1ª ordem	0	8,017	8,017	0	8,017	0	8,017	0	8,017	0	8,017	0	8,017
	2ª ordem	0	8,723	8,723	0	8,723	0	8,723	0	8,723	0	8,723	0	8,723
	Rede Complementar	19,628	4,091	23,720	2682,61	21,037	6,006	17,714	6,748	16,971	4,191	19,529	0	23,720
	Sub-total	19,628	20,832	40,461	2,682	37,778	6,006	34,455	6,748	33,712	4,191	36,270	0	46,461

Intervenções (construção, manutenção) na Rede Viária Florestal por freguesia para 2015-2019														
Freguesia	Classes das vias da RVF (REDE_DCFI)	Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (m)												
		Comprimento total c/ nec. de interv. (Km)	Comprimento total s/ nec. de interv. (Km)	Comprimento total (Km)	2015		2016		2017		2018		2019	
					C/ Interv. (Km)	S/ Interv. (Km)	C/ Interv. (Km)	S/ Interv. (Km)	C/ Interv. (Km)	S/ Interv. (Km)	C/ Interv. (Km)	S/ Interv. (Km)	C/ Interv. (Km)	S/ Interv. (Km)
União de Freguesias de Tarouca e Dalvaes	1ª ordem	0	5,927	5,927	0	5,927	0	5,927	0	5,927	0	5,927	0	5,927
	2ª ordem	2,993	19,52	22,522	2,243	20,279	0	22,522	0,750	21,772	0	22,522	0	22,522
	Rede Complementar	24,028	23,718	47,746	6,708	41,038	3,911	43,835	13,408	34,33	0	47,746	0	47,746
	Sub-total	27,022	49,174	76,196	8,951	67,277	3,911	72,285	14,159	62,037	0	76,196	0	76,196
Várzea da Serra	1ª ordem	6,646	0	6,646	0	6,646	0	6,646	6,646	0	0	6,646	0	6,646
	2ª ordem	1,411	10,204	11,616	1,402	10,214	0	11,616	0	11,616	0,009	11,607	0	11,616
	Rede Complementar	42,351	10,314	52,665	0	52,665	10,145	42,520	26,917	25,748	5,288	47,376	0	52,66
	Sub-total	50,409	20,519	71,376	1,402	69,526	10,145	60,783	33,563	37,365	5,298	65,630	0	71,376
Total 1ª ordem		6,646	23,456	30,102	0	30,102	0	30,102	6,646	23,456	0	30,102	0	30,102
Total 2ª ordem		9,653	54,022	63,676	3,646	60,030	5,247	58,428	0,750	62,925	0,009	63,666	0	63,676
Total Rede Complementar		135,762	81,809	217,571	10,261	207,309	30,966	186,605	78,942	138,629	15,591	201,979	0	217,571
Total		152,062	159,288	311,350	13,907	297,443	36,214	275,136	86,339	225,011	15,601	295,749	0	311,350

No mapa e quadros anteriormente apresentados figuram apenas a rede viária relativa aos caminhos florestais de terra batida, que vão ser sujeitos a manutenção, e que foram alvo de levantamento com GPS. Não se considerou a rede viária nacional e municipal alcatroadas.

4.1.2.4 - RPA

Intervenções (construção, manutenção) da Rede de Pontos de Água por freguesia para 2015-2019									
Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação da Rede de Pontos de Água	Volume máximo (m3)	Tipo de Intervenção (C-Construção/ M-Manter/ Beneficiar)				
					2015	2016	2017	2018	2019
União de Freguesias de Granja Nova e Vila Chã da Beira	1	214	Charca	408,00					
	Sub-Total		1	408,00					
Salzedas	8	214	Charca	432,00	C				
	Sub-Total		1	432,00					
S. João de Tarouca	2	214	Charca	64,00	M				
	6	214	Charca	960,00	C				
	Sub-Total		2	1024,00					
União de Freguesias de Tarouca e Dalvares	3	214	Charca	800,00			M		
	4	111	Reservatório DFCl	125,60			M		
	7	214	Charca	432,00	C				
	Sub-Total		3	1357,60					
Várzea da Serra	5	214	Charca	768,00	C				
	Sub-Total		1	768,00					
Total			8	3989,60					

4.1.3. METAS E INDICADORES, ESTIMATIVAS DE ORÇAMENTO E RESPONSABILIDADES

Metas e Indicadores – Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais										
Freguesia	Ação		Metas	Unidades	Indicadores mensuráveis					
					2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
União de Freguesias de Gouveães e Ucanha	Rede de faixas de gestão de combustíveis	4	Área instalada com recurso a ferramentas moto-manuais	ha	10,47	1,53	1,15	19,67	8,73	41,55
		7		ha	-	-	-	7,47	-	7,47
		8		ha	28,32	-	-	-	-	28,32
		10		ha	-	1,02	-	-	-	1,02
		11		ha	-	46,63	-	-	-	46,63
		12		ha	-	-	0,78	-	-	0,78
	Construção e Manutenção da RVF	3	Beneficiação da rede viária florestal	Km	-	2,61	3,02	0,01	-	5,64
União de Freguesias de Granja Nova e Vila Chã da Beira	Rede de faixas de gestão de combustíveis	4	Área instalada com recurso a ferramentas moto-manuais	ha	38,01	10,43	-	32,84	-	81,28
		7		ha	-	0,03	-	-	-	0,03
		8		ha	26,14	-	-	-	-	26,14
		10		ha	1,77	-	-	-	0,23	2,00
		11		ha	-	66,95	151,15	-	-	218,09
		12		ha	0,78	-	-	-	-	0,78
		13		ha	2,93	7,51	-	-	-	10,44
	Construção e Manutenção da RVF	2	Beneficiação da rede viária florestal	Km	-	5,25	-	-	-	5,25
		3		Km	-	6,35	15,90	0,39	-	22,64

Metas e Indicadores – Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais

Freguesia	Ação	Metas	Unidades	Indicadores mensuráveis					
				2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
Mondim da Beira	Rede de faixas de gestão de combustíveis	2	ha	-	-	-	2,17	-	2,17
		4	ha	34,36	5,97	0,66	0,29	2,57	43,84
		7	ha	-	-	-	7,03	-	7,03
		8	ha	19,37	-	-	-	-	19,37
		10	ha	-	0,42	0,07	-	0,74	1,23
		11	ha	-	74,38	-	-	-	74,38
	Construção e Manutenção da RVF	3	Km	0,87	0,35	8,02	1,74	-	10,98
Salzedas	Rede de faixas de gestão de combustíveis	4	ha	-	21,35	6,20	12,53	6,48	46,56
		7	ha	-	-	-	3,22	-	3,22
		8	ha	0,19	-	-	-	-	0,19
		10	ha	-	1,68	-	-	-	1,68
		11	ha	-	35,91	-	-	-	35,91
		13	ha	-	2,32	-	-	-	2,32
	Construção e Manutenção da RVF	3	km	-	1,59	4,92	4,03	-	10,54
	Construção e Reparação dos PA	A	Nº	1	-	-	-	-	1

Metas e Indicadores – Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais										
Freguesia	Ação		Metas	Unidades	Indicadores mensuráveis					
					2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
S. João de Tarouca	Rede de faixas de gestão de combustíveis	2	Área instalada com recurso a ferramentas moto-manuais	ha	12,01	-	-	2,18	-	14,19
		4		ha	60,90	4,11	0,13	0,01	-	65,16
		7		ha	-	-	-	1,24	-	1,24
		8		ha	14,34	-	-	-	-	14,34
		10		ha	1,41	-	3,03	-	1,48	5,92
		11		ha	-	101,83	61,04	163,76	-	326,63
		12		ha	-	-	0,78	-	-	0,78
		13		ha	8,71	-	-	-	-	8,71
	Construção e Manutenção da RVF	3	Beneficiação da rede viária florestal	Km	2,68	6,11	6,75	4,19	-	19,73
	Construção e Reparação dos PA	T	Manter operacionais os pontos de água existentes	Nº	1	-	-	-	-	1
A		Construção de 1 ponto de água	Nº	1	-	-	-	-	1	
União de Freguesias Tarouca e Dalvares	Rede de faixas de gestão de combustíveis	2	Área instalada com recurso a ferramentas moto-manuais	ha	1,19	6,21	-	-	-	7,40
		4		ha	63,17	13,94	16,17	9,58	-	102,86
		7		ha	-	-	-	2,03	-	2,03
		8		ha	125,90	-	-	-	-	125,90
		10		ha	2,39	1,26	4,75	-	-	8,39
		11		ha	-	154,71	-	165,10	-	319,81
		12		ha	-	-	0,78	0,78	-	1,56

Metas e Indicadores – Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais										
Freguesia	Ação		Metas	Unidades	Indicadores mensuráveis					
					2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
União de Freguesias de Tarouca e Dalvares (Continuação)	Construção e Manutenção da RVF	2	Beneficiação da rede viária florestal	Km	2,24	-	0,75	-	-	2,99
		3		Km	6,71	3,90	12,40	-	-	23,01
	Construção e Reparação dos PA	A	Manter operacionais os pontos de água existentes	Nº	-	-	1	-	-	1
		T		Nº	-	-	1	-	-	1
		A	Construção de 1 ponto de água	Nº	1	-	-	-	-	1
Várzea da Serra	Rede de faixas de gestão de combustíveis	2	Área instalada com recurso a ferramentas moto-manuais	ha	-	-	3,79	-	-	3,79
		4		ha	102,35	0,19	0,61	0,02	-	103,17
		7		ha	-	-	-	1,32	-	1,32
		8		ha	87,05	-	-	-	-	87,05
		10		ha	-	-	2,00	-	-	2,00
		11		ha	-	326,42	119,77	47,96	-	494,15
		13		ha	8,86	-	-	-	-	8,86
	Construção e Manutenção da RVF	2	Beneficiação da rede viária florestal	Km	1,40	-	6,65	0,01	-	8,06
		3		Km	-	10,14	26,92	5,29	-	42,35
	Construção e Reparação dos PA	A	Construção de 1 ponto de água	Nº	1	-	-	-	-	1

Estimativa de Orçamento (Euros) e Responsáveis – Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais									
Freguesia	Ação	Responsáveis	Indicadores mensuráveis					Total	
			2015	2016	2017	2018	2019		
União de Freguesias de Gouveães e Ucanha	Rede de faixas de gestão de combustíveis	4	Privados; Juntas de Freguesia; Município	8376	1224	920	15736	6848	33104
		7	REN				8964		8964
		8	Juntas de Freguesia	33984					33984
		10	EDP		1224				1224
		11	Juntas de Freguesia / Município / Entidades Gestoras		55956				55956
		12	Privados			468			468
	Construção e Manutenção da RVF								
União de Freguesias de Granja Nova e Vila Chã da Beira	Rede de faixas de gestão de combustíveis	3	Município		5220	6040	20		11280
		4	EP; Privados; Juntas de Freguesia; Município	30408	8344		26272		65024
		7	REN		36				36
		8	Juntas de Freguesia	31368					31368
		10	EDP	2124				276	2400
		11	Juntas de Freguesia / Município / Entidades Gestoras		80340	181368			261708
		12	Privados	468					468
	13	EDP / Eólicas	3516	9012				12528	
	Construção e Manutenção da RVF	2	Município		5250				5250
	3	Município		12700	31800	780		45280	

Estimativa de Orçamento (Euros) e Responsáveis – Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais										
			Indicadores mensuráveis							
Freguesia		Ação	Responsáveis	2015	2016	2017	2018	2019	Total	
Mondim da Beira	Rede de faixas de gestão de combustíveis	2	Privados				2170		2170	
		4	EP; Privados; Juntas de Freguesia; Município	27488	4776	528	232	2056	35080	
		7	REN				8436		8436	
		8	Juntas de Freguesia	23244					23244	
		10	EDP		504	84		888	1476	
		11	Juntas de Freguesia / Município / Entidades Gestoras		89256				89256	
	Construção e Manutenção da RVF									
		3	Município	1740	700	16040	3480		21960	
Salzedas	Rede de faixas de gestão de combustíveis	4	Privados; Município		17080	4960	10024	5184	37248	
		7	REN				3864		3864	
		8	Juntas de Freguesia	228					228	
		10	EDP		2016				2016	
		11	Juntas de Freguesia / Município / Entidades Gestoras		43092				43092	
		13	EDP		2784				2784	
	Construção e Manutenção da RVF									
			3	Município		3180	9840	8060		21080
	Construção e Reparação dos		A	Município	14048,4					14048,4

	PA							
--	----	--	--	--	--	--	--	--

Estimativa de Orçamento (Euros) e Responsáveis – Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais									
Freguesia	Ação	Responsáveis	Indicadores mensuráveis						
			2015	2016	2017	2018	2019	Total	
S. João de Tarouca	Rede de faixas de gestão de combustíveis	2	Privados	12010			216		12226
		4	Privados; Juntas de Freguesia; Município	48720	3288	104	8		52120
		7	REN				1488		1488
		8	Juntas de Freguesia	17208					17208
		10	EDP	1692		3636		1776	7104
		11	Juntas de Freguesia / Município / Entidades Gestoras		122196	73248	196512		391956
		12	Privados			468			468
		13	Eólicas de Alto Douro	10452					10452
	Construção e Manutenção da RVF								
	Construção e Reparação dos PA	3	Município	5360	12220	13500	8380		39460
		T	Privados	8000					8000
		A	Município	22664					22664
	União de Freguesias de Tarouca e Dalvares	Rede de faixas de gestão de combustíveis	2	Privados	1190	6210			
4			EP; Privados; Juntas de Freguesia; Município	50536	11152	12936	7664		82288
7			REN				24360		24360
8			Juntas de Freguesia	151080					151080
10			EDP	2868	1512	5700			10080
11			Juntas de Freguesia / Município / Entidades Gestoras		185652		198120		383772

		12	Privados			468	468		936
--	--	----	----------	--	--	-----	-----	--	-----

Estimativa de Orçamento (Euros) e Responsáveis – Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais									
				Indicadores mensuráveis					
Freguesia	Ação		Responsáveis	2015	2016	2017	2018	2019	Total
União de Freguesias de Tarouca e Dálvares (continuação)	Construção e Manutenção RVF	2	Município	4480		1500			5980
		3	Município	13420	7800	24800			46020
	Construção e Reparação dos PA	A	Privados			8000			8000
		T	Privados			7000			7000
		A	Município	14048,4					14048,4
Várzea da Serra	Rede de faixas de gestão de combustíveis	2	Privados			3790			3790
		4	Privados; Juntas de Freguesia	81880	152	488	16		82536
		7	REN		9156				9156
		8	Juntas de Freguesia	104460					104460
		10	EDP			2400			2400
		11	Juntas de Freguesia / Município / Entidades Gestoras		391704	143724	57552		592980
		13	Eólicas de Alto Douro	10632					10632
	Construção e Manutenção da RVF	2	Município	2800		13300	20		16120
		3	Município		20280	53840	10580		84700
	Construção e Reparação dos PA	A	Município	19585,6					19585,6

Os valores apresentados são de referência e têm por base os valores atualmente praticados pelos prestadores de serviços nas áreas em causa. No que diz respeito às áreas cuja responsabilidade é da Câmara Municipal verificam-se ser orçamentos extremamente elevados não tendo o Município capacidade financeira para a sua total execução pelo que, se está dependente de candidaturas a fundos nacionais e comunitários.

4.2. 2º EIXO ESTRATÉGICO

REDUZIR A INCIDÊNCIA DOS INCÊNDIOS

4.2.1. Avaliação

4.2.1.1 Comportamentos de Risco

Grupo alvo	Comportamento de Risco				
	O quê?	Como?	Onde?	Quando	
Pastores	Renovação de Pastagens	Queima de matos e herbáceas	Várzea da Serra	Fevereiro	19/02
População	Vandalismo	Fogo por prazer de destruir	Salzedas	Agosto	11/08
Agricultores	Limpeza de solo Agrícola	Queima de combustíveis agrícolas	Mondim da Beira	Junho	25/06
Agricultores	Borraheiras	Queima de restos de agricultura	Ucanha	Março	15/03
Proprietários Florestais	Limpeza de solo Florestal	Queima de combustíveis florestais empilhados	Tarouca	Fevereiro	14/02
Festeiros	Festas em Honra de S. Sebastião	Uso de fogo de artifício	Formilo	Janeiro	26/01
	Romaria em Honra de S. Brás	Uso de fogo de artifício	S. João de Tarouca	Fevereiro	9/02
	Festas em Honra de N.ª Sr.ª do Clavário	Uso de fogo de artifício	Vila Chã da Beira	Maio	11/05
	Festas em Honra do Espírito Santo	Uso de fogo de artifício	Dalvares	Junho	08/06
	Festas em Honra de Sto. António	Uso de fogo de artifício	Granja Nova	Junho	13/06
	Festas em Honra de Sto. António	Uso de fogo de artifício	Arguedeira	Junho	15/06/
	Festas em Honra de S. João Batista	Uso de fogo de artifício	Eira - Queimada	Junho	24/06
	Festas em Honra de S. João Batista	Uso de fogo de artifício	Gondomar	Junho	24/06
	Festas em Honra de S. Pedro	Uso de fogo de artifício	Tarouca e Dalvares	Junho	29/06
	Festas em Honra de N. Sra. Das Necessidades	Uso de fogo de artifício	Quintela/Vila Pouca/Ponte das Tábuas	Julho	06/07
	Festas em Honra de N. Sra. Das Dores	Uso de fogo de artifício	Sta. Helena	Julho	06/07
	Romaria de Sta. Helena	Uso de fogo de artifício	Sta. Helena	Julho	13/07

Grupo alvo	Comportamento de Risco				
	O quê?	Como?	Onde?	Quando	
Festeiros	Romaria de N. ^a Sr. ^a do Carmo	Uso de fogo de artifício	Formilo	Julho	16/07
	Festas em Honra de Sta. Marinha	Uso de fogo de artifício	Meixedo	Julho	20/07
	Festas em Honra de Sta. M. ^a Madalena	Uso de fogo de artifício	Gouveiães e Ucanha	Julho	22/07
	Festas em Honra do Cristo Rei	Uso de fogo de artifício	Gondomar	Julho	27/07
	Festas em Honra de Sta. Apolónia	Uso de fogo de artifício	Castanheiro do Ouro	Agosto	03/08
	Festas do Senhor	Uso de fogo de artifício	Várzea da Serra	Agosto	10/08
	Festa em Honra de Sra. De Fátima	Uso de fogo de artifício	Vila Chã do Monte	Agosto	15/08
	Festas em Honra da Sra. Da Saúde	Uso de fogo de artifício	Várzea da Serra	Agosto	17/08
	Festa em Honra de S. Bernardo	Uso de fogo de artifício	S. João de Tarouca	Agosto	20/08
	Festa em Honra de Sra. De Fátima	Uso de fogo de artifício	Vilarinho	Agosto	21/08
	Festa em Honra de N. ^a Sra. Do Enxertado	Uso de fogo de artifício	Mondim da Beira	Agosto	28/08
	Festa em Honra de N. ^a Sra. Da Ajuda	Uso de fogo de artifício	Gouveiães e Ucanha	Agosto	31/08
	Festa em Honra de N. ^a Sra. Da Piedade	Uso de fogo de artifício	Salzedas	Agosto	31/08
	Festa em Honra de N. ^a Sra. Das Graças	Uso de fogo de artifício	Granja Nova e Vila Chã da Beira	Agosto	31/08
	Festa em Honra Sta. Tecla	Uso de fogo de artifício	Valverde	Setembro	01/09
	Festa em Honra da Sra. De Matosinhos	Uso de fogo de artifício	Cravaz	Setembro	01/09
	Festa em Honra de S. Miguel	Uso de fogo de artifício	Tarouca e Dalvares	Setembro	29/09
	Festa em Honra de S. Martinho	Uso de fogo de artifício	Várzea da Serra	Novembro	09/11
	Festa em Honra de Sta. Luzia	Uso de fogo de artifício	Vila pouca	Dezembro	13/12
	Festa em Honra de Sta. Luzia	Uso de fogo de artifício	Almodafa	Dezembro	15/12
	Festa em Honra de S. João Evangelho	Uso de fogo de artifício	Gouveiães e Ucanha	Dezembro	27/12

Grupo alvo	Comportamento de Risco				
	O quê?	Como?	Onde?	Quando	
Apicultor	Realização de fumigação	Sem considerar as medidas de segurança	Todo o Concelho	Primavera e Verão	Primavera e Verão
Proprietários Florestais / Agricultor	Realização de queima de sobrantes	Sem considerar as medidas de segurança	Todo o Concelho	Primavera e Verão	Primavera e Verão

A tabela apresentada é baseada no histórico dos incêndios apresentado no Caderno I, contendo também outras situações inerentes de risco incêndio que achamos pertinentes.

Apresentam-se aqui também apenas algumas situações concretas, nomeadamente no que diz respeito a renovação de pastagens, vandalismo, limpeza do solo agrícola e florestal e borralheiras, pelo que sabemos que existem mais ocorrências com este tipo de causas.

4.2.2.1 Fiscalização

Uma vez que não foi possível estabelecer um diagnóstico de acordo com o solicitado no guia de elaboração do PMDFCI, como já foi referido, não é possível apresentar no momento a estruturação de acordo com o solicitado para a área específica da Fiscalização, pelo que no quadro seguinte apenas se referem as informações disponíveis.

Área de Atuação	Grupo Alvo	Período de Atuação	Entidade responsável	Meios Envolvidos		Atividade Desenvolvida
				Recursos Humanos	Recursos Materiais	
Todo o concelho	Todos	Todo o ano	Município	1	1 viatura	Fiscalização das atividades relacionadas com o fogo em espaços florestais
Todo o concelho	Todos	Todo o ano	GNR - SEPNA	17	3 viaturas	Fiscalização das atividades relacionadas com o fogo em espaços florestais
Todo o concelho	Todos	Período crítico	GNR - GIPS	65	12 viaturas	Fiscalização das atividades relacionadas com o o nº 2 do artigo 15º do DL Nº 124/2006 de 28 de Junho

4.2.2. Planeamento das ações do 2 Eixo Estratégico

4.2.2.1. Sensibilização da População

Adaptando-nos à realidade e ao resultado do conhecimento geral dos grupos-alvo apresentam-se as possíveis ações a ser desenvolvidas, neste concelho, no âmbito deste eixo estratégico.

Objetivo Estratégico: Conceber uma Campanha de Sensibilização destinada a educar e sensibilizar a população deste concelho, perspectivando a melhoria e o conhecimento das causas dos incêndios e as suas motivações.

Objetivos operacionais: A Campanha de Sensibilização dirigir-se-á à população em geral, salientando os Agricultores, Pastores, Caçadores e Proprietários/Produtores Florestais. É alvo desta sensibilização a população escolar educando e sensibilizando as crianças em idades compreendidas entre os 3 e os 18 anos.

Salientam-se ainda outros objetivos que se enquadram no âmbito deste plano de sensibilização, tais como:

- preservar o património florestal comum, em especial, a sensibilização para as questões florestais neste concelho;
- contribuir para saber viver e reconhecer a floresta enquanto elemento essencial para o equilíbrio ecológico e ambiental;
- fazer perceber a floresta enquanto riqueza nacional e fomentar o espírito de cidadania.

Assim, torna-se necessário divulgar e sensibilizar a população para todos os riscos inerentes a uma floresta mal cuidada, não se aceitando esta realidade como um fatalismo, valendo a pena equacionar a hipótese de que todos podemos e devemos proteger um bem comum e vital.

As atividades que constituem o plano de ação decorrerão enquadradas com o cronograma que se apresentará mais adiante. Em anos anteriores foram efectuadas algumas sessões de sensibilização tendo esta câmara através do GTF diligenciado ações de sensibilização por todo o concelho. Preconiza-se novamente as mesmas ações para o Concelho, salvaguardando sempre que poderão estar sujeitas e dependentes da aprovação de candidaturas a fundos nacionais e comunitários.

A sensibilização que se pretende realizar apresenta várias iniciativas:

- I. Criar um logótipo;
- II. Elaborar panfletos, brochuras, placares e material didático;
- III. Realizar ciclos de sessões de sensibilização nas juntas de freguesia;
- IV. Realizar ciclos de sessões de sensibilização no agrupamento de escolas do Concelho, assinalando e comemorando datas especiais – 21 de Março (Dia Mundial da Floresta);
- V. Criar um filme alusivo à Defesa da Floresta e Preservação do meio ambiente.

Sensibilização da População - Ações de Sensibilização								
Ação	Data	Local	Objetivos	Indicadores				
				2015	2016	2017	2018	2019
Criação de um logótipo	Antes do Período Crítico	Município (GTF)	Pretende-se, através do logótipo, uma fácil identificação das ações e de todas as atividades inerentes ao mesmo.		Criação de um logótipo para toda a sensibilização			
Elaboração panfletos, brochuras, placares e material didático	Antes do Período Crítico	Juntas de Freguesia e Centros Escolares	Pretendem-se divulgar as ações de sensibilização a toda a população, de uma forma simples e elucidativa sobre os riscos de incêndio florestal, bem como, da importância de saber viver na floresta. O material didático será dirigido ao grupo alvo da população escolar uma vez que dessa forma conseguem apreender mais facilmente a informação que se quer passar.	-	Conceção de design do material gráfico, panfletos, brochuras e material didático: 10000 panfletos 1500 brochuras 1500 lápis 1500 afias 1500 bonés	Conceção de design do material gráfico, panfletos, brochuras e material didático:	- Conceção de design do material gráfico, panfletos, brochuras e material didático: 10000 panfletos 1500 brochuras 1500 lápis 1500 afias 1500 bonés	Conceção de design do material gráfico, panfletos, brochuras e material didático
Ações de Sensibilização nas Juntas de Freguesia	Antes do Período Crítico	As três Juntas de maior concentração populacional	Sensibilizar os agricultores/pastores/população rural e população em geral (incluindo campistas/turistas) sobre as possíveis consequências inerentes ao incorreto uso do fogo e/ou à não consideração das medidas de segurança necessárias, especialmente durante o período crítico.	Educação ambiental e florestal	Uso do fogo durante o período crítico	Educação ambiental e florestal	Uso do fogo durante o período crítico	Educação ambiental e florestal

Sensibilização da População - Ações de Sensibilização								
Ação	Data	Local	Objetivos	Indicadores				
				2015	2016	2017	2018	2019
Sessões de sensibilização nas escolas do 1º ciclo do ensino básico	21 de Março	Centros Escolares de Tarouca	Com a realização destas sessões pretende-se contribuir para a sensibilização e informação dos alunos para a importância da floresta e sua proteção, com ênfase na prevenção dos incêndios florestais.	Comemoração do dia Mundial da Floresta	Comemoração do dia Mundial da Floresta	Comemoração do dia Mundial da Floresta	Comemoração do dia Mundial da Floresta	Comemoração do dia Mundial da Floresta
Elaboração de um filme alusivo à Defesa da Floresta e Preservação do meio ambiente	Antes do Período Crítico	Município (GTF)	É importante reforçar a vertente pedagógica com informação didática relativa à proteção e à prevenção da floresta contra os incêndios florestais. Assim, preconiza-se a realização de um filme mostrando a realidade do Concelho e prevendo o seu futuro como sendo um "Concelho verde".		Elaboração de filme "O Concelho Verde" dirigido à população em geral			

4.2.2.2. Fiscalização

Por se considerar todo o Concelho prioritário não se apresentam as zonas prioritárias.

4.2.3. Metas e Indicadores, Responsabilidades e Estimativas de Orçamento da Sensibilização e Fiscalização

Sensibilização da População - Metas e Indicadores						
Ação	Metas	Indicadores				
		2015	2016	2017	2018	2019
Criação de um logótipo	Pretende-se, através do logótipo, uma fácil identificação das ações e de todas as atividades inerentes ao mesmo.	-	Criação de um logótipo para toda a sensibilização	-	-	-
Elaboração panfletos, brochuras, placares DFCI e material didático	Com a elaboração e edição de panfletos anualmente, pretendem-se divulgar as ações de sensibilização anuais a toda a população, de uma forma simples e elucidativa sobre os riscos de incêndio florestal, bem como, da importância de saber viver na floresta. Os panfletos são do tipo tríptico. Os autocolantes e material didático serão dirigidos ao grupo alvo da população escolar uma vez que dessa forma conseguem apreender mais facilmente a informação que se quer passar.	-	Conceção de design do material gráfico, panfletos, brochuras e material didático: 10000 panfletos 1500 brochuras 1500 lápis 1500 afias 1500 bonés	Conceção de design do material gráfico, panfletos, brochuras e material didático:	- Conceção de design do material gráfico, panfletos, brochuras e material didático: 10000 panfletos 1500 brochuras 1500 lápis 1500 afias 1500 bonés	Conceção de design do material gráfico, panfletos, brochuras e material didático
Realizar sessões de sensibilização nas juntas de freguesia	Com esta atividade pode dar-se a conhecer à população em geral, salientando os Agricultores, Pastores, caçadores e Proprietários e Produtores Florestais todos os riscos inerentes aos incêndios florestais, bem como a sua prevenção, de uma forma simples e clara. Estes ciclos de sessões devem realizar-se durante os cinco anos preconizados e deverão decorrer nos três meses que antecedem o período crítico de incêndios florestais, ou no mês imediato, a título de balanço e recomendação para o ano seguinte. É imprescindível chegar aos cidadãos de uma forma ativa, de modo a que também eles possam cooperar, expondo as suas dúvidas e as suas ideias. No intuito de manter a atualidade, as sessões anuais devem abordar subtemas da sensibilização estruturante.	4 sessões de forma a poder abranger todo o concelho concentrando as sessões nos locais com maior população e de maior importância florestal	4 sessões de forma a poder abranger todo o concelho concentrando as sessões nos locais com maior população e de maior importância florestal	4 sessões de forma a poder abranger todo o concelho concentrando as sessões nos locais com maior população e de maior importância florestal	4 sessões de forma a poder abranger todo o concelho concentrando as sessões nos locais com maior população e de maior importância florestal	4 sessões de forma a poder abranger todo o concelho concentrando as sessões nos locais com maior população e de maior importância florestal

Sensibilização da População - Metas e Indicadores

Ação	Metas	Indicadores				
		2015	2016	2017	2018	2019
Realizar sessões de sensibilização no agrupamento de escolas	A sensibilização para a indispensabilidade de preservar e proteger a nossa floresta contra os incêndios é capital e é uma arma eficaz junto das gerações mais novas e da população menos informada. As sessões devem ter por base conteúdos programáticos e material de divulgação específicos para um público-alvo de idades compreendidas entre os 3 e os 18 anos, Com a realização destas sessões pretende-se contribuir para a sensibilização e informação dos alunos para a importância da floresta e sua proteção, com ênfase na prevenção dos incêndios florestais. A sensibilização deve incidir fundamentalmente em escolas inseridas em meio rural, onde o risco de incêndio é elevado e existe um registo histórico de ignições com origem em comportamentos negligentes no uso do fogo. As sessões anuais devem abordar subtemas da sensibilização estruturante.	Escolha de 2 freguesias/escolas, que se mostrem as mais adequadas para receber as comemorações no presente ano	Escolha de 2 freguesias/escolas, que se mostrem as mais adequadas para receber as comemorações no presente ano	Escolha de 2 freguesias/escolas, que se mostrem as mais adequadas para receber as comemorações no presente ano	Escolha de 2 freguesias/escolas, que se mostrem as mais adequadas para receber as comemorações no presente ano	Escolha de 2 freguesias/escolas, que se mostrem as mais adequadas para receber as comemorações no presente ano
Elaboração de um filme alusivo à Defesa da Floresta e Preservação do meio ambiente	É importante reforçar a vertente pedagógica com informação didática relativa à proteção e à prevenção da floresta contra os incêndios florestais. Assim, preconiza-se a realização de um filme mostrando a realidade do Concelho e prevendo o seu futuro como sendo um "Concelho verde".	-	Elaboração de filme "O Concelho Verde" dirigido à população em geral	-	-	-

No enquadramento em que a floresta portuguesa é encarada como uma efectiva prioridade nacional, e regional, importa mudar profundamente a relação da sociedade com a floresta, agindo de forma concertada no sector florestal e criando condições para a implementação de ações de natureza estrutural cuja concretização imediata se impõe face à necessidade de dar primazia à gestão e preservação do património florestal existente em harmonia com as atividades humanas.

Sendo assim a sensibilização dos cidadãos para o risco de ignição, propagação de incêndios e para a importância da fileira florestal é um importante objetivo deste plano.

Para que a Sensibilização seja eficaz torna-se necessário efectuar um estudo para determinar os grupos-alvo de modo a poder-se efectuar um melhor planeamento das ações a implementar junto de cada grupo.

Relativamente à fiscalização torna-se difícil no momento estabelecer metas e indicadores uma vez que deveríamos trabalhar sobre o estudo diagnóstico que não pôde ser efetuado devido à limitação nos dados disponíveis.

Fiscalização - Metas e Indicadores						
Ação	Metas	Indicadores				
		2015	2016	2017	2018	2019
Fiscalização das atividades relacionadas com o fogo em espaços florestais	Redução do nº de incêndios	Reduzir em 10% dos incêndios nas Freguesias com maior nº de ocorrências	Reduzir em 10% dos incêndios nas Freguesias com maior nº de ocorrências	Reduzir em 10% dos incêndios nas Freguesias com maior nº de ocorrências	Reduzir em 10% dos incêndios nas Freguesias com maior nº de ocorrências	Reduzir em 10% dos incêndios nas Freguesias com maior nº de ocorrências

Sensibilização da População – Estimativa de Orçamento e Responsáveis							
Ação	Metas	Responsáveis	Orçamento (euros)				
			2015	2016	2017	2018	2019
Criação de um logótipo	Pretende-se, através do logótipo, uma fácil identificação das ações e de todas as atividades inerentes ao mesmo.	Município (GTF)	-	1000	-	-	-
Elaboração panfletos, brochuras, placares DFCI e material didático	Com a elaboração e edição de panfletos anualmente, pretendem-se divulgar as ações de sensibilização anuais a toda a população, de uma forma simples e elucidativa sobre os riscos de incêndio florestal, bem como, da importância de saber viver na floresta. Os panfletos são do tipo tríptico. Os autocolantes e material didático serão dirigidos ao grupo alvo da população escolar uma vez que dessa forma conseguem apreender mais facilmente a informação que se quer passar.	GTF	-	15000	5000	10000	5000
Realizar sessões de sensibilização nas juntas de freguesia	Com esta atividade pode dar-se a conhecer à população em geral, salientando os Agricultores, Pastores, caçadores e Proprietários e Produtores Florestais todos os riscos inerentes aos incêndios florestais, bem como a sua prevenção, de uma forma simples e clara. Estes ciclos de sessões devem realizar-se durante os cinco anos preconizados e deverão decorrer nos três meses que antecedem o período crítico de incêndios florestais, ou no mês imediato, a título de balanço e recomendação para o ano seguinte. É imprescindível chegar aos cidadãos de uma forma ativa, de modo a que também eles possam cooperar, expondo as suas dúvidas e as suas ideias. No intuito de manter a atualidade, as sessões anuais devem abordar subtemas da sensibilização estruturante.	GTF (em parceria e/ou colaboração com OPF e demais intervenientes na DFCI)	2000	2000	2000	2000	2000

Sensibilização da População – Estimativa de Orçamento e Responsáveis							
Ação	Metas	Responsáveis	Orçamento (euros)				
			2015	2016	2017	2018	2019
Realizar sessões de sensibilização no agrupamento de escolas	A sensibilização para a indispensabilidade de preservar e proteger a nossa floresta contra os incêndios é capital e é uma arma eficaz junto das gerações mais novas e da população menos informada. As sessões devem ter por base conteúdos programáticos e material de divulgação específicos para um público-alvo de idades compreendidas entre os 3 e os 18 anos, Com a realização destas sessões pretende-se contribuir para a sensibilização e informação dos alunos para a importância da floresta e sua proteção, com ênfase na prevenção dos incêndios florestais. A sensibilização deve incidir fundamentalmente em escolas inseridas em meio rural, onde o risco de incêndio é elevado e existe um registo histórico de ignições com origem em comportamentos negligentes no uso do fogo. As sessões anuais devem abordar subtemas da sensibilização estruturante.	GTF (em parceria e/ou colaboração com OPF e demais intervenientes na DFCI)	2000	2000	2000	2000	2000
Elaboração de um filme alusivo à Defesa da Floresta e Preservação do meio ambiente	É importante reforçar a vertente pedagógica com informação didática relativa à proteção e à prevenção da floresta contra os incêndios florestais. Assim, preconiza-se a realização de um filme mostrando a realidade do Concelho e prevendo o seu futuro como sendo um "Concelho verde".	Município (GTF)	7000	-	-	-	-
Total			11 000	19 000	9 000	14 000	9 000

Como se pode observar pelo quadro atrás apresentado a responsabilidade da sensibilização preconizada passa pelo Município sendo que, para fazer face às despesas a Câmara irá estar dependente da aprovação de candidaturas a fundos nacionais e comunitários.

No que diz respeito à orçamentação desta área da fiscalização apresenta-se apenas o orçamento referente à ação do Município uma vez que para as outras entidades é difícil essa quantificação.

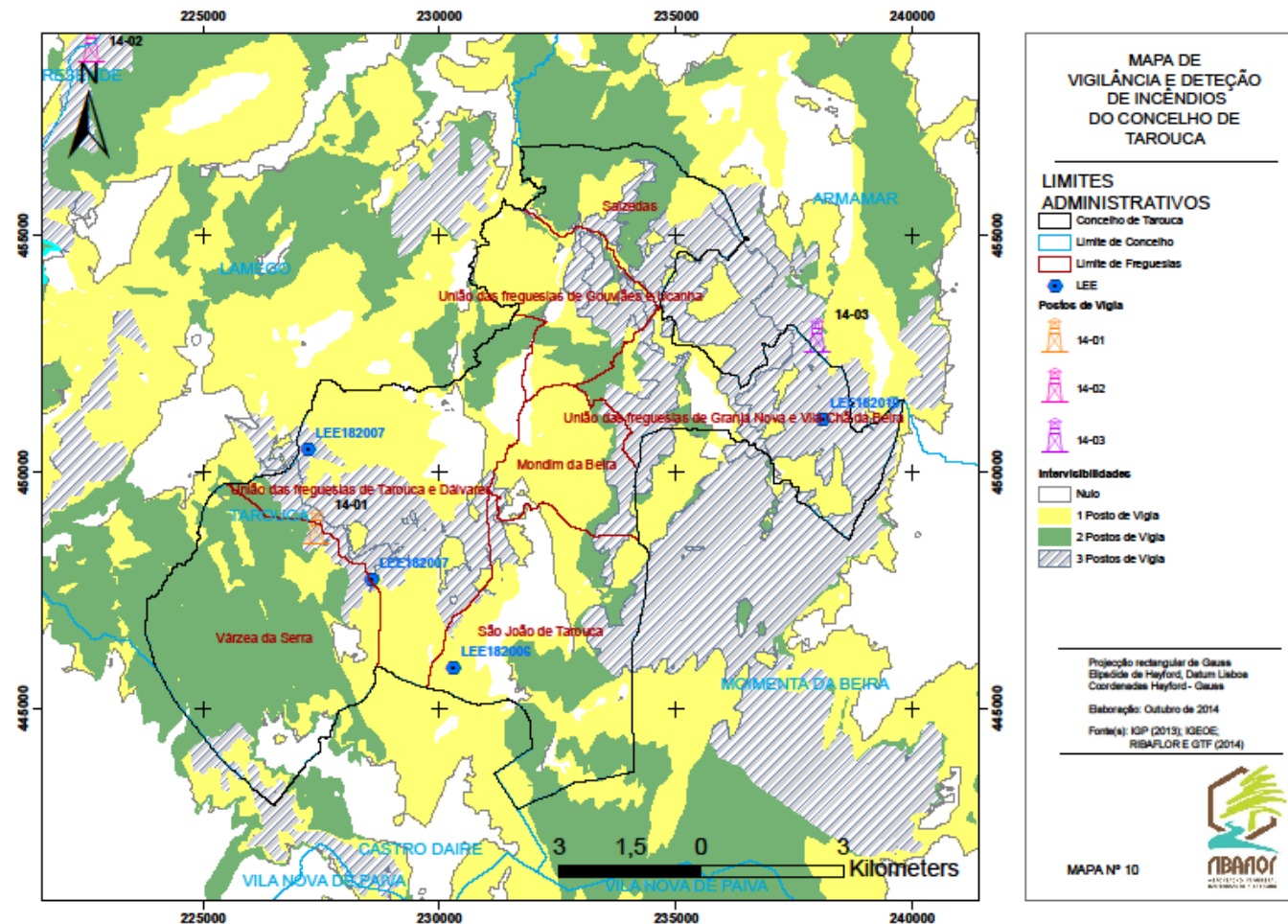
Fiscalização – Estimativa de Orçamento e Responsáveis							
Ação	Metas	Responsáveis	Orçamento (euros)				
			2015	2016	2017	2018	2019
Fiscalização das atividades relacionadas com o fogo em espaços florestais	Redução do nº de incêndios	Município	3500	3500	3500	3500	3500
Total			3500	3500	3500	3500	3500

4.3. 3º EIXO ESTRATÉGICO

MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E DA GESTÃO DE INCÊNDIOS

4.3.1. Avaliação

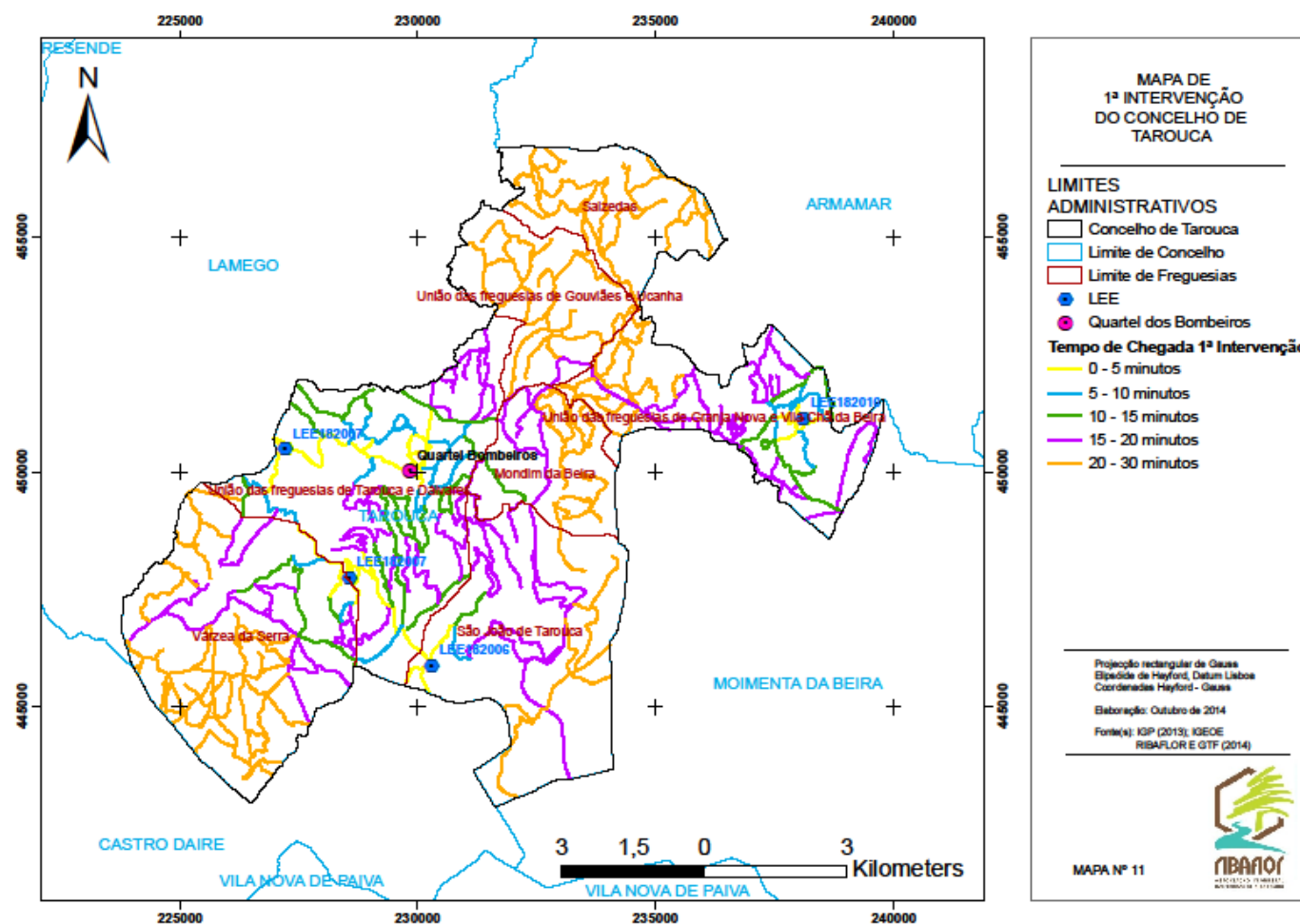
4.3.1.1. Vigilância e Deteção



Índice entre o número de incêndios e o número total de equipas de Vigilância (2013)				
2013				
FASES DE PERIGO		Nº de Equipas	Nº de Incêndios	Índice
Alfa	1 Jan. a 14 Mai	4	4	1
Bravo	15 Mai a 30 Jun	4	1	0,25
Charlie	1 Jul a 30 Set	4	17	4,25
Delta	1 Out a 30 Out	4	3	0,75
Echo	1 Nov a 31 Dez	4	3	0,75

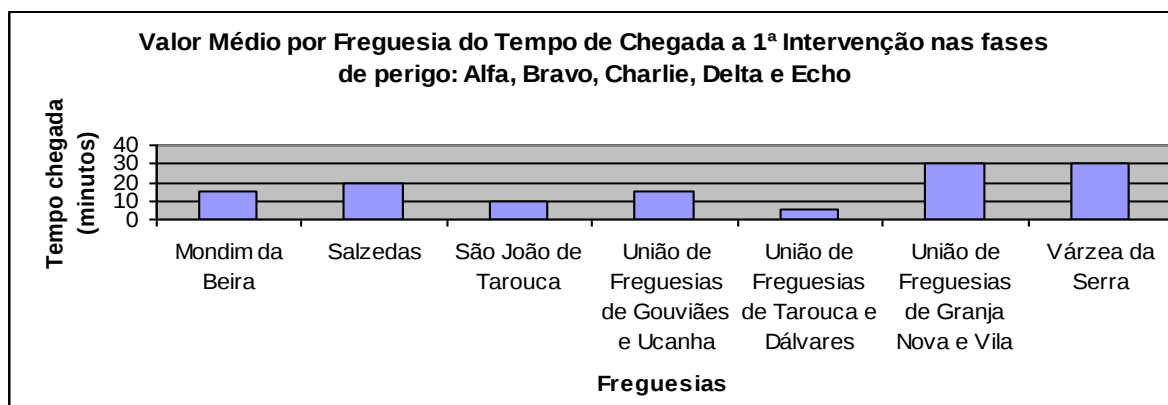
Relativamente ao nº de equipas existentes, correspondem à equipe de sapadores florestais deste concelho, GNR (Comando territorial), GIPS e postos de vigia, contabilizando uma equipa cada.

4.3.1.2. 1ª Intervenção



Índice entre o número de incêndios, número de equipas e número de elementos de 1ª intervenção (2013)					
2013					
FASES DE PERIGO		Nº de Equipas	Nº de Elementos	Nº de Incêndios	Índice
Alfa	1 Jan. a 14 Mai	3	75	3	1
Bravo	15 Mai a 30 Jun	4	80	1	0,25
Charlie	1 Jul a 30 Set	4	80	26	6,5
Delta	1 Out a 30 Out	4	80	1	0,25
Echo	1 Nov a 31 Dez	3	75	1	0,33

De referir que na fase Alfa e Echo as equipas existentes correspondem à equipe de sapadores florestais deste concelho, bombeiros voluntários de Tarouca e GNR, contabilizando uma equipa cada. Na fase Bravo, Charlie e Delta, os bombeiros apresentam-se com duas equipas. Relativamente ao nº de elementos foram considerados, 5 para a equipe de sapadores, 65 para a GNR (GIPS) e 5 para a equipe das ECIN e 5 para bombeiros voluntários. O gráfico abaixo indica o tempo de chegada para a 1ª Intervenção, sendo que se considera o mesmo tempo de chegada em todas as fases de perigo.



4.3.1.3. Rescaldo e vigilância pós-incêndio

ANO	Nº REACENDIMENTOS
2002	0
2003	0
2004	0
2005	0
2006	0
2007	0
2008	0
2009	0
2010	0
2011	3
2012	0
2013	2
TOTAL	5

Entre 2002 e 2013 registaram-se apenas 5 reacendimentos, em apenas dois anos do intervalo de tempo (2003 – 2013), tendo sido no ano de 2011 e 2013, sendo que o ano em que registou um maior nº de reacendimentos, foi 2011. Apesar de este número não ser muito significativo, o ideal é a sua abolição, pelo que os objetivos deste plano passam por essa intenção, tendo especial atenção na fase de rescaldo e vigilância pós-incêndio.

4.3.2. Planeamento das Ações

4.3.3. Metas e Indicadores, Responsabilidades e Estimativas de Orçamento

Apresentam-se de seguida as metas genéricas, no que se refere a este 3º eixo estratégico, para todo o concelho, incidindo sobretudo na área florestal existente. Assim, em todos os anos e durante todo o ano (fases Afla, Bravo, Charlie, Delta e Echo) estas ações têm incidência na totalidade da área florestal. Tendo em conta o dispositivo ser o mesmo nas diferentes fases de perigo, as metas definidas são referentes a todas as fases de perigo.

Metas e Indicadores – Vigilância e Detecção, 1ª Intervenção, Combate, Rescaldo e Vigilância pós-incêndio											
Freguesia	Ação	Área total	Metas	Unidades	Indicadores mensuráveis						
					2015	2016	2017	2018	2019	Total	%
Todo o Concelho	Vigilância e Detecção	Toda a área florestal 6502,91 ha	Aumentar a deteção de incêndios nascentes para diminuir a área ardida e ao mesmo tempo, com a presença de equipas no espaço florestal, contribuir para a dissuasão.	ha	6502,91	6502,91	6502,91	6502,91	6502,91	6502,91	100%
		2119,01 ha	Constituição de Equipa de Sapadores Florestais em protocolo com a Ass. De Baldios de Várzea da Serra a contribuir também para a meta acima descrita.		2119,01	2119,01	2119,01	2119,01	2119,01	2119,01	100%
	1ª Intervenção	Toda a área florestal 6502,91 ha	Aumentar a eficácia na primeira intervenção de modo a diminuir o número de grandes incêndios e consequentemente a área ardida.	ha	6502,91	6502,91	6502,91	6502,91	6502,91	6502,91	100%
		2119,01 ha	Constituição de Equipa de Sapadores Florestais em protocolo com a Ass. De Baldios de Várzea da Serra a contribuir também para a meta acima descrita.		2119,01	2119,01	2119,01	2119,01	2119,01	2119,01	100%
	Combate	Toda a área florestal 6502,91 ha	Aumentar a eficácia na resposta ao alerta e no ataque de modo a reduzir a área ardida.	ha	6502,91	6502,91	6502,91	6502,91	6502,91	6502,91	100%
	Rescaldo e Vigilância pós-incêndio	Toda a área florestal 6502,91 ha	Implementar e efetivar o rescaldo e a vigilância pós-incêndio de forma diminuir os reacendimentos.	ha	6502,91	6502,91	6502,91	6502,91	6502,91	6502,91	100%
		2119,01 ha	Constituição de Equipa de Sapadores Florestais em protocolo com a Ass. De Baldios de Várzea da Serra a contribuir também para a meta acima descrita..		2119,01	2119,01	2119,01	2119,01	2119,01	2119,01	100%

No que à orçamentação do 3º eixo diz respeito torna-se difícil a sua apresentação, para as várias entidades envolvidas, uma vez que algumas funcionam até ao nível intermunicipal, de modo que se refere apenas a previsão do orçamento para as atividades que serão levadas a cabo diretamente pelo Município.

Orçamento das Ações Propostas – Vigilância e Detecção, 1ª Intervenção, Rescaldo e Vigilância pós-incêndio								
Freguesia	Ação	Metas	Responsáveis	Indicadores mensuráveis (euros)				
				2015	2016	2017	2018	2019
Todo o Concelho	Vigilância e Detecção	Aumentar a deteção de incêndios nascentes para diminuir a área ardida e ao mesmo tempo, com a presença de equipas no espaço florestal, contribuir para a dissuasão.	Município	20 500	20 500	20 500	20 500	20 500
	1ª Intervenção	Aumentar a eficácia na primeira intervenção de modo a diminuir o número de grandes incêndios e consequentemente a área ardida.	Município	20 500	20 500	20 500	20 500	20 500
	Rescaldo e Vigilância pós-incêndio	Implementar e efetivar o rescaldo e a vigilância pós-incêndio de forma diminuir os reacendimentos.	Município	20 500	20 500	20 500	20 500	20 500
TOTAL				61 500	61 500	61 500	61 500	61 500

Os valores apresentados estão na sua maioria dependentes de candidaturas a programas nacionais e comunitários de apoio para as áreas específicas de DFCI

4.4. 4º EIXO ESTRATÉGICO

RECUPERAR E REABILITAR ECOSSISTEMAS

4.4.1. Avaliação

4.4.1.1. Estabilização de Emergência

No momento da elaboração deste Plano, não existia um levantamento exaustivo das áreas com necessidade de estabilização de emergência.

No entanto considera-se existir necessidade de efetuar intervenções de emergência, a médio prazo, infraestruturar e requalificar os espaços florestais de acordo com os princípios de defesa da floresta contra incêndios.

O Município de Tarouca tem já efetuado algumas ações neste âmbito, face a situações de ocorrências de grandes incêndios, nomeadamente, regularização de piso e obras de desobstrução de linhas de água, tendo ocorrido no passado algumas situações de arrastamento de terras devido à erosão do solo.

Tendo em conta possíveis ocorrências futuras, o Município de Tarouca, prevê já algumas ações a efetivar no âmbito da estabilização de emergência, aquando a ocorrência de um grande incêndio, nomeadamente:

- estabilização de taludes;
- a regularização e consolidação da superfície de caminhos em zonas mais declivosas;
- construção de valetas e valas de drenagem
- limpeza e desobstrução dos leitos

4.4.1.2 Reabilitação de povoamentos e habitats Florestais

Neste parâmetro também não existe ainda, um levantamento exaustivo das áreas a intervir. No entanto, e tendo em conta a necessidade de intervenção que poderá advir da ocorrência de novos incêndios, apresentam-se de seguida algumas ações a desenvolver e cuja programação se apresentará no seguimento deste documento.

4.4.2. Planeamento

4.4.2.1 Estabilização de Emergência e Reabilitação de povoamentos e habitats

A Serra da Sta Helena foi desde sempre um ponto emblemático para o concelho e muito especificamente para a cidade de Tarouca, que a tinha como moldura, suscitando dessa forma muitos interesses entre os quais, há uns anos atrás, o do sector imobiliário. São referenciados muitos incêndios relacionadas com essas questões, na zona da serra envolvente à cidade, que levaram a uma destruição da vegetação natural. Resta apenas uma pequena amostra do que a serra foi, e que constituía uma grande riqueza para o concelho, no local onde se encontra instalado o Parque de Merendas. No entanto tem-se feito um grande esforço por parte das entidades responsáveis para o repovoamento florestal nesta zona, existindo ainda pequenas manchas de floresta jovem que resistiu aos incêndios nestes últimos anos.

À semelhança da Serra da Sta Helena considera-se a hipótese de ainda existirem outros locais com características semelhantes que importa recuperar dando ênfase também a áreas de regeneração natural privilegiando aquelas onde se concentre regeneração de folhosas autóctones tais como carvalhos, castanheiros, bétulas e freixos.

Prevê-se para, o período de vigência deste Plano, a elaboração de um guia de procedimentos a adotar para a efetivação da estabilização de emergência, das áreas percorridas por incêndios, bem como para a reabilitação de povoamentos e habitats florestais.

Das ações a desenvolver no âmbito do atrás descrito após o estudo e recolha de informação sobre os assuntos abordados, preconiza-se:

Promover Ações de Silvicultura em Zonas de Regeneração Natural

A limpeza de matos não deve constituir uma ameaça à regeneração natural. A condução da regeneração natural existente é uma das medidas de florestação mais inteligentes a utilizar.

É necessário intervir à medida que a regeneração natural se desenvolve. Os elementos mais interessantes têm de ser preservados, para que venham constituir o andar de espécies

dominantes. No concelho há algumas zonas de regeneração em que tem de se intervir. Os cuidados culturais a ter em conta são as limpezas de mato, desbastes do andar dominado e desramações nos andares dominantes, para que as novas árvores cresçam bem conformadas.

As manchas de vegetação autóctone, a par da vegetação ripícola e dos lameiros, constituem efetivas barreiras naturais à propagação de incêndios. Deste modo, preconiza-se a limpeza e condução de manchas ou núcleos de regeneração natural autóctone sempre que as suas características possam vir a possibilitar a criação de áreas de contenção de fogos.

Promover Ações de Silvicultura em Zonas de Linhas de Água

Nas linhas de água, que devido à elevada sensibilidade ecológica e paisagística que apresentam, será prevista a realização de limpezas manuais ligeiras a moderadas, ao longo das que apresentem maior acumulação de combustível suscetível de promover a propagação de fogo, de forma a aumentar o “efeito-tampão” produzido por estes locais.

Assim, a gestão das galerias ribeirinhas deverá ter em atenção, por um lado, a maior importância e sensibilidade ecológica destes espaços e, por outro, a necessidade de evitar que estas formações se transformem em corredores preferenciais na propagação dos fogos, como vem sucedendo com alguma frequência (devido quer à sua posição topográfica, quer à elevada densidade e continuidade do combustível, quer ainda à alta inflamabilidade em condições climáticas e edáficas desfavoráveis).

Promover Ações de Gestão de Pastagens

O uso do fogo controlado constituirá uma ferramenta importante para gerir os matos inconvenientes em zonas de pastoreio, evitando desta forma o fogo intencional (causas humanas).

Dever-se-ão promover pastagens melhoradas, sempre que possível, nas zonas desarborizadas.

Promover Ações em Áreas Desarborizadas com Características Especiais

Também no âmbito da silvicultura preventiva poderão ser instaladas cortinas de abrigo, com o objetivo de reduzir localmente a velocidade do vento e intercetar faúlhas e outros materiais incandescentes. Estas deverão estar estrategicamente localizadas em áreas desarborizadas (fundos de vales com elevada pendente, cumeadas, portelas, cristas de escarpa ou faixas de proteção a linhas elétricas) e ser perpendiculares à direção predominante do vento.

Atividades de Estudo	Calendarização	Responsabilidade
Cadastro de áreas de Pastoreio e Pastores	De 1/01/2015 até 30/06/2017	GTF
Cadastro de áreas com reconhecida importância de Regeneração Natural	De 1/01/2015 até 30/06/2017	GTF
Levantamento das Manchas Florestais de espécies autóctones a defender	De 1/01/2015 até 30/06/2017	GTF
Levantamento das áreas desarborizadas com características especiais	De 1/01/2015 até 30/08/2017	GTF
Monitorização das linhas de água para identificação de eventuais situações que necessitem de Intervenção	De 01/01/2015 até 30/08/2017	GTF

Orçamento das Ações Propostas – Recuperar e Reabilitar Ecossistemas						
Indicadores mensuráveis (euros)						
Ações	Responsáveis	2015	2016	2017	2018	2019
Cadastro de áreas de Pastoreio e Pastores	GTF	-	-	1 500	-	-
Cadastro de áreas com reconhecida importância de Regeneração Natural	GTF	-	-	2 000	-	-
Levantamento das Manchas Florestais de espécies autóctones a defender	GTF	-	-	1 500	-	-
Levantamento das áreas desarborizadas com características especiais	GTF	-	-	2 000	-	-
Monitorização das linhas de água para identificação de eventuais situações que necessitem de Intervenção	GTF	-	-	2 500	-	-
Total		-	-	9 500	-	-

Apenas se apresenta o orçamento para o estudo sendo que o orçamento para as ações decorrentes do mesmo se apresentará apenas quando se verificar condições de execução das mesmas.

4.5. 5º EIXO ESTRATÉGICO

ADAPTAÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGÂNICA FUNCIONAL E EFICAZ

3.5.1 Avaliação

Tipo de Formação	Entidade a Formar	Nº de Elementos
Caracterização da Floresta Portuguesa	Sapadores Florestais	5
Fatores edafo-climáticos e floresta	Sapadores Florestais	5
Identificação das espécies florestais	Sapadores Florestais	5
Normas de proteção e melhoria do ambiente, segurança, higiene e saúde de trabalho florestal	Sapadores Florestais	5
Cartografia - Noções básicas	Sapadores Florestais	5
Prevenção de Incêndios Florestais	Sapadores Florestais	5
Utilização da motosserra nas operações florestais	Sapadores Florestais	5
Agrimensurar, medições florestais e registos de dados	Sapadores Florestais	5
Legislação aplicável à atividade florestal	Sapadores Florestais	5
Podas e desbastes	Sapadores Florestais	5
Fenomenologia da combustão e agentes extintores	Sapadores Florestais	5
Fogo controlado - apoio	Sapadores Florestais	5
Organização e sistemas de comando e controlo	Sapadores Florestais	5

Tipo de Formação	Entidade a Formar	Nº de Elementos
Instalação de povoamentos: sementeiras, plantações e enxertias	Sapadores Florestais	5
Operações inerentes ao abate de árvores	Sapadores Florestais	5
Equipamentos auxiliares	Sapadores Florestais	5
Medições e avaliações em povoamentos florestais	Sapadores Florestais	5
Relacionamento interpessoal	Sapadores Florestais	5
Contabilidade e gestão florestal – noções básicas	Sapadores Florestais	5
Vigilância, Deteção e 1ª Intervenção	Sapadores Florestais	5
Rescaldo e Vigilância pós-incêndio	Sapadores Florestais	5
SIG – Iniciação	GTF	1
Elaboração de Cartografia	GTF	1

3.5.1.1 Formação

Neste momento apenas apresentamos as necessidades de formação para a equipe de sapadores florestais deste Concelho e para o GTF, já que outras entidade têm formação própria.

3.5.2 Planeamento das Ações

3.5.2.1 Organização SDFCI

SDFCI – Competências de Coordenação e Competências significativas												
Áreas e vertentes Decreto-Lei n.º 124/2006 Resolução do Concelho de Ministros n.º 65/2006		Prevenção Estrutural			Prevenção				Combate			
		Planeamento DFCI	Organização do Território, silvicultura e infraestruturas	Sensibilização e divulgação	Vigilância e Patrulhamento	Deteção	Fiscalização	Investigação de causas	1ª Intervenção	Combate	Rescaldo	Vigilância pós- incêndio
Entidades												
ICNF	Direção do Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do Centro	regional										
Outros proprietários e Gestores Florestais		loc		nac/reg/dist/mun								
Municípios	CMDFCI/GTF	mun		mun/loc								
	SMPC	mun		mun/loc								
	Outros Serviços Municipais			mun/loc								
Juntas de Freguesia		loc										
Exército	Engenharia Militar											
	Outras unidades											
Equipa de Sapadores Florestais												
Entidades Detentoras de Máquinas												
Entidades Gestoras de Zonas de Caça												
GNR	GIPS			loc								
	SEPNA			loc								
	Brigadas Territoriais											
ANPC	CNOS/Meios Aéreos	nac		nac					nac	nac	nac	nac
	CDOS	dist							dist	dist	dist	dist
	Equipas de Combate a Incêndios											
Bombeiros Voluntários deTarouca				mun/loc								
Municípios, proprietários florestais e visitantes												
nac- nacional, reg- regional, dist- distrital, mun- municipal, loc- local												
	Sem intervenção significativa		Com competências significativas		Com competências de coordenação		Deveres cívicos					

Tipo de Formação	Entidade a Formar	Nº de Elementos	Orçamento				
			2015	2016	2017	2018	2019
Caracterização da Floresta Portuguesa	Sapadores Florestais	5	1250				
Fatores edafo-climáticos e floresta	Sapadores Florestais	5					1250
Identificação das espécies florestais	Sapadores Florestais	5	1250				
Normas de proteção e melhoria do ambiente, segurança, higiene e saúde de trabalho florestal	Sapadores Florestais	5	1250				
Cartografia - Noções básicas	Sapadores Florestais	5		1250			
Prevenção de Incêndios Florestais	Sapadores Florestais	5		1250			
Utilização da motosserra nas operações florestais	Sapadores Florestais	5	1250				
Agrimensurar, medições florestais e registos de dados	Sapadores Florestais	5					1250
Legislação aplicável à atividade florestal	Sapadores Florestais	5					1250
Podas e desbastes	Sapadores Florestais	5					1250
Fenomenologia da combustão e agentes extintores	Sapadores Florestais	5					1250
Fogo controlado - apoio	Sapadores Florestais	5		1250			

			Orçamento				
Tipo de Formação	Entidade a Formar	Nº de Elementos	2015	2016	2017	2018	2019
Organização e sistemas de comando e controlo	Sapadores Florestais	5		1250			
Instalação de povoamentos: sementeiras, plantações e enxertias	Sapadores Florestais	5			1250		
Operações inerentes ao abate de árvores	Sapadores Florestais	5			1250		
Equipamentos auxiliares	Sapadores Florestais	5				1250	
Medições e avaliações em povoamentos florestais	Sapadores Florestais	5				1250	
Relacionamento interpessoal	Sapadores Florestais	5	1250				
Contabilidade e gestão florestal – noções básicas	Sapadores Florestais	5	1250				
Vigilância, Detecção e 1ª Intervenção	Sapadores Florestais	5		1500			
Rescaldo e Vigilância pós-incêndio	Sapadores Florestais	5		1500			
SIG – Iniciação	GTF	1	1200				
Elaboração de Cartografia	GTF	1	2000				
Total			10700	8000	2500	2500	6250

Apenas se apresenta o orçamento para a formação da equipe de sapadores florestais e GTF, sendo os elementos que se apresentam com necessidade de formação, estando esta dependente da existência de entidades como o ICNF, Município ou externas que proporcionem estas formações. São constituintes da CMDFCI as entidades envolvidas na DFCI no Concelho de Tarouca:

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS	
Município de Tarouca	
Representante das Freguesias	
Bombeiros Voluntários de Tarouca	
ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas	
Guarda Nacional Republicana	
Ribaflor - Representante dos Proprietários Florestais	
Guarda Nacional Republicana (GIPS) (Entidade convidada)	
Representante do Exército (CTOE) (Entidade convidada)	
EDP – Distribuição de Energia SA (Entidade convidada)	
REN – Rede Elétrica Nacional (Entidade convidada)	

As atribuições e responsabilidades das entidades que figuram no quadro não são aqui referidas uma vez que o foram sendo ao longo do trabalho apresentado.

A CMDFCI tem o apoio técnico do GTF do Município de Tarouca:

GABINETE TÉCNICO FLORESTAL
Ângela Cerdeira

Cronograma	Ordem de trabalhos
1 a 15 Abril	Aprovação do plano operacional municipal e alteração do plano municipal de defesa da floresta contra incêndios sempre que se justifique
1 a 15 de Junho	Definir o início da época estival e ajuste entre as diversas entidades envolvidas nas ações a realizar
Novembro/Dezembro	Balanço do período e monitorização do PMDFCI
Sempre que se justifique a CMDFCI reunirá fora destas datas	

A CMDFCI elaborou o presente PMDFCI para um período de 5 anos, de 2015 a 2019, com revisão anual ou sempre que a mesma o considere necessário.

A revisão do POM será anual tendo, o mesmo, que ser aprovado até dia 15 de Abril do ano em questão.

A Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios reúne 4 vezes por ano e sempre que necessário.

A CMDFCI monitoriza o desenvolvimento das ações previstas nos programas de ação do PMDFCI, efetuando um relatório de execução no final de cada ano de vigência do plano com a colaboração técnica do GTF.

Estimativa de Orçamento Total						
Eixos Estratégicos	2015	2016	2017	2018	2019	Total/eixo
1º Eixo	760078,00	1114016,00	620950,00	593422,00	17028,00	3105494,40
2º Eixo	14500,00	22500,00	12500,00	17500,00	12500,00	79500,00
3º Eixo	61500,00	61500,00	61500,00	61500,00	61500,00	307500,00
4º Eixo	0,00	0,00	9500,00	0,00	0,00	9500,00
5º Eixo	10700,00	8000,00	2500,00	2500,00	6250,00	23700,00

Total/ano	846778,40	1206016,00	709650,00	674922,00	97278,00
------------------	-----------	------------	-----------	-----------	----------

Total PMDFCI	3525694,40
---------------------	-------------------

ANEXO

CARTOGRAFIA